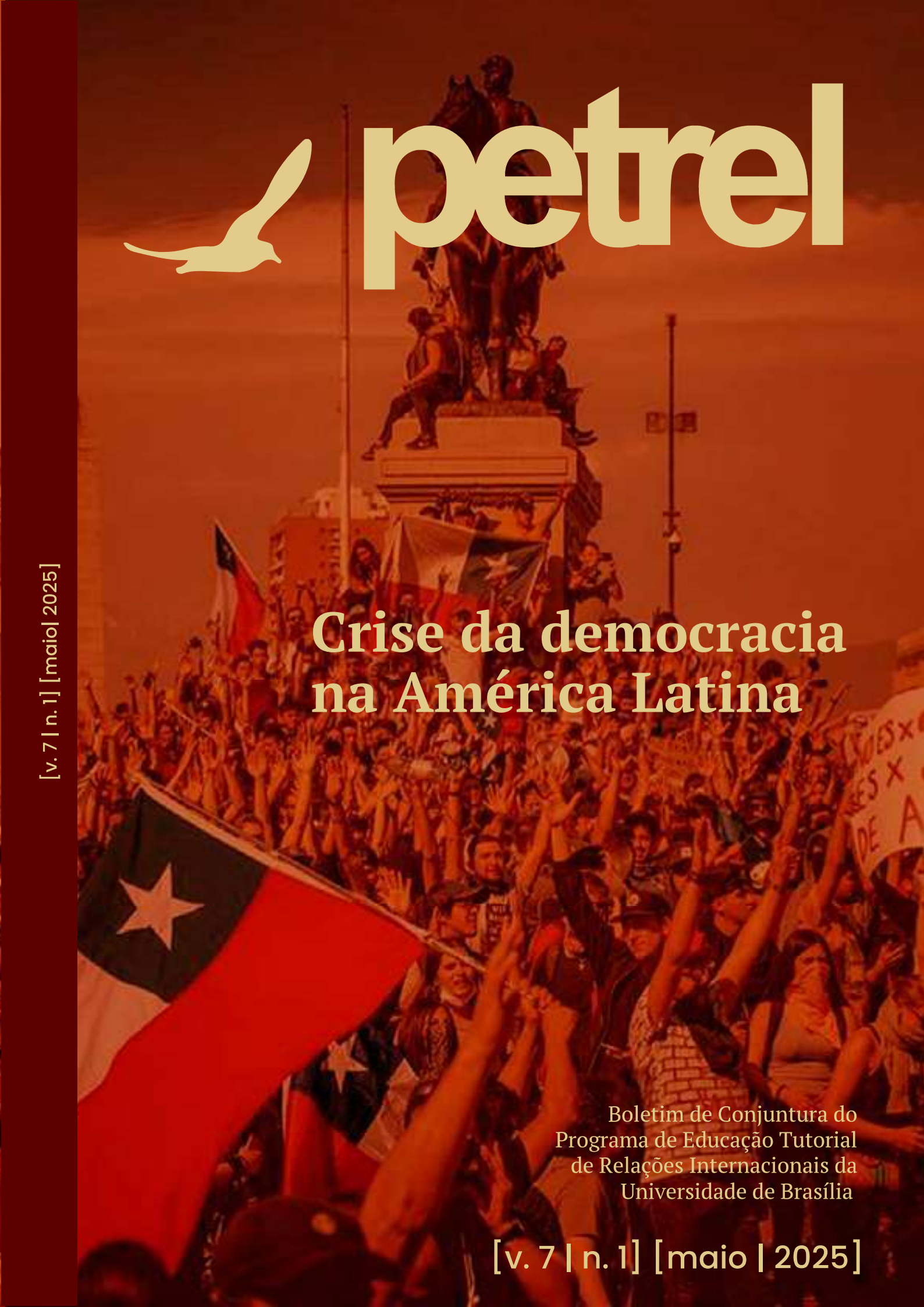


petrel

Crise da democracia na América Latina

Boletim de Conjuntura do
Programa de Educação Tutorial
de Relações Internacionais da
Universidade de Brasília

[v. 7 | n. 1] [maio | 2025]

[v. 7 | n. 1] [maio | 2025]

Boletim de Conjuntura do
Programa de Educação Tutorial
de Relações Internacionais da
Universidade de Brasília

Expediente

Conselho Editoral:
Daniel Jatobá

Projeto Gráfico e Diagramação:
Anna Luiza Fagundes Nelson Resende

Gabriel Modolo Capelozza Boaventura

Luísa Beatriz Ribeiro Silva

Vitor Vieira Branquinho

Fotografia:
Susana Hidalgo

Revisão:
Daniel Jatobá

Programa de Educação Tutorial - Relações Internacionais [PET-REL]
Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília [IREL-UnB]
Universidade de Brasília, Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte - Brasília [DF]
CEP 70910-900 | *petrel.unb.br*

Criado e implantado em 1979 pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o PET – então Programa Especial de Treinamento e hoje Programa de Educação Tutorial – é um Programa acadêmico direcionado a alunos regularmente matriculados em cursos de graduação. Tais estudantes são selecionados pelas instituições de ensino superior de que participam e se organizam em grupos, recebendo orientação acadêmica de professores-tutores. O PET visa envolver os alunos que dele participam num processo de formação integral, propiciando-lhes compreensão abrangente e aprofundada de sua área de estudos. São objetivos deste Programa: a melhoria do ensino de graduação, a formação acadêmica ampla do estudante, a interdisciplinaridade, a atuação coletiva e o planejamento e a execução, em grupos sob tutoria, de uma gama diversificada de atividades acadêmicas. Até o ano de 1999, o Programa foi coordenado pela CAPES. A partir de 31 de dezembro de 1999, o PET teve sua gestão transferida para a Secretaria de Educação Superior, ficando sob a responsabilidade do Departamento de Projetos Especiais de Modernização e Qualificação do Ensino Superior. Desde então, vem sendo executado levando em conta as diretrizes e os interesses acadêmicos das universidades às quais se vincula, e que passaram a ser responsáveis por sua estruturação e coordenação. O PET-REL – Programa de Educação Tutorial em Relações Internacionais – foi criado em 1993. Inserido nos grupos PET da Universidade de Brasília, destaca-se por seu pioneirismo em levar o campo de estudos das relações internacionais para o âmbito do Programa. O PET-REL é constituído por estudantes, que desenvolvem atividades baseadas nas três funções básicas da Universidade: ensino, pesquisa e extensão.

Programa de Educação Tutorial em Relações Internacionais da Universidade de Brasília

O Laboratório de Análise de Relações Internacionais (LARI) é um dos principais instrumentos pedagógicos do PET-REL. O LARI estabelece-se pelo uso de um conjunto de metodologias consagradas no campo das Relações Internacionais, tais como Análise de Política Exterior, Análise Histórica de Relações Internacionais, Análise Crítica de Discurso, dentre outras. Com isso, constitui-se como esforço intelectual de captura, explicação e entendimento das dinâmicas das Relações Internacionais. O LARI oportuniza aos estudantes aprofundar e aprimorar conhecimentos essenciais para sua formação cidadã exigindo dedicação, disciplina, criatividade e pensamento crítico na construção e produção de análises internacionais. O LARI, pensado como um observatório da conjuntura internacional, permite aos estudantes produzir interpretações sobre as dinâmicas globais e que sejam cientificamente embasadas. O cerne das atividades do LARI compõe-se organicamente ao longo de todas as atividades desenvolvidas pelo PET-REL, com momentos especiais de encontros para discussão sobre temas pré-definidos, com base em um termo de referência construído coletivamente pelo grupo. O termo de referência (briefing) visa guiar os participantes e estimular o debate em torno de elementos de análise relevantes, possibilitando identificar variáveis e questões para serem consideradas nas análises. Vale pontuar que o LARI está aberto à participação de estudantes de outros cursos e instituições, no sentido de enriquecer a experiência e tornar o Laboratório ponte na construção de articulações interinstitucionais. Após o debate coletivo com base no termo de referência, os participantes partem para a etapa de produção de suas análises de conjuntura, teórica e metodologicamente embasadas. O conjunto dessas análises, corrigidas por pares pelos petianos e avaliadas pelo tutor, resulta na "Revista Petrel", um Boletim de Conjuntura do Programa de Educação Tutorial de Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Por fim, podemos afirmar que o PET-REL, através de atividades como o LARI, consolida-se como espaço de comunhão das atividades de ensino, pesquisa e extensão, conectando o trabalho do grupo com o de nossa comunidade acadêmica.

O Laboratório de Análise de Relações Internacionais (LARI)

Sumário

Apresentação - Um panorama da conjuntura atual de crise da democracia na América Latina em dezesseis análises 8
Daniel Jatobá

A sombra dos grupos armados sobre a democracia colombiana 23
Anna Luiza Fagundes e Giulia Matos

Governança Híbrida: a fragilização da democracia mexicana pelo crime organizado 34
Bianca Pinheiro

El populismo y la democracia en declive en América Latina: los casos del México y de la Argentina 44
Lenira Oliveira y Marina Morena Santos

Para além do populismo: a estratégia de Javier Milei 56
Vítor Vieira Branquinho

O Peso do Dólar: Da Intervenção Norte-Americana ao Populismo de Milei na Argentina 64
Luísa Beatriz Ribeiro Silva

A Crise das Instituições Democráticas e Impactos no Brasil 75
Yasmin Freitas Taia

Pós-modernidade: A era de mercantilização de narrativas políticas 84
Isabella Sofia Silveira

A Crise da Democracia Brasileira: Entre o Bolsonarismo e o Lulopetismo 94
João Paulo Urbano

Narrativas e Autoritarismo: uma análise do Governo Bukele 105
Gabriel M. C. Boaventura

Sumário

El Salvador e Nicarágua: dois lados da mesma moeda? 115
Nathália Rabelo

A Ascensão da Extrema Direita e a Supressão de Políticas de Gênero na América Latina 125
Isabelle Pacheco Rolla

O que a volta de Trump pode representar para a América Latina? 136
Cecília Dias

A instabilidade da percepção democrática no Estado Plurinacional da Bolívia em 16 anos de Constituição 146
Carolina Bastos e Lívia Manso

Organização das Nações Unidas e Venezuela: Interferências e Contribuições da ONU na Crise Democrática Venezuelana 158
Bárbara Luiza M. Gonçalves e Júlia Nicole R. Melo Carneiro

Tensão Colômbia e Estados Unidos: a soberania Latino-americana e a integração aos BRICS+ como uma afronta ao ego estadunidense? 167
Kaio Lucas S. Mesquita e Cíntia Guimarães de Lucena

Uruguay in the spotlight among Latin American democracies: a spark of hope? 179
Pedro Arthur L. dos S. Felipe e Ulysses Santucci Barreto

Análise de conjuntura: o que é e como se faz? 189
Daniel Jatobá

Apresentação

Um panorama da conjuntura atual de crise da democracia na América Latina em dezesseis análises

Daniel Jatobá *

** Doutor em Ciência Política (IESP/UERJ) e Mestre em Relações Internacionais (IREL/UnB). Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Professor do Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas do Instituto de Ciências Sociais/UnB e um dos Coordenadores do Núcleo de Estudos Latino-Americanos/UnB. Tutor do Programa de Educação Tutorial do Curso de Relações Internacionais/UnB. CV Lattes: http://lattes.cnpq.br/4101446986138775.*

A crise contemporânea das democracias na América Latina é um fenômeno multifacetado, cujas raízes históricas e estruturais estão relacionadas com complexas dinâmicas políticas, econômicas e sociais. Ela não é propriamente uma novidade histórica, embora algumas das suas características atuais e tendências futuras sinalizem que a fase atual requer de nós o monitoramento analítico da conjuntura atual, engajamento cívico e comprometimento com os valores democráticos diante dos preocupantes sinais de enfraquecimento institucional. Em um contexto marcado pela ascensão de regimes populistas, tanto de direita quanto de esquerda, pela intensificação da polarização política e pela erosão das instituições democráticas, a grande maioria dos países latino-americanos enfrenta desafios que ameaçam os pilares da governança democrática e, em alguns casos, a própria sobrevivência do regime.

Não se trata de um alarmismo infundado, mas de um reconhecimento da fragilidade da conjuntura democrática, com especial ênfase na América Latina. Vale destacar, contudo, que a crise da democracia não é exclusiva dessa região; ela permeia todas as partes do mundo, alcançando inclusive países e áreas onde, até recentemente, parecia mais consolidada. A presente edição da Revista PET-REL: Boletim de Conjuntura do Programa de Educação Tutorial de Relações Internacionais da Universidade de Brasília concentra-se especificamente na crise democrática que assola a América Latina. As análises que compõem esta edição se dedicam a explorar essas questões, abordando de maneira crítica as condições conjunturais, estruturais e históricas que impulsionam a crise atual.

O presente dossiê tem início com a análise de conjuntura de **Anna Luiza Fagundes e Giulia Matos**, intitulada **"A sombra dos grupos armados sobre a democracia colombiana"**, que tem por objeto os impactos duradouros

da atuação de grupos armados ilegais — guerrilhas e paramilitares — sobre a fragilidade da democracia na Colômbia contemporânea. A partir de uma narrativa sobre o agravamento recente do conflito envolvendo o Exército de Libertação Nacional (ELN) e facções dissidentes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), as autoras argumentam que a presença desses grupos, articulados ao narcotráfico e à violência política, mina os fundamentos democráticos do país. Enfrentando o desafio de articular conjuntura e estrutura, a análise começa por destacar as exclusões estruturais que marcam a democracia colombiana, bem como o uso da repressão como instrumento político da elite nacional.

Fagundes e Matos realizam uma recuperação histórica do conflito, de modo a demonstrar que tanto as guerrilhas – vistas como resposta à marginalização social – como os paramilitares – vistos como um artifício de defesa dos interesses oligárquicos – contribuíram para desestabilizar o Estado e enfraquecer seus compromissos com a cidadania plena, conferindo especial atenção ao processo de paz iniciado na década de 1980, que culminou no Acordo de 2016. Na visão das autoras, a fragmentação das facções armadas, o financiamento ilícito e a ausência de presença estatal efetiva inviabilizaram soluções sustentáveis para conflito tão duradouro e marcado estruturalmente. Finalmente, a conjuntura atual é analisada a partir da caracterização dos dilemas enfrentados pelo governo de Gustavo Petro, iniciado em 2022, na sua tentativa de implementar um projeto de "paz total", revelando o paradoxo entre a negociação política e o combate à criminalidade organizada. Para elas, sem reformas estruturais e um compromisso firme com a justiça social, a Colômbia seguirá presa a um ciclo de violência que impede o florescimento da democracia.

Em seguida, a análise **"Governança Híbrida: a fragilização da democracia mexicana pelo crime organizado"**, de autoria de **Bianca Pinheiro**, investiga a relação entre o crime organizado e a crise da democracia no México. O texto lança mão do conceito de "governança híbrida" — arranjo político no qual o Estado e as organizações criminosas compartilham, disputam ou negociam o exercício da autoridade em determinadas regiões do país analisado. A autora analisa o caso mexicano desde uma concepção dual de democracia — enquanto regime político e enquanto canal de realização dos direitos humanos —, para argumentar que os cartéis mexicanos representam uma ameaça sistemática à institucionalidade democrática, especialmente ao minar o princípio da soberania estatal e ao violar direitos civis, políticos e socioeconômicos da população.

A partir de uma recuperação da transição democrática mexicana iniciada em 2000, após mais de sete décadas sob o controle de um mesmo partido político, Pinheiro argumenta que o autoritarismo político e a corrupção endêmica contribuíram para a construção de uma perniciosa simbiose entre agentes estatais e o crime organizado. Com base na literatura pesquisada, a autora identifica três modalidades principais dessa governança híbrida na atual conjuntura mexicana: integração, com a interferência de cartéis no processo eleitoral; proteção, com a tolerância policial como estratégia de contenção da violência; e simbiose, com a colaboração direta entre autoridades públicas e líderes criminosos. O resultado é a corrosão da legitimidade das instituições e a fragilização da confiança da população no regime democrático. Do ponto de vista da defesa dos direitos humanos, a análise destaca os efeitos produzidos pelo narcotráfico, em particular as altas taxas de homicídio e de desaparecimentos forçados, bem como o aliciamento de jovens nas comunidades pobres e periféricas.

Analisando a conjuntura atual, a autora alega que os desafios contemporâneos enfrentados pela presidenta Claudia Sheinbaum, no cargo desde outubro de 2024, exigem mais do que ações de repressão; eles impõem a necessidade de políticas públicas duradouras, capazes de combater a desigualdade, ampliar oportunidades e recuperar a autoridade legítima do Estado. Na visão de Pinheiro, a governança híbrida expressa uma espécie de síntese da crise institucional e da violência sistêmica, figurando como um dos principais obstáculos à consolidação da democracia no México na atual quadra histórica.

Ao focar na relação entre populismo e crise democrática em dois países chave da região – México e Argentina – a análise comparativa de **Lenira Oliveira e Marina Santos** permite a introdução de um dos temas recorrentes no presente dossiê: o populismo. O texto, intitulado **"El populismo y la democracia en declive en América Latina: los casos de México y de Argentina"**, propõe-se a analisar os governos de Andrés Manuel López Obrador (também conhecido pelo acrônimo AMLO) e Claudia Sheinbaum, no México, e Javier Milei, na Argentina. Após diferenciar, com base na literatura hodierna, o populismo enquanto discurso, estratégia e ideologia, as autoras adotam o conceito de populismo como uma estratégia política que se vale da dicotomia entre "o povo" e "a elite" para construir legitimidade, atacando instituições democráticas e concentrando poder.

A partir da escolha dos dois casos nacionais, a análise de Oliveira e Santos busca compreender as variações entre o

populismo de esquerda e de direita e os seus impactos na qualidade democrática dos países analisados. No caso do México, as autoras destacam como o ex-presidente López Obrador, identificado com a esquerda, sob o pretexto de combater uma "máfia do poder", terminou por realizar uma série de reformas que, na prática, enfraqueceram o Poder Judiciário e os chamados Órgãos Constitucionais Autônomos, figura do direito constitucional mexicano que identifica uma série de entidades que gozam de autonomia e independência frente aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Ressalta-se, assim, a dimensão anti-institucional do governo AMLO. A atual presidenta Sheinbaum, sua sucessora, embora adote um discurso mais moderado, mantém a agenda reformista de seu antecessor, o que conduz as autoras a levantarem dúvidas sobre a continuidade do processo de erosão institucional promovido pelo seu antecessor.

No caso da Argentina, as autoras argumentam que o presidente Javier Milei, no poder desde dezembro de 2023, representa uma vertente populista de extrema direita. Para elas, embora o atual presidente argentino apoie-se em um discurso anticorrupção e antissistema, na prática as medidas neoliberais já podem ser vistas como responsáveis pela produção de retrocessos sociais e autoritarismo discursivo, com ataques à imprensa, à memória histórica do país e às pautas de promoção de igualdade de gênero. O texto conclui que, apesar das formas retóricas distintas, os populismos de esquerda e direita dos países analisados compartilham estratégias similares de desmonte institucional e de mobilização popular baseada na polarização política. Por fim, as autoras sublinham que a convergência de estratégias adotadas por diferentes vertentes político-ideológicas revela um cenário preocupante para a América Latina, no qual líderes eleitos democraticamente utilizam a legitimidade angariada nas urnas para fragilizar o pluralismo político, comprometer o equilíbrio entre os poderes e restringir espaços de contestação democrática. Nada bom, digo eu.

A análise seguinte também se utiliza do conceito de populismo, mas para destacá-lo como traço recorrente da política argentina e explorar a sua instrumentalização histórica por líderes de diferentes espectros ideológicos. Trata-se do texto **"Para além do populismo: a estratégia de Javier Milei"**, de autoria de **Vítor Vieira Branquinho**, o qual investiga os fatores que explicam a vitória eleitoral do atual presidente argentino. Para o autor, o êxito de Milei decorre de uma conjunção de elementos específicos do contexto atual, a saber, a crise econômica, o desgaste do sistema político tradicional, o seu posicionamento como um outsider radical e, por fim, a adoção de um discurso ultraliberal disruptivo.

O texto de Branquinho argumenta que o discurso de Milei, centrado na destruição de uma suposta "casta política", na dolarização da economia e na extinção do Banco Central, e somado a uma retórica antiprogressista e um estilo provocador, rompeu com a tradicional alternância de poder entre peronismo e o antiperonismo. Se por um lado a sua vitória deriva de uma conjuntura marcada pela desilusão democrática e pela busca por soluções imediatas, não importa quão radicais elas sejam, por outro lado a sua eleição revela os limites do sistema político argentino em termo de capacidade de responder às demandas sociais, reforçando assim o sentido de um alerta sobre a vulnerabilidade das democracias latino-americanas diante da atual crise de representatividade do regime.

O caso argentino recebe novo olhar na análise de conjuntura de **Luísa Beatriz Ribeiro Silva**, **"O Peso do Dólar: da intervenção norte-americana ao populismo de Milei na Argentina"**. Oferecendo uma análise histórica e estrutural da atual crise da democracia no país vizinho, a autora ilumina a democracia argentina desde a perspectiva da sua dependência econômica em relação aos Estados Unidos. Segundo ela, a eleição de Milei representa não propriamente uma ruptura com o passado – nisso discordando da visão de Branquinho – mas a radicalização de um processo de submissão ao capital internacional iniciado há décadas. Nesse sentido, a análise articula a ascensão do atual presidente à imposição de modelos econômicos exógenos, desde a ditadura militar argentina, passando pelas políticas neoliberais dos anos 1990 e pelos sucessivos acordos com o FMI.

Para Ribeiro, a retórica antissistema de Milei é um recurso usado para legitimar medidas econômicas que, na prática, aprofundam a perda de soberania econômica e o desmonte dos direitos sociais da população argentina. A autora traça paralelos entre o populismo ultraliberal do atual governo e os ciclos anteriores de crise econômica, argumentando que a persistência da lógica de dependência econômica externa é um entrave à consolidação democrática. A crise de representatividade e o desgaste das instituições tradicionais abrem espaço para lideranças autoritárias e outsiders como Milei, que utilizam a linguagem da ruptura para pôr em prática projetos de política econômica regressivos. Nesse sentido, o presidente Milei encarna o paradoxo de um populismo que, ao prometer liberdade, legitima um novo ciclo de autoritarismo econômico e submissão ao capital financeiro global. A crise da democracia, alega a autora, é também uma crise de soberania.

O caso do Brasil recebe a atenção de três análises de

conjuntura no presente dossiê, cada uma explorando diferentes perspectivas sobre a democracia em nosso país. A primeira delas, intitulada **"A crise das instituições democráticas e impactos no Brasil"**, de **Yasmin Freitas Taia**, propõe uma análise dos principais fatores que colaboram para o enfraquecimento das instituições democráticas na atual conjuntura, com foco na deterioração da confiança popular nas instituições, nos ataques de determinadas forças políticas ao sistema eleitoral, na perda da credibilidade dos partidos políticos e na manipulação midiática. Na visão da autora, o regime democrático brasileiro encontra-se sob ameaça permanente na atual conjuntura, fato este impulsionado por campanhas de desinformação, pela polarização política e pela tentativa explícita de ruptura da ordem constitucional ocorrida em 8 de janeiro de 2023 – sem esquecer a autora das recentes explosões em frente ao Supremo Tribunal Federal (STF), em novembro de 2024.

Após analisar três frentes principais de sustentação da democracia – o sistema eleitoral, os partidos políticos e a mídia – a autora conclui que o atual comprometimento do regime democrático no Brasil só poderá ser contornado mediante o fortalecimento das instituições, o combate eficaz à desinformação e o engajamento cívico da população. Em nova mensagem de alerta – entre tantas outras vocalizadas no presente dossiê – a autora defende a urgência de medidas que promovam transparência, inclusão social e educação política da população, sob o risco de ocorrência de novos retrocessos autoritários que venham a comprometer definitivamente os valores democráticos conquistados desde a redemocratização do país nos anos 1980.

A segunda análise sobre o caso brasileiro é assinada por **Isabella Sofia Silveira**, com o título **"Pós-modernidade: A era de mercantilização de narrativas políticas"**, a qual analisa as dificuldades enfrentadas pela esquerda brasileira no campo da comunicação política. Fundamentalmente, a autora contrasta a fragilidade da esquerda nesse campo à alegada eficiência narrativa da extrema direita em tempos recentes. Ela argumenta que, em uma era marcada pela mercantilização da atenção e pela centralidade das redes digitais, a comunicação política deixou de ser acessória, tendo se tornado essencial para a manutenção da democracia. Enquanto a esquerda permanece presa a modelos tradicionais de comunicação, bem como à dependência do carisma de lideranças como o atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no poder desde janeiro de 2023, a extrema direita vem demonstrando notável capacidade de capitalizar as crises políticas e econômicas para disseminar discursos simplistas e moralizantes, os quais são marcados por forte apelo emocional.

A análise em si percorre alguns momentos da política brasileira dos últimos anos, como o impeachment de Dilma Rousseff em 2016, a ascensão de Jair Bolsonaro em janeiro de 2019 e, mais recentemente, os efeitos da chamada "Crise do Pix". O texto busca destacar o modo como as supostas falhas narrativas da esquerda facilitaram a apropriação da opinião pública por lideranças radicais do campo adverso. A autora examina a atuação das big techs e da mídia hegemônica, apontando a desregulamentação das redes e a desinformação como aliados da radicalização política. O texto conclui que a ausência de uma estratégia comunicacional eficaz, articulada e internacionalizada por parte da esquerda a deixa vulnerável diante de um cenário global de ascensão autoritária de extrema direita. A autora propõe uma reformulação urgente da forma como o atual governo Lula se comunica e mobiliza o apoio popular, especialmente diante das prováveis disputas políticas acirradas de 2026 e da persistência do fenômeno do bolsonarismo.

"A crise da democracia brasileira: entre o Lulopetismo e o Bolsonarismo", de **João Paulo Urbano**, explora a atual conjuntura desde a perspectiva da tensão entre as duas forças dominantes da política nacional, tal como identificadas no título do texto. Urbano argumenta que, no primeiro polo, mesmo com o ex-presidente Jair Bolsonaro inelegível e réu em processo criminal em tramitação no STF por tentativa de golpe, a extrema direita demonstra resiliência, reorganizando-se em torno de novas lideranças como o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, e o deputado federal por Minas Gerais, Nikolas Ferreira; enquanto isso, no segundo polo o atual governo enfrenta uma profunda crise de legitimidade, agravada pela adoção de uma agenda econômica de austeridade, pelo distanciamento das bases populares e por uma postura considerada tímida diante das ameaças recentes ao regime democrático brasileiro.

O autor argumenta que a opção do governo Lula por uma estratégia de governabilidade baseada na conciliação de classes e nos interesses do capital deixou de lado o compromisso histórico com os mecanismos de participação popular e os projetos de redistribuição material. Em um contexto internacional desfavorável e um quadro interno de aprofundamento da desigualdade, a opção do governo atual tem gerado insatisfação social e ampliado o espaço para a rearticulação da extrema direita, sempre na visão do autor. Enquanto isso, figuras como o governador Tarcísio, com forte viés neoliberal e autoritário, e o deputado Nikolas, identificado com pautas ultraconservadoras e antidemocráticas, despontam como herdeiros diretos do projeto bolsonarista. De forma perspicaz e penetrante, Urbano conclui que o atual cenário brasileiro

é marcado por um paradoxo inquietante: mesmo após uma tentativa de ruptura institucional, a extrema direita segue competitiva do ponto de vista eleitoral, enquanto o governo que se apresenta como progressista falha em oferecer respostas efetivas aos desafios sociais e políticos do país. Sem reformas estruturais e uma defesa assertiva da democracia, o Brasil corre o risco de testemunhar a ascensão de um novo ciclo autoritário legitimado pelo voto popular. Nada bom, digo eu novamente, especialmente se colocamos o caso brasileiro no contexto internacional de avanço das forças autoritárias em diferentes lugares da região e do restante mundo, incluindo até mesmo nações de forte tradição democrática como os Estados Unidos da América.

Outro caso nada promissor, no atual cenário da América Latina, é o de El Salvador. Na análise intitulada **"Narrativas e Autoritarismo: uma análise do Governo Bukele"**, **Gabriel M. C. Boaventura** explora o tema do papel das narrativas enquanto instrumento da ascensão e consolidação do governo autoritário do presidente Nayib Bukele, eleito aos 37 anos de idade em 2019 e reeleito em fevereiro de 2024 com impressionantes 85% dos votos. A partir da reflexão do filósofo Byung-Chul Han sobre a "crise da narração", Boaventura argumenta que o êxito político de Bukele reside menos na eficácia de suas políticas e mais em sua habilidade de construir e dominar narrativas que simplificam a realidade, exploram emoções e deslegitimam adversários. A figura de Bukele é analisada como expressão de um "autoritarismo millennial", conceito cunhado por Manuel Meléndez-Sánchez, no qual o populismo digital haveria substituído o debate democrático por uma comunicação direta, emotiva e polarizadora com a população.

A trajetória política do presidente salvadorenho é analisada com ênfase na sua ruptura com os partidos tradicionais, chegando até a sua consolidação, durante o primeiro mandato, como um líder que governa por meio de slogans, imagens e redes sociais. Com base em uma retórica de confronto entre "nós" (o povo) e "eles" (as elites e os criminosos) – típica do populismo, seja lá de que espectro político, como visto em análises descritas acima – Bukele mobiliza apoio popular para justificar o estado de exceção permanente e a repressão sistemática de direitos civis. A política de "guerra contra as gangues" e a construção do enorme presídio Centro de Confinamento do Terrorismo são exemplos emblemáticos de uma estratégia política que, muito embora apresentada como solução heroica, é na prática marcada por arbitrariedade, abusos e ocultação das causas estruturais da violência. O caso salvadorenho evidencia-se como um sintoma da crise democrática latino-americana: trata-se da substituição do conteúdo por performances, da deliberação por um

espetáculo midiático, e da política por algoritmos. Nesse cenário, conclui o autor, a democracia se esvazia, enquanto se fortalece o controle simbólico e emocional sobre a cidadania, tornando urgente uma reflexão crítica sobre o poder das narrativas na era da desinformação.

O caso de El Salvador é retomado na análise comparativa de **Nathália Rabelo**, intitulada **"El Salvador e Nicarágua: dois lados da mesma moeda?"**. Para a autora, apesar de diferenças ideológicas entre os presidentes Bukele e Daniel Ortega, primeiro mandatário nicaraguense de orientação à esquerda, os dois líderes convergem na consolidação de regimes autoritários que têm solapado ainda mais as instituições democráticas nos dois países, aprofundando a fragilidade histórica presente em ambos os casos. Nesse sentido, Rabelo apresenta os legados históricos de guerras civis e intervenções externas que marcam a trajetória política de El Salvador e Nicarágua, mostrando como as promessas democráticas do pós-guerra foram corroídas por desigualdades sociais, instabilidade institucional e estratégias populistas de poder.

Na atual conjuntura salvadorenha, o texto destaca que a popularidade do atual governo se sustenta em políticas de segurança eficazes, porém, não menos importante, implementadas à custa de graves violações de direitos humanos, como prisões arbitrárias e censura à imprensa. No caso da Nicarágua, Daniel Ortega manteve-se no poder por meio do uso do lawfare, repressão violenta a manifestações e centralização extrema do Estado, com destaque para a proposta de tornar sua esposa "copresidenta" e coordenadora dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. A autora argumenta que ambos os governos esvaziam as instituições democráticas, instrumentalizam o sistema jurídico contra opositores e operam sob o signo de um forte apelo populista. A comparação reforça que o autoritarismo pode emergir tanto à esquerda quanto à direita, especialmente quando a democracia é implementada como modelo importado, sem mediação com as realidades locais, argumenta Rabelo, o que a leva a defender que a crise democrática nos dois países centro-americanos exige uma reconstrução institucional enraizada nas especificidades socioculturais da região.

Como apontam os textos reportados até aqui, a ascensão de regimes autoritários afronta pilares básicos do Estado Democrático de Direito, dentre eles o equilíbrio e a independência entre os Poderes e, não menos importante, a esfera das liberdades públicas e dos direitos humanos. Nesta linha, a análise **"A Ascensão da Extrema Direita e a Supressão de Políticas de Gênero na América Latina"**, de **Isabelle Pacheco Rolla**, realiza um recorte temático

interessante, revelando como a ascensão da extrema direita na América Latina afeta as políticas de gênero e os direitos das mulheres e da população LGBTQIAPN+. Para analisar a ofensiva da extrema direita contra essas políticas, a análise reconstrói uma linha histórica, desde os avanços obtidos nessa durante a "Onda Rosa" de governos de esquerda e centro-esquerda na região durante a década de 2000, até os retrocessos acelerados a partir de 2016, impulsionados pela eleição de lideranças como Jair Bolsonaro, Javier Milei, Horacio Cartes, Presidente do Paraguai de 2013 a 2018, e Dina Boluarte, Presidenta do Peru desde dezembro de 2022 – a qual, apesar de eleita por uma coalizão de esquerda, realizou um giro à direita durante a condução do seu mandato presidencial.

A autora denuncia a utilização, por parte dessas lideranças políticas e seus aliados, de um discurso de "guerra cultural" — especialmente o combate à chamada "ideologia de gênero" — como ferramenta de mobilização, controle social e deslegitimação de adversários políticos. Como destaca a análise, não se trata de mera coincidência ou de ataques isolados, mas sim de um projeto político estruturado que une neoliberalismo, familismo, neopentecostalismo e populismo autoritário. Nesse arranjo político-ideológico, a figura da "família tradicional" é mobilizada como sendo o núcleo moral da sociedade e contraposta às demandas feministas e LGBTQIAPN+, as quais são representadas pela extrema direita como ameaças à ordem e aos valores nacionais – a leitura do texto me fez lembrar da clássica análise de Albert O. Hirschmann, no livro A Retórica da Intransigência: Perversidade, Futilidade, Ameaça, de 1992, no qual o autor demonstra como as forças conservadoras e reacionárias mobilizaram um formidável arsenal discursivo para fazer frente às mudanças, toda vez que julgaram que a ordem social vigente caminhava no sentido de transigir. De volta ao texto da autora, ela examina a articulação internacional desse movimento, ressaltando a influência de Donald Trump sobre os líderes da região e a possibilidade de "importação" de medidas repressivas por meio de uma lógica de alinhamento automático. Em sua conclusão, a autora defende que a supressão de políticas de gênero é um elemento central no projeto da nova extrema direita latino-americana e que a resistência a essa ofensiva exige respostas políticas e institucionais capazes de proteger os direitos fundamentais e a democracia na região.

"O que a volta de Trump pode representar para a América Latina?", é a pergunta enfrentada por **Cecília Dias**, que analisa as implicações do retorno de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos, em janeiro de 2025, para a América Latina. O texto é estruturado em dois momentos: o primeiro mandato de Trump (2016-2020) e as projeções para o atual mandato. No primeiro mandato, Trump

destacou-se pela promoção de políticas de "tolerância zero" com imigrantes, imposição de sanções a países como Venezuela e Cuba, retirada dos EUA do Acordo Transpacífico e renegociação do NAFTA, com o Canadá e o México, nos termos mais duros no acordo USMCA. Além da produção de tensões diplomáticas, as políticas do primeiro governo Trump contribuíram para o enfraquecimento de instituições democráticas e aprofundaram desigualdades sociais na região, argumenta Dias. A autora caracteriza a política de Trump para a região como unilateral, protecionista e intervencionista, além de ser marcada pela retórica autoritária, pelo desprezo pelo multilateralismo e pela ênfase na repressão migratória.

Quanto ao mandato recém iniciado, a tendência é de intensificação dessas políticas: corte de ajudas internacionais, imposição de tarifas, repressão à imigração e retórica ultranacionalista são algumas das medidas já em curso. Após destacar o uso das grandes plataformas tecnológicas, as Big Techs, por Trump e seus aliados na América Latina, uso em sintonia com as estratégias de desinformação e mobilização populista espraiadas por todo o continente americano, a autora conclui que o novo governo Trump deve significar, para a América Latina um aprofundamento das vulnerabilidades já existentes, conjuntura na qual o avanço de forças políticas autoritárias e o esvaziamento das instituições de cooperação regional exigem respostas mais autônomas e articuladas dos países latino-americanos para proteger a estabilidade democrática na região, as quais prescindam de qualquer apoio dos Estados Unidos da América.

A análise preparada por **Carolina Bastos e Lívia Manso**, **"A instabilidade da percepção democrática no Estado Plurinacional da Bolívia em 16 anos de Constituição"**, examina a trajetória política da Bolívia desde a promulgação da Constituição de 2009, a qual instituiu um Estado Plurinacional como parte de um projeto democrático-participativo, voltado à inclusão de povos indígenas, camponeses e outros setores historicamente marginalizados. De acordo com as autoras, com o passar desses dezesseis anos, os avanços iniciais do processo histórico-político boliviano — como a autonomia indígena, a nacionalização dos recursos naturais e a superação do regime oligárquico de democracia pactuada — sofreram retrocessos e resultaram em novas dinâmicas de concentração de poder, tensões políticas internas e sucessivas crises econômicas. Bastos e Manso identificam um conjunto de transformações realizadas sob os governos do ex-presidente Evo Morales (2006-2019), dando destaque para o fortalecimento da democracia por meio da mobilização popular e da redistribuição de renda; contudo, tais avanços foram seguidos de retrocessos

institucionais, os quais as autoras associam à suposta tentativa de reeleição indefinida e ao pleito eleitoral de 2019, marcado por suspeitas de fraude e pelo posterior golpe civil-militar.

Com o afastamento de Morales, o governo de Luis Arce, eleito em 2020, inaugurou um novo ciclo de instabilidade gerado pelo distanciamento do novo presidente das forças do "evismo" e pelo aprofundamento de divisões internas ao partido Movimiento Al Socialismo, o que expôs a fragmentação da esquerda boliviana. Assim, o texto caminha em direção a uma análise da atual conjuntura boliviana, ao descrever a crise econômica recente, a queda na confiança da população na democracia e, ainda mais grave do ponto de vista da construção democrática no país, o episódio da tentativa de golpe militar em 2024, que acirrou ainda mais a polarização política. As autoras concluem que, embora a Constituição de 2009 represente um marco de inovação democrática e plurinacionalidade, a Bolívia enfrenta hoje uma profunda crise de legitimidade e representação política. A desmobilização dos movimentos sociais e a erosão institucional colocam em risco os ainda frágeis pilares democráticos construídos ao longo das últimas duas décadas.

Outro caso que tem chamado atenção para a crise da democracia na América Latina é o da Venezuela, analisado no texto de **Bárbara Luiza Macêdo Gonçalves e Júlia Nicole Ramos Melo Carneiro**, cujo título **"Organização das Nações Unidas e Venezuela: Interferências e Contribuições da ONU na Crise Democrática Venezuelana"** examina criticamente o papel da organização no país. As autoras apresentam uma análise detalhada do colapso institucional venezuelano, acentuado pela dependência econômica do petróleo, a repressão sistemática à oposição e os questionamentos à legitimidade dos processos eleitorais. O foco da análise recai sobre as contribuições e, sobretudo, os limites da capacidade de atuação positiva da ONU, diante do complicado quadro de agravamento autoritário desde a morte de Hugo Chávez, que governou o país de 2002 até 2013, e a ascensão de Nicolás Maduro, no poder há doze anos. Na visão das autoras, a atuação da ONU na Venezuela, limitada sobretudo pela força do princípio da não-intervenção, é realizada por meio de dois mecanismos principais: o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), voltado ao fortalecimento institucional e econômico, e a Missão Internacional Independente de Apuração de Fatos (MIIAF), responsável por denunciar violações de direitos humanos e repressão política. No entanto, argumentam as autoras, essas ações se caracterizam como uma tentativa de aliviar as consequências econômicas e sociais da crise, e não em sua resolução estrutural. De modo propositivo,

Gonçalves e Carneiro defendem a necessidade de uma revisão das estratégias de ação da ONU, dentre as quais o fortalecimento da cooperação com organismos regionais, como a Organização dos Estados Americanos (OEA), para avançar na defesa da democracia na América Latina e na construção de capacidade de mediação de conflitos como o da Venezuela.

A penúltima contribuição recebe o título de **"STensão Colômbia e Estados Unidos: a soberania Latino-americana e a integração aos BRICS+ como uma afronta ao ego estadunidense?"**. O texto, de autoria de **Kaio Lucas S. Mesquita e Cíntia Guimarães de Lucena**, começa por explorar a conjuntura de tensão diplomática desencadeada pela recusa do governo colombiano do presidente Gustavo Petro em aceitar voos militares dos EUA transportando imigrantes deportados, à qual o presidente Donald Trump respondeu com ameaças tarifárias, sanções financeiras e retaliações diplomáticas. Na visão do texto, trata-se de mais um episódio na longa e conhecida tradição de coerção política e econômica dos EUA sobre países da América Latina, a qual é associada pelos autores a práticas neocoloniais e de dependência estrutural. Lançando mão de contribuições da Teoria da Dependência e do pensamento decolonial, Mesquita e Lucena argumentam que a reação da Colômbia pode ser interpretada como um gesto simbólico de resistência e afirmação da autonomia nacional.

Mas o foco principal do texto recai sobre uma interpretação da recente manifestação colombiana no sentido de aproximar-se com os BRICS+, movimento considerado pelos autores como uma alternativa estratégica ao tradicional alinhamento colombiano com os EUA Washington. Apesar de reconhecer nessa manifestação uma tentativa do governo Petro de diversificar parcerias e assim propiciar uma inserção internacional mais autônoma, a análise não deixa de sublinhar os limites dessa estratégia, diante da forte dependência econômica dos EUA e das dificuldades inerentes à atuação no bloco BRICS+, o qual também é marcado por inúmeras divergências de interesses entre os seus membros. Por fim, a análise de Mesquita e Lucena denuncia a continuidade da lógica imperialista da atuação dos EUA na América Latina e defende que coalizões multilaterais entre países do Sul Global, como o BRICS+, têm o potencial de fortalecer a democracia nos países latino-americanos e assim, quiçá, desafiar as estruturas seculares de dominação norte-americana, abrindo espaço para práticas mais autônomas, horizontais e emancipatórias nas relações internacionais.

Para encerrar a presente edição, o artigo **"Uruguay in the Spotlight among Latin American Democracies: A Spark of**

Hope?", de autoria de **Pedro Arthur L. dos S. Felipe e Ulysses Santucci Barreto**, analisa a estabilidade democrática do Uruguai, destacando-o como uma exceção positiva no contexto da crescente crise das democracias na América Latina. Em uma região atualmente marcada pela polarização política, pelo populismo irresponsável e fragilidade institucional, o Uruguai se sobressai como um "oásis no deserto", com altos índices de satisfação com a democracia e uma transição política caracterizada por diálogo entre partidos de espectros opostos.

A análise de Felipe e Barreto nos oferece uma lufada de ar fresco, em meio à conjuntura turbulenta dos nossos tempos. A análise busca entender as razões dessa estabilidade, contrastando o Uruguai com outros países da região, como Brasil e Argentina, que enfrentam desafios mais profundos relacionados à crise política e institucional. Ao explorar as razões do fenômeno uruguaio, os autores argumentam que o compromisso das elites políticas com valores democráticos, a colaboração interpartidária e o sistema eleitoral robusto são elementos-chave para garantir a estabilidade política do país.

Numa importante contextualização histórica, o texto reflete sobre o legado autoritário do Uruguai durante a ditadura de 1973 a 1985 e como o país superou esses desafios, oferecendo lições valiosas para o fortalecimento das instituições democráticas na região. A combinação desses elementos tem fortalecido a democracia, tornando-a mais resistente a tendências autoritárias, no argumento dos autores. O artigo questiona se o Uruguai pode ser um modelo a ser seguido por outras democracias latino-americanas, ao mesmo tempo em que reconhece as limitações do modelo democrático do país.

O texto sobre a conjuntura política do Uruguai é publicado no momento mesmo em que as forças democráticas da América Latina ainda começam a viver o luto pela morte recente do ex-presidente uruguaio, José “Pepe” Mujica, líder político se tornou um símbolo da democracia na região: “R.I.P. Mujica!”.

As análises apresentadas neste dossiê revelam a gravidade e a complexidade da crise das democracias latino-americanas. Embora cada país apresente particularidades em seus desafios, o denominador comum entre os casos analisados é a fragilidade institucional, que se traduz em um crescente desamparo das populações diante das promessas democráticas não cumpridas. Regimes autoritários e populistas, muitas vezes em nome de um discurso de "restauração da ordem", têm utilizado da polarização, da repressão e da manipulação das narrativas políticas como ferramentas para consolidar seu poder,

enfraquecendo as bases da democracia e restringindo a esfera de contestação pública.

Em um cenário tão desafiador, a urgência de uma reflexão profunda sobre os caminhos a seguir se torna cada vez mais clara. O fortalecimento das instituições, a promoção de uma cidadania ativa e a garantia dos direitos humanos são pontos essenciais para a preservação da democracia na região. A presente edição da revista, ao reunir uma análise crítica da crise e seus desdobramentos, aponta para a necessidade de ações políticas que reconquistem a confiança da população nas instituições e que restabeleçam o pluralismo, o diálogo interinstitucional e a transparência como pilares da governança democrática.

Por fim, informo que, além das dezesseis análises acima, a presente edição conta com um texto de minha autoria, **"Análise de conjuntura: o que é e como se faz?"**, que oferece aos leitores e leitoras um esforço de sistematização dos fundamentos teóricos, conceituais e metodológicos da análise de conjuntura, texto que dedico especialmente aos estudantes que têm integrado comigo o Programa de Educação Tutorial do Curso de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, com apreço e sincero sentimento de gratidão pela qualidade de nossa convivência acadêmica e pelos aprendizados compartilhados em nossa jornada.

Boa leitura!

A sombra dos grupos armados sobre a democracia colombiana

Anna Luiza Fagundes e Giulia Matos

No dia 17 de janeiro de 2025, o presidente da Colômbia, Gustavo Petro, suspendeu as negociações com a guerrilha Exército de Libertação Nacional (ELN) após uma série de ataques perpetrados na região de Catatumbo, resultado de disputas com uma facção dissidente das extintas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) pelo controle de rotas de tráfico de cocaína. O ataque deixou pelo menos 80 mortos e 40 mil deslocados, levando Petro a afirmar que decretaria estado de emergência nacional (Associated Press, 2025).

A atuação de grupos armados como guerrilhas e paramilitares é uma realidade da Colômbia desde a metade do século passado. Desse modo, o Estado não possui controle sobre todas as áreas do país, e pelo menos um grupo armado está presente em 400 dos 1.100 municípios. O ELN, por sua vez, controla 232 municípios, comandando a produção e o tráfico de cocaína (Forero; Vyas, 2025). Atualmente, tais organizações são consideradas potentes forças desestabilizadoras da democracia, na medida em que perpetuam a violência, cometem crimes contra a humanidade e impedem o acesso da população aos seus direitos políticos, civis e sociais.

A democracia colombiana sempre foi marcada por limitações, com forte controle das elites políticas e repressão a opositores. Esse cenário foi agravado pela atuação de grupos armados e pelo uso do narcotráfico como fonte de financiamento da violência. A eleição de Gustavo Petro, primeiro presidente de esquerda do país (Pardo, 2022), refletiu a insatisfação com a política tradicional, incapaz de resolver o conflito persistente. Embora guerrilhas e paramilitares sejam ambos desestabilizadores, diferem em origem e objetivos: os paramilitares foram historicamente utilizados por latifundiários para conter reformas sociais propostas pelas guerrilhas (Justice for Colombia, [s.d.]). Ainda assim, a presença desses grupos fora do controle estatal permanece como um dos principais entraves à consolidação democrática na Colômbia, o que é demonstrado a partir de sua atuação histórica na política

do país e das frequentes dificuldades no processo de apaziguamento e na harmonização dos interesses em voga.

Origens históricas dos grupos armados e o longo conflito na Colômbia

A instabilidade política colombiana remonta ao século XIX, com a disputa entre conservadores, ligados a latifundiários e clérigos, e liberais, associados a comerciantes e industriais. Essa rivalidade culminou na Guerra dos Mil Dias (1899), marcada por confrontos entre guerrilhas liberais e governos conservadores (Alarcón, 2017, p. 16-17), cujo desfecho fortaleceu um modelo político excludente e repressivo, sustentado pelo uso sistemático da força. Esse modelo elitista perpetuou-se ao longo do século XX, intensificado pela criação da Frente Nacional — coalizão entre liberais e conservadores que institucionalizou a alternância de poder entre as oligarquias dominantes (Alarcón, 2017, p. 20). Nesse contexto de repressão e violência política, grupos marginalizados passaram a se organizar em formas de resistência armada, dando origem, em 1964, às FARC e ao ELN (Gallego, 2010, p. 221). Sob esse viés, tanto as FARC quanto o ELN são criados com uma forte motivação ideológica comunista, envolvidos em projetos de mudança social.

O fortalecimento das guerrilhas ao longo das décadas seguintes foi acompanhado por uma resposta igualmente violenta do Estado e das elites econômicas. Nos anos 1980, durante o governo de Belisario Betancur, consolidou-se o paramilitarismo como estratégia de combate à insurgência (Tawse-Smith, 2009, p. 277). Os grupos paramilitares, inicialmente organizados como forças de autodefesa, rapidamente se tornaram agentes centrais do conflito armado, empregando táticas de repressão, deslocamento forçado e extermínio de opositores políticos (Tawse-Smith, 2009, p. 278). Suas abordagens, guiadas pelo anticomunismo e pelos fundamentos ideológicos da doutrina da segurança nacional, tinham como objetivo a manutenção do estado atual.

O financiamento do conflito pelo narcotráfico, iniciado na década de 1980, por guerrilhas e paramilitares, intensificou

 Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

a violência e a disputa territorial (Tawse-Smith, 2009, p. 281). Paralelamente, os grupos armados passaram por um processo de fragmentação impulsionado por disputas internas, mudanças estratégicas e rivalidades pelo controle de territórios e rotas do tráfico. A multiplicação desses atores foi agravada pela fragilidade do Estado colombiano, cuja presença limitada em regiões historicamente dominadas por insurgentes comprometeu a contenção da escalada do conflito. Nesse cenário, a crescente fragmentação dos grupos armados e a incapacidade estatal de estabelecer controle efetivo criaram um cenário de extrema instabilidade, evidenciando a urgência de uma solução negociada para a paz.

As origens e a trajetória histórica dos grupos armados na Colômbia evidenciam o papel central que exerceram como forças políticas e econômicas, capazes de influenciar e moldar as estruturas do regime nacional. As guerrilhas surgem, sobretudo, como forma de contestação ao modelo oligárquico e excludente, frequentemente apresentado sob a aparência de um sistema democrático. Em resposta, os grupos paramilitares foram criados como movimentos reacionários, defensores das elites locais e do status quo. Essa dinâmica revela o grau de interferência estatal acumulado por esses atores ao longo do tempo. De um lado, as guerrilhas buscavam instaurar um Estado marxista-leninista; de outro, os paramilitares atuavam para manter amplas parcelas da população subordinadas a uma ordem social desigual e autoritária. Em consequência, ambos os grupos contribuíram para distanciar o país de um projeto democrático efetivo.

O fracasso das negociações de paz

Desde a década de 1980, inúmeras tentativas foram feitas para estabelecer o diálogo e conduzir negociações com os grupos armados, processos não lineares, intensificados de acordo com o direcionamento dado pelo governo. Não obstante, a Colômbia segue marcada pela presença e ação de múltiplos grupos armados ilegais. O primeiro esforço para formular um acordo de paz ocorreu entre o Estado colombiano e as FARC em 1984 (Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2019), a partir desse primeiro impulso, outras iniciativas de desmobilização das forças armamentistas foram levadas adiante (Alarcón, 2018, p.

 Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

26). Todavia, não houve o estabelecimento efetivo de paz, em decorrência da continuidade da violência política e da falta de comprometimento do Estado na implementação dos termos acordados.

Nesse ínterim, em 2016, foi firmado Acordo de Paz, resultado das Conversações de Paz de Havana, iniciadas em 2012, sob o governo de Juan Manuel Santos. No entanto, ainda que tenha representado um marco internacionalmente celebrado, o cenário doméstico evidenciou a complexidade de sua implementação, marcada pela oposição de parte da população e das elites políticas às diretrizes acordadas, bem como pelas dificuldades na execução das transformações sociais exigidas (Nogara; Pautasso, 2020, p. 127). Como resultado, as guerrilhas voltaram a se armar, principalmente com dissidências das FARC, como as FARC-EP, e com guerrilheiros aderindo a outros grupos, como o ELN, o Exército Popular de Libertação (EPL) e organizações ligadas ao tráfico ilegal de drogas. Diante desse cenário, as negociações com grupos insurgentes se tornaram ainda mais complexas, sobretudo pela atuação de forças paramilitares que disputam territórios e poder político, impondo novas barreiras ao alcance de uma paz duradoura.

A priori, uma das principais dificuldades na condução das negociações de paz na Colômbia reside na própria diversidade e fragmentação dos atores armados ilegais. Cada um desses grupos possui dinâmicas, objetivos e graus de coesão distintos. O ELN demonstra consistentemente seu desprezo pela democracia representativa e sua resistência em se transformar em um partido político, ao contrário das FARC (Leongómez, 2023). Diante desse cenário, suas aspirações permanecem pouco definidas, gerando profunda incerteza quanto à possibilidade de instaurar uma paz duradoura no país. Ademais, a incorporação das FARC como partido político na Colômbia, deixou um vácuo, progressivamente preenchido por gangues armadas que dominam as regiões por meio da violência, disputando o controle do tráfico de cocaína, sobretudo em áreas onde a presença governamental é escassa ou inexistente (Forero; Vyas, 2025).

Outrossim, a atuação desses diferentes grupos armados, com agendas variadas e, por vezes, conflitantes, impõe entraves significativos ao processo de pacificação. A fragmentação interna, aliada à ausência de uma liderança centralizada em muitas dessas organizações, dificulta a construção de consensos e a viabilização de acordos duradouros. Deste modo, as negociações tornam-se ainda

 Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

mais frágeis diante da instrumentalização do processo de paz por parte de alguns desses grupos, que se aproveitam dos momentos de trégua e diálogo para expandir suas atividades ilícitas, fortalecer seus recursos militares e ampliar sua influência territorial (AFP, 2025). Essa prática estratégica compromete a credibilidade das conversações e mina a confiança entre as partes envolvidas.

Além disso, mesmo durante os períodos de cessar-fogo, a violência continua a assolar as regiões periféricas do país, especialmente aquelas historicamente negligenciadas pelo Estado. Líderes sociais, defensores de direitos humanos e comunidades camponesas, indígenas e afro-colombianas permanecem sob constante ameaça, sendo alvos de assassinatos e intimidações. O número alarmante de homicídios de lideranças sociais evidencia a incapacidade do Estado colombiano de garantir a segurança de sua população e de afirmar sua presença institucional em territórios historicamente dominados por forças armadas ilegais (Díaz, 2025).

Essa realidade revela uma das maiores fragilidades do processo de paz colombiano: a ausência de um projeto estatal robusto e articulado para o pós-acordo. A tentativa de desmobilização de guerrilha não foi acompanhada de ações eficazes de reintegração social ou desenvolvimento econômico nas regiões mais afetadas pelo conflito (Díaz, 2025). Sem essas garantias, os vazios de poder deixados pela saída das FARC foram rapidamente ocupados por outras facções criminosas e grupos paramilitares, perpetuando o ciclo de violência e marginalização.

Por fim, o processo de paz na Colômbia sofre com a recorrente desconfiança entre os atores envolvidos. O histórico de descumprimento de acordos, tanto por parte do governo quanto das organizações armadas, alimenta o ceticismo e dificulta a construção de compromissos sólidos. Casos como a suspensão das negociações com o ELN, após acusações de que o governo teria negociado com uma facção rival sem o aval da cúpula guerrilheira, ilustram os limites institucionais e políticos que cercam os esforços pela pacificação (AFP, 2025).

Finalmente, a história demonstrou que o enfrentamento de guerrilhas e grupos paramilitares por meios exclusivamente militares não foi eficaz, especialmente considerando a infiltração paramilitar nas Forças Armadas (Justice for Colombia, [s.d.]). As negociações, por sua vez, tampouco podem ser consideradas um sucesso, visto que surgiram dissidências e a violência continuou disseminada. Nesse

 Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

contexto, quais são as alternativas de Gustavo Petro diante de tal conjuntura?

Cenário atual e relações com as facções

Gustavo Petro foi eleito por representar uma centelha de esperança para a população colombiana, exausta de conviver diariamente com as incertezas e inseguranças advindas de um cenário de extrema pobreza e violência. Durante sua campanha, o atual presidente apresentou como principal objetivo o estabelecimento de um plano de "paz total", no qual o governo se reuniria com os grupos armados para definir os principais pontos de negociação (Santaeulalia, 2023).

Como tanto a guerrilha quanto os paramilitares realizam atividades semelhantes, especialmente ligadas ao narcotráfico, o governo colombiano precisa constantemente avaliar quais ações tomar diante da complexa rede de facções que dominam o território nacional. Essa situação tornou-se ainda mais evidente com o agravamento do conflito com o ELN, impulsionado pela realização de negociações paralelas entre o governo e a Frente Comuneros del Sur, uma facção dissidente do comando nacional do ELN (Torrado, 2025). Outro grupo criminoso de grande influência na Colômbia é o Clã do Golfo, de origem paramilitar e vinculado ao tráfico de migrantes na fronteira com o Panamá. Após a calamidade em Catatumbo, a administração pública anunciou o início das negociações com tal agrupamento ilegal (Monroy, 2025), em uma tentativa de evitar o fracasso da principal promessa de campanha de Petro, diante do arrefecimento dos conflitos.

Em suma, o chefe de Estado adota abordagens distintas conforme o status dos grupos, ou seja, aqueles com vinculação política são encaminhados a negociações, enquanto os ilegais são submetidos à justiça (Monroy, 2025). No entanto, surge um dilema: como sentar na mesa de negociações com um grupo como o ELN, que possui reconhecimento político, mas também comete ataques brutais contra milhares de civis e realiza atividades ilegais para sua manutenção?

A situação é extremamente complexa e afeta a popularidade

Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

do presidente, que não consegue garantir pleno acesso dos direitos aos seus cidadãos. Nas regiões dominadas pelos grupos mencionados, a atuação do Estado é frágil e insuficiente para assegurar as necessidades básicas da população, resultando em uma participação política quase inexistente. Além disso, os direitos civis, incluindo diversas formas de liberdade, não podem ser plenamente exercidos, uma vez que esses territórios permanecem sob o controle de forças armadas ilegais, distantes de qualquer concepção de bem-estar social e direitos fundamentais. Portanto, é evidente o impacto dessas organizações no enfraquecimento democrático, pois impedem a concretização dos princípios basilares da democracia e deslegitimam um presidente eleito que busca resolver os conflitos por meios pacíficos. Esse cenário abre espaço para a ascensão de líderes autoritários que prometem soluções simplificadas e pouco democráticas para a crise.

Considerações finais

O grande desafio para o governo colombiano reside na construção de uma paz sustentável que vá além da simples desmobilização dos grupos armados. A Colômbia, como um país marcado pela repressão violenta em meio a uma guerra conduzida pelas elites, mas protagonizada pelo povo (Alarcón, 2017, p. 17) carece de um esforço coordenado para a inclusão social, o fortalecimento das suas instituições democráticas e o combate à desigualdade estrutural. Tais fatores são historicamente responsáveis por conduzir o conflito.

Destarte, a descontinuação e ineficiência da implementação dos acordos de paz, aliados ao agravamento da violência no país, perpetuam a desconfiança na capacidade do Estado de garantir justiça. Sem um compromisso real de todas as partes envolvidas e uma abordagem mais ampla para lidar com as causas profundas da violência, a Colômbia continuará refém de ciclos de conflito que minam sua democracia e estabilidade social.

Diante desse panorama, a resposta de Petro ao avanço dos grupos armados será determinante não apenas para o sucesso de sua administração, mas também para o futuro da paz na nação colombiana. Caso não haja mudanças estruturais significativas e um compromisso efetivo com o cumprimento dos acordos firmados, o país poderá ver a repetição de erros do passado e o agravamento da crise

 Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

de segurança, consolidando a influência desses grupos e prolongando a instabilidade interna. Assim, a Colômbia permanece em uma encruzilhada entre a continuidade da violência e a possibilidade de uma transformação doméstica profunda.

Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

Referências

ALARCÓN, P. DE J. L. Colômbia: das razões para a guerra às razões para a paz. O modelo histórico de democracia restringida como causa do conflito armado e as possibilidades de sua superação no marco dos acordos de paz. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, v. 63, n. 1, p. 9, 17 maio 2018.

ARIZA, H. Los halcones del ELN matan la paloma de la paz y cruzan la frontera hacia la guerra total. **El País**, [s.l.], 25 jan. 2025. América Colombia. Disponível em: https://elpais.com/america-colombia/2025-01-25/los-halcones-del-eln-matan-la-paloma-de-la-paz-y-cruzan-la-frontera-hacia-la-guerra-total.html. Acesso em: 8 fev. 2025.

AFP. Colômbia declara "estado de comoção interna" por onda de violência. **Correio do Povo**, [s.l.], 20 jan. 2025. Mundo. Disponível em: https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/mundo/col%C3%B4mbia-declara-estado-de-como%C3%A7%C3%A3o-interna-por-onda-de-viol%C3%AAncia-1.1572187. Acesso em: 14 abr. 2025.

AFP. Petro suspende negociações com ELN após maior ataque durante seu governo. Uol, [s.l.], 17 jan. 2025. Notícias. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2025/01/17/colombia-suspende-negociacoes-com-eln-apos-dia-de-violencia-que-deixou-mais-de-30-mortos.htm. Acesso em: 14 abr. 2025.

BELTRÁN, C. A. La implementación del Acuerdo de paz en Colombia: entre la "paz territorial" y la disputa por el territorio. Problemas del Desarrollo. **Revista Latinoamericana de Economía**, v. 51, n. 200, 30 out. 2019.

COLOMBIAN Armed Conflict. **Justice for Colombia**, [s.l.], [s.d.]. Disponível em: https://justiceforcolombia.org/about-colombia/colombian-armed-conflict/. Acesso em: 8 fev. 2025.

COLOMBIA offers $700,000 reward for information on ELN rebel leaders. **Associated Press**, Bogotá, 25 jan. 2025. World News. Disponível em: https://apnews.com/article/colombia-petro-coca-eln-farc-trafficking-catatumbo-acaab8472dede0cd5ea40318ec2dc644. Acesso em: 8 fev. 2025.

COLOMBIA reactivates arrest orders for top rebels blamed for deadly violence in cocaine turf war. **Associated Press**, [s.l.], 22 jan. 2025. World News. Disponível em: https://apnews.com/article/colombia-rebels-cocaine-war-national-liberation-army-5d938cb6bf41884bb8f528ee8d69b964. Acesso em: 8 fev. 2025.

Referências

DÍAZ, D. En 2024, un líder social fue asesinado cada dos días en Colombia. **El País**, [s.l.], 10 abr. 2025. América Colombiana. Disponível em: https://elpais.com/america-colombia/2025-04-10/en-2024-un-lider-social-fue-asesinado-cada-dos-dias-en-colombia.html. Acesso em: 14 abr. 2025.

FORERO, J.; VYAS, K. Cocaine-Funded Gangs Shake Colombia Years After Peace Pact. **The Wall Street Journal**, Bogotá, 27 jan. 2025. Americas. Disponível em: https://www.wsj.com/world/americas/cocaine-funded-gangs-shake-colombia-years-after-peace-pact-a45a28da. Acesso em: 8 fev. 2025.

GALLEGO, C. M. Farc-Ep y Eln una historia política comparada (1958- 2006) / Farc-Ep y Eln A comparative political history (1958-2006). **Repositorio Universidad Nacional**, 1 jan. 2010.

LEONGÓMEZ, E. P. De las armas a la política.¿Y el ELN? **Periódico UNAL**, Bogotá, 08 mar. 2023. Política y Sociedad. Disponível em: https://periodico.unal.edu.co/articulos/de-las-armas-a-la-politica-y-el-eln. Acesso em: 8 fev. 2025.

NEIRA, M. A. **Paradoxos na construção da democracia colombiana**. Fundação FHC. Disponível em: https://fundacaofhc.org.br/files/livros/Sociedade%20Civil%20e%20Democracia%20-%206%20Mauricio%20Archila.pdf. Acesso em: 9 fev. 2025.

NOGARA, T. S.; PAUTASSO, D. O impasse na Colômbia e o dilema das FARC-EP: do acordo de paz à retomada da guerrilha (2016-2019). **Revista De Estudos Internacionais**, v. 11, n. 2, p. 119–135, 11 jul. 2020.

MONROY, J. R. Será a última cartada do Clã do Golfo Petro para salvar sua paz total? Essa é a aposta. **El Espectador**, [s.l.], 09 fev. 2025. Disponível em: https://www.elespectador.com/colombia-20/paz-y-memoria/paz-total-petro-y-clan-del-golfo-lo-que-esta-en-juego-tras-apuesta-del-gobierno-en-dialogo/. Acesso em: 10 fev. 2025.

PARDO, D. Quem é Gustavo Petro, o 1º presidente de esquerda eleito na Colômbia. **BBC News Brasil**, [s.l.], 20 jun. 2022. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-61871719. Acesso em: 8 fev. 2025.

PAZ, neoliberalismo e mudanças políticas na Colômbia. **Tricontinental**, 2019. Disponível em: https://thetricontinental.org/pt-pt/paz-neoliberalismo-e-mudancas-politicas-na-colombia/. Acesso em: 8 fev. 2025.

Referências

SANTAEULALIA, I. D. Plano de Petro de negociar paz com grupos armados não decola, e violência aumenta na Colômbia. **O Globo**, Bogotá, 05 jul. 2023. Mundo. Disponível em: https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/07/petro-o-presidente-da-paz-cuja-guerra-saiu-do-controle.ghtml. Acesso em: 9 fev. 2025.

SASSE, E. R. Colômbia: da "paz total" à "guerra" em Catatumbo. **DW**, [s.l.], 22 jan. 2025. Política; Colômbia. Disponível em: https://www.dw.com/pt-br/col%C3%B4mbia-da-paz-total-%C3%A0-guerra-em-catatumbo/a-71375142. Acesso em: 9 fev. 2025.

SILVA RAMOS E SILVA, A. C. **A Frente Nacional e os limites à democracia na Colômbia (1958-1974)**. Tese de mestrado - Universidade Federal de Goiás: [s.n.].

TAWSE-SMITH, D. Conflicto armado colombiano. **DOAJ (DOAJ: Directory of Open Access Journals)**, v. 19, n. 19, 1 mar. 2010.

TORRADO, S. Proceso de paz con el ELN: fin del cese al fuego, secuestro y suspensión de los diálogos con el Gobierno Petro. **El País**, Bogotá, 6 fev. 2025. América Colombia. Disponível em: https://elpais.com/america-colombia/2025-02-06/proceso-de-paz-con-el-eln-fin-del-cese-al-fuego-secuestro-y-suspension-de-los-dialogos-con-el-gobierno-petro-clone.html. Acesso em: 8 fev. 2025.

VYAS, K. Surging Drug Violence in Colombia Dooms President's 'Total Peace' Plan. **The Wall Street Journal**, Bogotá, 22 jan. 2025. Americas. Disponível em: https://www.wsj.com/world/americas/surging-drug-violence-in-colombia-dooms-presidents-total-peace-plan-590530b1. Acesso em: 10 fev. 2025.

ZÁRATE, S. B. ESPECIAL: Acuerdo de Paz en Colombia tiene logros y desafíos a ocho años de implementación. **XinhuaNet**, Bogotá, 24 nov. 2024. Disponível em: https://spanish.news.cn/20241125/c2a80bb130c84a48ae4aa2824682eee0/c.html. Acesso em: 8 fev. 2025.

Governança Híbrida: a fragilização da democracia mexicana pelo crime organizado

Bianca Pinheiro

A discussão sobre a crise da democracia na América Latina abrange diferentes dimensões, desde falhas institucionais até deficiências socioeconômicas. Levando em conta tais elementos, é necessário trazer ao debate o que, de fato, constitui uma democracia e quais atores participam do processo de sua deterioração. Dessa forma, destacam-se duas possíveis definições de democracia: uma como regime político-institucional e outra como um canal de garantia de direitos humanos para uma população. A partir destas percepções, aponta-se o crime organizado como um agente anti-democrático, tanto por seu papel na fragilização das instituições democráticas, quanto na violação de direitos e liberdades fundamentais.

Nesse contexto, o México constitui um evidente exemplo de uma democracia em crise. O Estado mexicano é, de forma geral, classificado como um regime falho. A título de exemplificação, o Relatório da Democracia, do Instituto V-Dem (2024, p. 18), tipifica o México como uma democracia em processo de "autocratização", observando-se um declínio significativo nos últimos anos no que tange "o grau de participação da sociedade na deliberação sobre as políticas." Nesse cenário, o crime organizado contribui para tal instabilidade por meio da governança híbrida. Este fenômeno trata da imposição, por parte de grupos criminosos, de certo controle social sobre as regiões onde atuam, subjugando as populações locais a sua autoridade violenta. Em uma conjuntura híbrida, as leis instituídas pelo Estado e as práticas coercitivas do crime organizado coexistem e, até mesmo, se confundem, em decorrência da associação operacional entre o Estado e os grupos armados.

Nesta análise, serão abordadas as formas como as organizações criminosas, dado seu violento poder de coerção, reforçam, historicamente, a fragilização democrática do México. Considerando as duas interpretações de democracia e o conceito de governança híbrida, serão destacados como os cartéis contaminam as

instituições formais e impedem o pleno exercício de direitos humanos por parte da população mexicana, impondo grandes desafios aos líderes atuais para encontrar soluções duradouras a esses problemas estruturais históricos.

Democracia como regime político

A democracia é comumente definida como um regime político caracterizado por práticas e instituições específicas, como eleições livres e justas, sufrágio universal e proteção das liberdades fundamentais. Tendo em vista estas condições, Mainwaring e Pérez-Liñán (2023) introduzem o conceito de "aprofundamento democrático", isto é, quando os princípios mencionados passam por melhorias significativas em determinado período, fazendo com a própria democracia se fortaleça. No entanto, os autores afirmam que o México não conseguiu realizar este processo de forma robusta. Pelo contrário, o país está mais próximo de uma estagnação democrática, devido à ausência de políticas eficazes e duradouras, durante as últimas décadas, para ampliar liberdades civis e combater a conivência estatal com o crime.

Além disso, fatores externos às instituições democráticas também podem afetar a efetividade do regime democrático. A influência demasiada de grupos hegemônicos, sejam eles partidários, econômicos ou criminosos, na formulação de políticas públicas contribui para o surgimento de barreiras à representatividade e ao pluralismo político, comprometendo a igualdade de participação dos cidadãos. De modo similar, crises econômicas e desigualdades sociais persistentes também podem enfraquecer as instituições, uma vez que abalam a credibilidade do sistema perante a população local.

Democracia como concretização de Direitos Humanos

Apesar de indispensáveis para sua efetivação, a democracia vai além de suas instituições formais, como as eleições livres e o pluralismo partidário. Dessa forma, é necessário buscar uma definição mais ampla, que abarque e enfatize o bem-estar social de todos os cidadãos. Uma

Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

forma de preencher esta lacuna é com o entendimento de democracia como um canal de concretização de direitos fundamentais e do Estado como seu principal assegurador. Como argumentam Jelin e Hershberg (1996, p. 4), "as fraquezas de uma democracia nascente são acentuadas quando grandes setores da população vivem na pobreza e na marginalização." Segundo os autores, assegurar os direitos humanos é fundamental para o fortalecimento da democracia. Não existe, então, uma democracia sem direitos humanos.

Sob essa perspectiva, vale destacar que os direitos civis e políticos, apontados como pilares do regime democrático, não se sustentam sem os direitos socioeconômicos (Arat, 2003). Para uma sociedade ser livre e um governo ser estável, sua população precisa de condições básicas de educação, saúde e segurança, além de oportunidades de trabalho digno. Segundo Zehra Arat (2003), quando um Estado falha em promover soluções efetivas para problemas sociais, a legitimidade do regime democrático é questionada. Afinal, o cerne que justifica a própria existência de um Estado democrático é o seu dever de viabilizar condições básicas de vida e de segurança para a população que o sustenta. Percebe-se, assim, que a solidez democrática exige tanto a manutenção das práticas formais do regime político quanto a construção de uma sociedade economicamente equilibrada e socialmente inclusiva.

O autoritarismo histórico de governos mexicanos

Com base nessas duas definições de democracia, é possível analisar o papel do crime organizado na fragilização desse sistema político. Nesse sentido, a operatividade dos cartéis mexicanos possui uma relação com o autoritarismo dos governantes, dois fatores que comprometem o regime democrático. Do ponto de vista histórico, o ano 2000 é apontado como o marco da transição democrática mexicana. Nesse ano o Partido Revolucionário Institucional (PRI) perdeu as eleições federais, depois de 71 anos — período marcado por um sistema de partido único, concentração de poder no Executivo, clientelismo, proteção estatal oferecida a diferentes cartéis, e repressão da oposição (Boyer, 2012; Valenzuela, 2016).

Entretanto, mesmo após a redemocratização mexicana,

 Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

com a eleição de Vicente Fox, o teor autoritário ainda permaneceu em governos seguintes. O segundo presidente eleito, Felipe Calderón (2007-2012), do Partido da Ação Nacional, foi criticado pelo seu método mais ostensivo de combate ao tráfico de drogas, que aumentou a violência policial e a taxa de homicídio no país (Boyer, 2012; Valenzuela, 2016). Já em 2013, o PRI voltou ao poder com Enrique Peña Nieto (2013-2018), que foi acusado de retomar com as velhas práticas do partido (Valenzuela, 2016). Por fim, o último ex-presidente, Andrés Obrador, não obstante suas políticas sociais, é acusado de interferências no Judiciário e de ataques verbais a jornalistas (Mainwaring; Pérez-Liñán, 2023). Assim, o autoritarismo é um fator conhecido para o país, sendo o crime organizado um potencializador desta faceta estrutural.

Governança híbrida: poder e influência política do crime organizado no México

Embora o Estado seja capaz de impor regras e ordem social dada a sua legitimidade democrática, o crime organizado consegue fazer valer os seus objetivos comerciais por meio do uso ilegal e indiscriminado da força, isto é, devido a sua ilegitimidade violenta. O poder coercitivo informal das organizações criminosas, cuja fonte está na instrumentalização da violência, estabelece um patamar eficaz de autoridade frente à população local, antagonizando com o poder estatal (Ferreira, 2022). É esta coexistência do Estado e do crime, em que ambos impõe suas demandas em determinada região, que caracteriza a governança híbrida, tão presente na América Latina. Tal hibridismo pode ocorrer de diferentes maneiras, incluindo a "integração", a "proteção" e a "simbiose", explicadas a seguir (Ferreira, 2022, p. 114).

Nesse sentido, o regime democrático do México é marcado historicamente por uma governança híbrida entre o Estado e as organizações criminosas: entre quem tem o monopólio do poder da força, na teoria, e quem utiliza o poder da violência, na prática. Durante a hegemonia do PRI no século XX, a aliança entre a elite partidária e o crime organizado facilitava o acesso dos cartéis ao poder e dos políticos ao lucro do narcotráfico, garantindo uma blindagem aos criminosos contra punições legais

Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

em troca da não escalada de violência entre grupos (Barbosa, 2019; Boyer, 2012). Contudo, com a pluralidade partidária depois de 2000, a falta de experiência dos novos governantes em negociar com as lideranças criminosas incentivou a expansão e a diversificação das atividades clandestinas. Diferentes cartéis, como os de Tijuana, de Guadalajara, de Sinaloa e de Jalisco, passaram a disputar territórios antes inacessíveis pelos acordos informais com os governantes priistas. Assim, a governança híbrida do século XXI se distingue da conjuntura do período da anterior, identificando-se, nesta análise, formas diversas de integração, proteção e simbiose.

Primeiro, a interferência eleitoral do crime organizado se configura como uma integração, ou seja, uma manipulação de mecanismos estatais para obter benefícios unilaterais. Nas eleições mexicanas do ano passado, as organizações criminosas cometeram dezenas de assassinatos e agressões contra candidatos e pré-candidatos nacionais, estaduais e, especialmente, locais (Vasconcelos, 2024). Para garantir o bom andamento futuro de seus negócios, os cartéis definem, de antemão, quem são os políticos que mais os favoreceriam — ou desfavoreceriam — se eleitos. Dessa forma, as organizações realizam escolhas políticas e as instrumentalizam por meio da coerção, fragilizando um dos pilares do processo democrático: as eleições livres e justas. O envolvimento do crime organizado nessas perseguições ressalta a relevância de seu papel político, fortalecendo, no processo, o aspecto integrativo do regime de governança híbrida.

Segundo, a fim de evitar uma sobrecarga operacional, as forças policiais, por vezes, optam por conviver com organizações criminosas, caso não se configure uma conjuntura de violência extrema, seguindo uma abordagem pragmática de gerenciamento de riscos (Adorno; Alvarado, 2022). É assumido o risco das consequências de ser conivente com a expansão do narcotráfico, a fim de postergar os riscos envolvidos no confronto direto contra lideranças armadas poderosas. Vale destacar também a política "abraços, não balas" durante o governo de Obrador, que diminuiu a força policial e contribuiu para o aumento significativo da taxa nacional de homicídios (Coste, 2025). Considera-se, então, esse arranjo de passividade como uma forma de proteção estatal. Neste contexto, o controle da região não se dá exclusivamente pela autoridade formal das forças do Estado, mas por um equilíbrio tenso entre a legalidade e a ilegalidade, no qual a tolerância seletiva à atuação de grupos criminosos pode ser interpretada como um mecanismo de governança híbrida.

 Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

Terceiro, a simbiose é percebida no envolvimento de agentes estatais em atividades ilícitas — aquelas que deveriam ser, por eles, combatidas. Na Cidade do México, formam-se redes de políticos eleitos e de lideranças criminosas que coordenam entre si "o acesso à administração" e compartilham "os recursos públicos e o espaço público" (Adorno; Alvarado, 2022, p. 95). Além disso, foram estabelecidas relações clientelistas mutuamente benéficas para compra de cargos e de votos, agregando aos mecanismos violentos explicados anteriormente (Adorno; Alvarado, 2022). Quanto ao envolvimento direto do Estado em negócios ilícitas, não é incomum que policiais e militares forneçam para o mercado ilegal de armas ou mesmo se tornem membros de cartéis (Adorno; Alvarado, 2022). Desse modo, essa participação indireta do crime organizado na esfera pública, e do Estado em operações ilegais, acarreta em uma perda de credibilidade no regime democrático, por parte da população.

Impactos das atividades do crime organizado para os direitos humanos no México

No caso do México, a ideia de "democracia como direitos humanos" vai ao encontro da atuação de organizações criminosas. As atividades ilegais e os confrontos entre cartéis afetam diariamente a vida cotidiana dos cidadãos, em diferentes dimensões. A violência, por si só, ameaça o direito à vida, à segurança pessoal, à liberdade de ir e vir, dentre muitos outros. Desse modo, as violações de direitos humanos pelo crime organizado indicam outro meio pelo qual ocorre a fragilização da democracia mexicana, já que o Estado não é capaz de exercer uma de suas funções primordiais: a garantia de direitos.

Em particular, essas limitações democráticas se manifestam de forma ainda mais intensa em determinadas regiões, onde o poder do crime organizado se sobrepõe à autoridade estatal. A atuação dos cartéis se concentra nas zonas rurais do país, onde eles possuem maior poder político e influência econômica devido aos plantios de maconha e de papoula-do-ópio (Barbosa, 2019). Entretanto, nos grandes centros urbanos, o crime também exerce seu poder de coerção. Apesar da queda da taxa de homicídio nacional desde 2020, o ano mais violento da

Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

história do país, com mais de 34 mil vítimas, a violência urbana continua alta e a frequência de desaparecimentos forçados e de aliciamento aumentou em 2023 (Human Rights Watch, 2025). Na Cidade do México, as maiores taxas de homicídios se concentram em bairros de classes mais baixas, com "carências habitacionais, educativas e de subsistência" (Barbosa, 2019, p. 89), coincidindo com áreas de maior presença do crime organizado. Em outras palavras, a atuação violenta dos cartéis é mais forte onde o Estado não está presente.

Ademais, a rivalidade entre os grandes cartéis transnacionais de Sinaloa (CS) e de Jalisco Nova Geração (CJNG), junto à presença de dezenas de grupos locais, resultou no aumento de atentados contra a população, desde extorsão e tráfico — de drogas e de pessoas — até sequestro e assassinato. Dada a numerosidade de grupos, havendo quase 200 em todo o território nacional, não há um monopólio sobre os diferentes produtos e mercados, ou seja, não há um grupo dominante que imponha regras aos demais (Veja, 2023; Adorno; Alvarado, 2022). Tal conjuntura acaba por agravar ainda mais os conflitos territoriais entre cartéis, tornando a população vulnerável à imprevisibilidade e à arbitrariedade dos criminosos. Nesse caso, enquanto os cartéis se confrontam, a população é aterrorizada pelo fogo cruzado.

É neste cenário de violência constante que a governança híbrida se faz explicitamente presente no dia a dia da população mexicana. Em meio às diferentes facetas da coexistência entre o Estado e o crime organizado, as cidades mexicanas ficam à mercê da coerção criminosa, facilitada por lacunas institucionais. Assassinatos, desaparecimentos e recrutamento forçado são apenas algumas das violações de direitos humanos decorrentes da violência do narcotráfico. Assim, em meio a este turbulento contexto, a presidente do México, Claudia Sheinbaum, enfrenta os mesmos desafios que seus antecessores. Em relação às políticas de combate aos cartéis, Sheinbaum tem direcionado esforços ao aprimoramento das redes de inteligência, focando no mercado de fentanil (Coste, 2025). Contudo, esta estratégia da presidente parece carecer de uma abordagem mais abrangente, que trate das violações de direitos humanos e dos aspectos mais estruturais e simbióticos da governança híbrida.

 Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

Considerações finais

O processo de fragilização democrática do México possui raízes substanciais na forte presença do crime organizado no país, particularmente dada a interferência nas instituições estatais e a violência cotidiana. Ao compreender a democracia como um conceito amplo, que envolve tanto sua definição como regime político quanto sua relação intrínseca com os direitos humanos, é notável a diversidade de vulnerabilidades conjunturais que podem ser instrumentalizadas por organizações criminosas. As fragilidades do Estado, o conluio institucional com o crime e a falta de garantias para a população representam algumas dos fatores discutidos que facilitam a governança híbrida no território mexicano.

A partir deste pano de fundo, reforçam-se caminhos, já comumente conhecidos, para o fortalecimento e aprofundamento das democracias latino-americanas: o combate à impunidade, a melhora das condições socioeconômicas dos cidadãos e a garantia dos direitos humanos. As estratégias para se atingirem esses objetivos, quase utópicos considerando a conjuntura atual, precisam envolver não apenas as forças ostensivas do Estado, mas também políticas públicas de longo prazo, de forma a promover mais oportunidades de educação e de trabalho para a população e a punir propriamente o envolvimento em operações criminosas.

Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

Referências

ADORNO, S.; ALVARADO, A. Criminalidade e a governança de grandes metrópoles na América Latina: Cidade do México (México) e São Paulo (Brasil). **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, ed. esp. n. 4, 2022, p. 79-115. Disponível em: revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/46402. Acesso em: 6 fev. 2025.

ARAT, Z. **Democracy and Human Rights in Developing Countries.** Lincoln: iUniverse, 2003.

BARBOSA, C. **A elite do crime e os crimes da elite: um estudo sobre o crime organizado e sua interação com atores e instituições estatais no México e no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

BOYER, J. No méxico, o Estado recua diante dos cartéis. **Le Monde Diplomatique Brasil,** 2012. Disponível em: www.revistas.una.ac.cr/index.php/ri/article/view/17806. Acesso em: 7 fev. 2025.

COSTE, J. The Missing Elements in Sheinbaum's Crime-Fighting Strategy. **Americas Quarterly**, 2025. Disponível em: americasquarterly.org/article/the-missing-elements-in-sheinbaums-crime-fighting-strategy/. Acesso em: 28 mar. 2025.

FERREIRA, M. Organizações Criminosas e Governança Híbrida na América do Sul: O Contexto da COVID-19. **Relaciones Internacionales**, [S. l.], v. 95, n. 2, 2022, p. 117–138. Disponível em: www.revistas.una.ac.cr/index.php/ri/article/view/17806. Acesso em: 6 fev. 2025.

HUMAN RIGHTS WATCH. Mexico: Events of 2024. **Human Rights Watch**, 2025. Disponível em: https://www.hrw.org/world-report/2025/country-chapters/mexico. Acesso em: 27 mar. 2025.

INSTITUTO V-DEM. **Relatório da Democracia 2024**: A Democracia a Ganhar e a Perder nas Urnas. Gotemburgo: Universidade de Gotemburgo, 2024. Disponível em: www.v-dem.net/documents/51/v-dem_dr_2024_portuguese_lowres_v2.pdf. Acesso em: 5 fev. 2024.

JELIN, E.; HERSHBERG, E. (eds). **Constructing Democracy**: Human Rights, Citizenship, and Society in Latin America. Boulder/Oxford: Westview Press, 1996.

MAINWARING, S; PÉREZ-LIÑÁN, A. Why Latin America's Democracies Are Stuck. **Journal of Democracy**, Baltimore, v. 34, n. 1, 2023, p. 156-170. Disponível em: https://muse.jhu.edu/article/875805. Acesso em: 5 fev. 2025.

Referências

VALENZUELA, R. A democracia no México. **Revista USP**, São Paulo, n. 109, 2016, p. 87-94. Disponível em: www.revistas.usp.br/revusp/article/download/123145/119511/231337. Acesso em: 27 mar. 2025.

VASCONCELOS, R. Crimes de facções e grupos políticos tornam eleição do México a mais letal de sua História. **O Globo**, São Paulo, 2024. Disponível em: oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/05/12/crimes-de-faccoes-e-grupos-politicos-tornam-eleicao-do-mexico-a-mais-letal-de-sua-historia.ghtml. Acesso em: 7 fev. 2025.

VEJA. Cartéis são quinto maior empregador do México, revela pesquisa. **Veja**, 2023. Disponível em: veja.abril.com.br/mundo/carteis-sao-quinto-maior-empregador-do-mexico-revela-pesquisa. Acesso em: 6 fev. 2025.

El populismo y la democracia en declive en América Latina: los casos del México y de la Argentina

Lenira Oliveira y Marina Morena Santos

En noviembre de 2023, el candidato de extrema derecha Javier Milei fue elegido presidente de Argentina. En su discurso tras el su victoria, dijo que empezaba la reconstrucción de la Argentina (Milei, 2023 apud Jordão, 2023). Ya en junio de 2024, México eligió a Claudia Sheinbaum (G1, 2024), la primera mujer en asumir la presidencia del país y sucesora del expresidente Andrés Manuel López Obrador (AMLO), quien gobernó el país entre 2018 y 2024. La elección de Sheinbaum generó dudas sobre si habría cambios en el gobierno y las políticas mexicanas, dada su cercanía con el expresidente, una poderosa figura política en México (CNN Brasil, 2024), conocido por sus tendencias populistas y antidemocráticas.

La elección de Milei en Argentina y de Sheinbaum en México, dos de las mayores naciones latinoamericanas, ha generado debates no solo sobre el populismo — encabezado por Milei en Argentina y cimentado por AMLO en México y posiblemente continuado por Sheinbaum — sino también sobre la capacidad democrática de ambos países, cuestionada por las críticas hacia sus líderes y su forma de gobernar. Este análisis buscará explorar las similitudes y diferencias entre el populismo de derecha de Javier Milei y el populismo de izquierda de AMLO — y posiblemente de Sheinbaum —, con el fin de concluir sobre sus consecuencias para las democracias y para sus instituciones.

Populismos: sus variaciones y diferencias

El término "populismo" se utiliza ampliamente en diversos contextos políticos, lo que dificulta su comprensión. Suele tener una connotación negativa, asociándose a una posible afinidad con posturas antidemocráticas (Marciel, 2024, p. 1). Sin embargo, otra perspectiva lo considera compatible

con la democracia, actuando como un correctivo para sus deficiencias. Una definición útil para este análisis es que el populismo tiene un carácter anti institucional, buscando romper los sistemas existentes, crear enemigos y reducir los conflictos políticos y sociales a un enfrentamiento entre dos bandos antagónicos, generalmente "el pueblo" contra "la élite" (Torre, 2021, p. 31). Así, se construye en el imaginario social la idea de una serie de enemigos y la creencia de que el líder populista puede satisfacer todas las demandas.

En las ciencias sociales, existen tres teorías principales que explican la naturaleza del populismo: como discurso, como estrategia y como ideología, según López-Robles (2024). Para quienes lo entienden como discurso, basándose en Ernesto Laclau (2005), el populismo es una retórica política que divide el campo entre "nosotros" y "ellos". Como estrategia, se analiza como un método para alcanzar y mantener el poder, centrándose en la conexión entre el líder y el pueblo, tanto en su discurso como en sus acciones. Finalmente, como ideología, se considera una "ideología delgada" que se combina con otras más "densas", como el neoliberalismo, para defender al pueblo contra la élite y respetar su voluntad. En este análisis, utilizaremos el concepto de populismo como estrategia para evaluar el impacto del liderazgo populista.

En el caso de América Latina, el populismo ha sido la realidad de los gobiernos de la región desde mediados del siglo XX (Dockendorff; Kaiser, 2009, p. 76). En el siglo XXI, a su vez, se ha producido un nuevo auge de líderes populistas que conservan las características discurso antielitista y la movilización de las masas contra un enemigo común (Varshney, 2021). Actualmente, este debate está resurgiendo en la discusión política de la región con el ascenso de líderes de extrema derecha, como Milei y Jair Bolsonaro.

Lo que distingue al populismo de derecha del de izquierda es principalmente la perspectiva sobre qué élites y qué masas deben ser protegidas o rechazadas. En general, el populismo de izquierda suele representar a los ciudadanos más pobres y grupos marginados que luchan contra la élite dominante, mientras que el de derecha tiende a defender mayorías religiosas, étnicas o raciales, restringiendo los derechos políticos de las minorías (Varshney, 2021). En el caso de AMLO y Milei, esta diferencia se aclara no solo por sus discursos, sino por las acciones y poblaciones que buscan defender y atacar.

Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

El gobierno de AMLO y el populismo de izquierda: el impacto en la democracia y las instituciones mexicanas

Andrés Manuel López Obrador (AMLO), líder del partido Morena, fue alcalde de la Ciudad de México de 2000 a 2005 y candidato presidencial en 2006, 2012 y 2018. En 2006, su discurso populista y antisistema emergió tras su primera derrota, cuando denunció fraude electoral y atacó al Instituto Nacional Electoral (INE), situación que se repitió en 2012 (Magos, 2023). En 2018, cuando finalmente se convirtió presidente, su lema principal "Por el bien de todos, primero los pobres" y la lucha contra la "mafia del poder", formada de partidos opositores, que, para él, eran corruptos, conservadores y capitalistas (Sarsfield, 2023).

Sin embargo, desde su etapa como alcalde de la Ciudad de México, AMLO ha sido criticado por centralizar el poder. Durante su mandato, creó programas sociales para grupos pobres y marginados, pero los mantuvo bajo su control (Bruhn, 2012). Como presidente, continuó esta tendencia, intentando debilitar instituciones de contrapeso, como el Poder Judicial y los Órganos Constitucionales Autónomos (OCA), mediante cambios legislativos y recortes presupuestarios (Signos Vitales México, 2024).

En su gobierno, uno de sus principales proyectos fue la reforma electoral. En 2022, anunció el "Plan A", que buscaba reducir costos en instituciones como el INE, eliminando cargos internos, recortando financiamiento y suprimiendo autoridades locales (Yañez, 2023). Esta reforma constitucional no avanzó en el Congreso, lo que llevó a AMLO a presentar el "Plan B", que recortaba el presupuesto y las competencias del INE (La Nación, 2023). Aunque el Congreso lo aprobó, en 2023 la Suprema Corte de Justicia de la Nación (SCJN) anuló parte del paquete por ser inconstitucional (Villaseñor, 2023). Como consecuencia, AMLO anunció el "Plan C", un paquete de reformas constitucionales que buscaba atacar al Poder Judicial y eliminar organismos autónomos, como el Instituto Nacional de Transparencia y Acceso a la Información (INAI) (Fredes, 2024a). Tras las elecciones de 2024, en septiembre, cuando Morena obtuvo mayoría calificada en el Congreso, se aprobaron varias reformas del paquete, incluyendo la desaparición de siete OCA (Latinus, 2025). Aunque el plan incluye medidas

Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

orientadas al bienestar, como programas sociales, en educación, y en salud (Fredes, 2024a), los ataques a las instituciones de contrapeso generan preocupación.

El Poder Judicial también fue blanco de esos ataques. Durante su gobierno, la SCJN declaró inconstitucionales varias iniciativas de AMLO, lo que llevó a cambios en el "Plan C" que afectan su autonomía (Latinus, 2025). Una de estas reformas es la elección popular de jueces y magistrados, que priorizaría la popularidad sobre la cualificación para estos cargos. En otra decisión de la Corte contra sus planes, AMLO dejó claro que consideraba el poder judicial corrupto y lleno de partidarios de la élite (Infobae, 2022).

Para avanzar sus intereses, AMLO también utilizó estrategias como la no designación de puestos en OCA e instituciones de contrapeso, además de la reducción de presupuesto por debajo de lo autorizado, según el informe de Signos Vitales México (2024). El expresidente también creó la Guardia Nacional (GN) tras su discurso de campaña anti-militarización del país, buscando pasarla a la Secretaría de Defensa Nacional, movimiento declarado inconstitucional por parte de la SCJN por el carácter civil, y no militar, de la GN (Signos Vitales México, 2024). Sin embargo, pocos días antes de entregar la presidencia, AMLO ha logrado su aprobación en el Congreso.

En general, la retórica de AMLO de lucha contra la "élite corrupta" enmascaró sus ataques a la democracia mexicana. Aunque argumentó que estas instituciones servían a la élite, esto no justifica su debilitamiento, puesto que la lucha contra la corrupción debe basarse en reformas internas y el fortalecimiento de los contrapesos, no en la destrucción de las instituciones.

Claudia Sheinbaum: ¿continuidad o superación del populismo en México?

Claudia Sheinbaum asumió el poder en un contexto de inestabilidad política y descontento público en la sociedad mexicana. Las reformas aprobadas al final del gobierno de López Obrador generaron presión sobre la presidenta para definir si seguiría los pasos de su predecesor o no. Sheinbaum, sin embargo, optó por alinearse con su partido y líder. En

Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

su plan de gobierno, "100 pasos para la transformación", presentado durante la campaña, Sheinbaum ya señalaba la necesidad de reformar el Poder Judicial "roto", posición que mantuvo tras su elección (Fredes, 2024b). La presidenta defendió que estas reformas fortalecerían la democracia y la autonomía del Poder Judicial (Presidencia de la República, 2024). Además, respaldó las medidas de AMLO respecto a la Guardia Nacional (Caballero, 2025).

De esa manera, a pesar de apoyar las reformas de AMLO, Sheinbaum se distingue por tener un estilo menos polarizador. Evita el uso de adjetivos fuertes y no divide a la sociedad entre "pueblo" y "élite". En sus comunicaciones oficiales, como las "Mañaneras del Pueblo" — una conferencia matutina creada por AMLO, donde él criticaba constantemente a sus opositores (Signos Vitales México, 2024) —, Sheinbaum mantiene sus ideales, pero sin los ataques característicos de los líderes populistas latinoamericanos. Existe la posibilidad de que ella no ataque nuevas instituciones o poderes democráticos, como AMLO hacía cuando encontraba opositores en esos espacios, pero mantiene el legado ya instaurado.

El gobierno de Milei y el populismo de derecha: los impactos en la democracia argentina

En Argentina, Milei representa un movimiento de ascenso de la extrema derecha con líderes populistas. Este fenómeno aprovechó, sobre todo, el declive de los partidos y líderes tradicionales ante las crisis económicas, políticas y sociales (Mayer, 2023, p. 12). Desde su candidatura, Javier Milei ha presentado encendidos discursos que perseguían a la élite política que había gobernado Argentina durante años, prometiendo reformas y mejorar la situación del país (Lissardy, 2023). El actual presidente argentino ya ha dejado claro que cree ser necesario reducir la máquina pública, el gasto y las burocracias gubernamentales en lo que se conoce como "Plan Motoserra" (Miato, 2024) y luchar contra ideologías, como la de género y el comunismo (Smink, 2024).

El profesor de la Universidad de Buenos Aires, Iván Carrino,

Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

define Milei como un populista liberal que ha encontrado en el (neo)liberalismo un camino para dialogar con una parte de la población argentina — especialmente los empresarios y los trabajadores asalariados — que se consideraba oprimida por cuenta de la crisis económica, que resultaba en muchos impuestos y una alta inflación (FecomercioSP, 2024). Entonces, por medio de discursos liberales, como la reducción del Estado y del gasto público, él ha sido capaz de elegirse para gobernar el país, utilizando, sobre todo, un discurso que recurrió a los argentinos insatisfechos con la situación del país.

En su primer año de mandato, él ha empezado a implementar algunas medidas que impactaron la vida de la población argentina de diferentes maneras. Primeramente, sus medidas de contracción del gasto público, al mismo tiempo que resultaron en superávits para las cuentas del gobierno, también resultó en un incremento de la pobreza, de la población indigente y del desempleo en el país (Cruz, 2024). Además, Milei en sus discursos y medidas ha demostrado su desprecio por el tema de género, por la prensa argentina y por la memoria de la dictadura argentina. De esa manera, su proyecto de gobierno, que se dice a favor de la libertad, se muestra contradictorio en la medida que se busca prohibir algunos términos — como el "lenguaje inclusivo" — y cerrar instituciones que traten de esos temas en nombre de la defensa de una cierta "moral" (Cruz, 2024).

En general, lo que se nota en la figura de Milei es que él ha logrado conquistar el poder democráticamente con discursos atractivos a una parte de la población argentina insatisfecha con la situación del país. A partir de eso, él ha empezado a realizar una serie de cambios neoliberales en la sociedad argentina. En la medida en que el neoliberalismo se caracteriza por ser una racionalidad económica y, por tanto, se convierte en una forma de gobernar con un carácter extremadamente individualizador y anti colectivo, eso tiene el potencial de provocar la esterilización de la democracia (Brown, 2019), y en ese caso la democracia argentina.

En comparación con sus contrapartes mexicanas, es posible reconocer las similitudes del populismo como estrategia política. Mientras AMLO y Sheinbaum impulsaron proyectos y reformas enfocados en el desarrollo social y económico de los pobres, mujeres y minorías, Milei ayuda el grupo de empresarios y trabajadores que necesitan que el Estado dejara de sofocar el mercado y de gastar en políticas sociales. Las medidas políticas tomadas, principalmente,

Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

por Milei y Obrador buscan mantener esa conexión con el "pueblo" que defienden, mientras dicen combatir a la élite — corrupta y neoliberal en México y progresista y comunista en Argentina — que lo oprime.

Sin embargo, a pesar de las diferentes visiones ideológicas, sus tácticas son muy similares. El recorte de gastos o de presupuestos, sí como la desestructuración de órganos más independientes, con el argumento de que forman parte de esta élite perjudicial para el pueblo, son algunas de sus armas democráticas utilizadas para sacudir a los grupos opositores. Sus discursos inflamados contribuyen para mantener una fuerte conexión con sus bases electorales, eliminando la posibilidad de discusión saludable que se necesita en una democracia. A pesar de que Claudia Sheinbaum no actúa con la misma postura que su mentor o el líder argentino, su mantenimiento de políticas de reforma de instituciones democráticas, solo por medio de su destitución y la eliminación de la autonomía, indican una estrategia populista continua y astuta. Con Sheinbaum, es improbable que Morena cambie su rumbo tan drásticamente, al igual que Milei, quien mantiene y avanza con la implementación de sus promesas de campaña.

Reflexiones finales

Al comparar los populismos de Milei y AMLO, se evidencian las similitudes y diferencias entre la izquierda y la derecha, sin embargo, la estrategia populista es la misma. La política de austeridad con Milei o el recorte de gastos de instituciones corruptas con AMLO, mantiene un patrón de desestabilización de la pluralidad democrática. Los discursos de búsqueda del cambio y la reforma para crear una sociedad justa para el pueblo nada más es que una cortina de humo para enmascarar la búsqueda de mantenimiento del poder y del apoyo electoral de ambos líderes. El populismo se convierte, así, en una herramienta estratégica para la implementación de sus ideologías centrales sin sufrir represalias o impedimentos por parte de grupos opositores.

La conducción política de Sheinbaum puede, por otra parte, cambiar la forma del discurso populista y la exposición de sus estrategias. Su conducción política más pulida y menos reactiva puede parecer esbozar un liderazgo democrático, sin embargo, sus perspectivas de "reforma"

Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

de las instituciones del país se mantienen iguales a su predecesor. Estos casos reflejan un escenario preocupante para la región, donde populismos de izquierda y de derecha optan por destruir instituciones en lugar de reformarlas, dejando a la sociedad la tarea de defender estos espacios y buscar alternativas políticas más sólidas.

Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

Referências

AMLO va contra la SCJN: “No me vengan con ese cuento de que la ley es la ley”. I**nfobae,** 6 abr. 2022. Disponible en: https://www.infobae.com/america/mexico/2022/04/06/amlo-ira-contra-la-scjn-y-buscara-que-ex-funcionarios-no-puedan-ejercer-en-el-sector-privado-es-un-contubernio/. Consultado el: 9 feb. 2025.

Análise: as diferenças e semelhanças entre López Obrador e Claudia Sheinbaum. **CNN Brasil,** 2025. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/analise-as-diferencas-e-semelhancas-entre-lopez-obrador-e-claudia-sheinbaum/. Acesso em: 24 mar. 2025.

A un año del Plan C de López Obrador: 5 de febrero, el día en que se selló el destino de México. **Latinus,** 5 feb. 2025. Disponible en: https://latinus.us/mexico/2025/2/5/un-anio-del-plan-de-lopez-obrador-de-febrero-el-dia-en-que-se-sello-el-destino-de-mexico-134220.html. Consultado el: 9 fev. 2025.

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. 1. ed. São Paulo: Politeia, 2019.

BRUHN, K. “To hell with your corrupt institutions!”: AMLO and populism in Mexico. In: MUDDE, C.; ROVIRA KALTWASSER, C. (Eds.). **Populism in Europe and the Americas: Threat or Corrective for Democracy?** Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 88–112.

CABALLERO, M. 100 días de Sheinbaum, las cifras de su gobierno. **La Silla Rota**, 12 jan. 2025. Disponible en: https://lasillarota.com/nacion/2025/1/12/100-dias-de-sheinbaum-las-cifras-de-su-gobierno-518087.html. Consultado el: 9 feb. 2025.

Claudia Sheinbaum gana las elecciones en México y se convierte en la primera mujer presidenta del país. **G1**, 2024 Disponible en: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/06/03/claudia-sheinbaum-vence-eleicao-no-mexico-e-se-torna-1a-mulher-a-assumir-presidencia-no-pais.ghtml. Consultado el: 22 ene. 2025.

CRUZ, D. El primer año de gobierno de Milei en Argentina trae avances, pero aumenta la pobreza y el desempleo. **CNN Brasil**, São Paulo, 2024. Disponible en: https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/1-ano-de-governo-milei-na-argentina-traz-avancos-mas-ve-pobreza-e-desemprego-subirem/. Consultado el: 3 de feb. de 2025.

Referências

CONNIFF, M. L. Neo-Populism in Latin America. The 1990s and Beyond. **Revista de Ciencia Política**, vol. XXIII, n. 1, 2003, p. 31- 38.

DOCKENDORFF, A.; KAISER, V. Populismo en América Latina. Una revisión de la literatura y la agenda. **Revista Austral de Ciencias Sociales**, n. 17, p. 75-100, 2009.

El liberalismo gana terreno en Argentina tras la crisis económica. **FercomercioSP**, 2024. Disponible en: https://www.fecomercio.com.br/noticia/liberalismo-ganha-espaco-na-argentina-apos-crise-economica. Consultado el: 3 de feb. de 2025.

En qué consiste el polémico "Plan B" de López Obrador que generó protestas masivas en México. **La Nacion**¸27 fev. 2023. Disponible en: https://www.lanacion.com.ar/el-mundo/en-que-consiste-el-polemico-plan-b-de-lopez-obrador-que-genero-protestas-masivas-en-mexico-nid27022023/. Consultado el: 9 feb. 2025.

FREDES, F. M. El "Plan C": ¿En qué consisten las 18 reformas de AMLO pendientes en el Congreso? **El Economista**, 11 jun. 2024a. Disponible en: https://www.eleconomista.com.mx/politica/El-Plan-C-En-que-consisten-las-18-reformas-de-AMLO-pendientes-en-el-Congreso-20240607-0077.html. Consultado el: 9 feb. 2025.

FREDES, F. M. Los 6 ejes de la propuesta de Claudia Sheinbaum para reformar el Poder Judicial. **El Economista**, 11 jun. 2024b. Disponible en: https://www.eleconomista.com.mx/politica/Los-6-ejes-de-la-propuesta-de-Claudia-Sheinbaum-para-reformar-el-Poder-Judicial-20240611-0063.html. Consultado el: 9 feb. 2025.

JORDÃO, P. Hoy termina una forma de hacer política y comienza otra, dice Milei en discurso. **CNN Brasil**, São Paulo, 2023. Disponible en: https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/hoje-termina-uma-forma-de-se-fazer-politica-e-comeca-outra-diz-milei-em-discurso/. Consultado el: 21 de enero de 2025.

LACLAU, E. **La razón populista**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.

LISSARDY, G. Toma de posesión de Milei: 5 frases del primer discurso del nuevo presidente de Argentina. **BBC News Brasil,** 2023. Disponible en: https://www.bbc.com/portuguese/articles/c6pdpm583evo. Consultado el: 22 ene. 2025.

Referências

LÓPEZ-ROBLES, A. “Nada ni nadie estará por encima de la voluntad soberana del pueblo”: AMLO, las redes y el populismo contemporáneo en México. **Revista Mexicana de Opinión Pública**, p. 137–159, 15 jan. 2024.

MAGOS, A. El populismo plebeyo de López Obrador. **OpenDemocracy**, 9 de diciembre de 2020. Disponible en: https://www.opendemocracy.net/pt/populismo-plebeu-andres-manuel-lopez-obrador/. Consultado el: 21 ene. 2025.

MAGOS, A. Retroceso democrático en México: Lecciones para opositores al populismo autoritario. **Wilson Center**, 26 may. 2023. Disponible en: https://www.wilsoncenter.org/article/retroceso-democratico-en-mexico-lecciones-para-opositores-al-populismo-autoritario. Consultado el: 8 feb. 2025.

MARCIEL, R. Populismo. **Enciclopedia de Filosofía de la Sociedad Española de Filosofía Analítica (SEFA)**, 2024. Disponible en: http://www.sefaweb.es/populismo/. Consultado el: 28 ene. 2025.

MAYER, R. El huevo de la serpiente del siglo XXI: crisis de la democracia, neoliberalismo y populismo de derechas. En: FOLTRAN, E.; RODRIGUES, M. **Efeito Bolsonaro na educação**: análise crítica. Ponto Grossa: ZH4, 2023. P. 10-33.

MIATO, B. La Argentina de Milei: qué cambió a un año del Plan Motosierra. **G1**, Buenos Aires, 2024. Disponible en: https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/12/30/argentina-de-milei-g1-mostra-o-que-mudou-na-vida-e-economia-do-pais-um-ano-apos-o-plano-motosserra.ghtml. Consultado el: 22 de enero de 2025.

Presidencia de la República. Con el avance de la reforma al Poder Judicial, triunfa el pueblo, la Constitución y el Estado de derecho: presidenta Claudia Sheinbaum. **Gobierno de México**, 6 nov. 2024. Disponible en: http://www.gob.mx/presidencia/prensa/con-el-avance-de-la-reforma-al-poder-judicial-triunfa-el-pueblo-la-constitucion-y-el-estado-de-derecho-presidenta-claudia-sheinbaum?idiom=es. Consultado el: 9 feb. 2025.

SARSFIELD, R. Entre el pueblo bueno y la élite corrupta. Narrativa populista y polarización afectiva en las redes sociales en México. **Revista mexicana de opinión pública**, n. 35, p. 13–34, dic. 2023.

Referências

SIGNOS VITALES MÉXICO. **El Legado de López Obrador**. Reporte 17, 29 nov. 2024. Disponible en: https://signosvitalesmexico.org/reporte-17/. Consultado el: 8 feb. 2025

SMINK, V. Javier Milei: las 5 batallas morales contra la izquierda en Argentina que marcaron sus primeros 100 días de gobierno. **BBC News Brasil**, 2024. Disponible en: https://www.bbc.com/portuguese/articles/clm7d1xnz2go. Consultado el: 22 de enero de 2025.

TORRE, C. What do we mean by populism?. In: TUMBER, H.; WAISBORD, S. **The Routledge Companion to Media Disinformation and Populism.** Routledge, 2021. P. 29-37.

VARSHNEY, A. Populism and Nationalism: An Overview of Similarities and Differences. **Studies in Comparative International Development**, v. 56, n. 2, p. 131-147, 1 jun. 2021.

VILLASEÑOR, C. Plan B: ¿Qué significa que la SCJN haya invalidado la primera parte de la reforma electoral de AMLO? **Informador.Mx**, 8 may. 2023. Disponible en: https://www.informador.mx/mexico/Plan-B-Que-significa-que-la-SCJN-haya-invalidado-la-primera-parte-de-la-reforma-electoral-de-AMLO-20230508-0128.html. Consultado el: 9 feb. 2025.

YAÑEZ, B. Las claves de los planes "A", "B" y "C" de AMLO a favor de una reforma electoral. **Expansión Política**, 13 may. 2023. Disponible en: https://politica.expansion.mx/mexico/2023/05/13/las-claves-de-los-planes-a-b-y-c-de-amlo-a-favor-de-una-reforma-electoral. Consultado el: 8 feb. 2025.

Para além do populismo: a estratégia de Javier Milei

Vítor Vieira Branquinho

A história da política argentina é marcada por candidaturas e eleições de personagens populistas, desde Juan Perón até o casal Kirchner, e os diferentes candidatos de diferentes partidos sempre utilizaram o populismo para levar suas campanhas adiante (Llanos, 2023). Desse modo, quando Javier Milei, atual presidente da República Argentina, começa seu processo de eleição, não foi diferente de seus antecedentes ao usar semelhante comportamento. Todavia, se até então, todos os presidentes usaram desse discurso, é improvável que o populismo seja o motivo principal que os levou à vitória, já que até mesmo rivais o possuíam como característica em comum. Logo, deve haver outro fator que explica porque Milei ganhou dessa vez.

Com o fim da ditadura que assolava o país, em 1983, dá-se início a um processo de redemocratização, que se estende até os dias atuais. Todavia, apesar de democrático, esse período de quase quarenta anos se caracterizou pela constante instabilidade do cenário político do país. Mais recente, desde 2023, a inflação do país assumiu dígitos duplos e gerou uma irritabilidade entre os políticos e o povo. Isso permitiu que o candidato Javier Milei, do partido La Libertad Avanza, ganhasse cada vez mais destaque entre seus oponentes (Llanos, 2023).

Sua vitória se mostra como uma ruptura do duelo peronista e anti-peronista dos presidentes eleitos que governavam o país. Com um comportamento excêntrico e cômico, além de sua bagagem como comentador econômico, Milei foi subestimado durante o período de eleições (Käss, 2023b). Suas propostas giravam em torno do alinhamento libertário que ele auto declarava possuir. De modo geral, eram soluções simples e fáceis para problemas extremos (Llanos, 2023). Dessa maneira, somada às disputas internas entre os candidatos e os eleitores, a aclamada representação dos desiludidos em sua personagem, seu carisma e as propostas disruptivas que supostamente solucionariam os problemas econômicos do país, Javier Milei consegue ser eleito como 76º presidente da Argentina.

O intuito dessa análise, então, é buscar entender melhor os fatores que levaram a vitória de Milei. Primeiro, é proposto que o populismo, por si só, não é suficiente para explicar o sucesso de sua candidatura, apesar de ser uma característica importante, devido ao universalismo de seu uso durante a história argentina. Segundo, será entendido que o comportamento de outsider e as propostas milagrosas trouxeram sua fama e sua conquista no pleito político. Assim, para além do populismo, entenderá os outros fatores da estratégia do atual presidente.

O populismo na política argentina

Antes de tudo, é importante ressaltar qual o conceito de populismo que essa análise se valerá. Independente de ser considerado como anti-democrático ou como apoio à democracia, tem-se que ele pode ser associado às ideologias, tanto de esquerda, quanto de direita (Marciel, 2024) - como será visto ao longo da trajetória política argentina. Um fator em comum que ele apresenta entre os candidatos é que ele procura romper o sistema vigente, assim como reduzir os conflitos do país, enfrentando aqueles que são considerados "inimigos" (Torre, 2021). De modo geral, o populismo é visto como uma característica que conecta o povo ao seu candidato, personificando os problemas atuais e propondo novas respostas para solucioná-los.

Nesse sentido, é possível ver uma relação dele com o conceito de tirania das massas, proposto por John Stuart Mill (1991 [1859]). Ela acontece quando a maioria de uma população, a massa, cerceia as liberdades individuais das minorias e impede o funcionamento da democracia. Para isso, será preterido o interesse das massas ao dos indivíduos, inclusive em relação à atuação dos políticos. Em outras palavras, o conceito explica que, nem sempre, a maioria é capaz de decidir pelo melhor da população, mas somente pelo seu próprio. Nesse sentido, os políticos populistas buscam instrumentalizar essas massas para alcançarem sua vitória, uma vez que, mesmo estando erradas, elas podem elegê-lo (Mill, 1991 [1859]), além de usarem-nas para levar suas propostas adiante. De modo geral, essa é a lógica populista: criar uma identidade entre político e a maioria do povo.

 Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

Nos anos de 1946 e 1955, como ditador, e, outra vez, em 1973, eleito democraticamente, a figura de Juan Perón assumiu os holofotes da política argentina. No primeiro momento, Perón inseriu medidas que atingiam a população em massa do país - semelhante ao que Getúlio Vargas fez no Brasil alguns anos antes -, inserindo direitos trabalhistas e segurança social. Essas reformas resultaram em uma melhora da qualidade de vida dos trabalhadores e decorreu na criação de um movimento que favorecia o nacionalismo econômico e um Estado forte, o Peronismo (Messari, 2024). Junto com ele, o anti-Peronismo também ganhou espaço como rival político do movimento. Ambos dominaram o cenário político argentino, competindo entre si e destacando as propostas que iam de encontro com a política do partido rival a fim de encontrar uma identidade entre movimento e povo (Messari, 2024).

Durante o governo de Carlos Menem, entre 1989 e 1999, que não era peronista, com a longa manutenção de suas propostas de privatizações, convertibilidade e abertura econômica, uma série de medidas dedicadas a salvar a economia, a Argentina foi exposta à recessão, ao déficit fiscal e a uma dívida pública crescente, o que levou a população ao desemprego e pobreza. Esse cenário permitiu que seu sucessor, Fernando de la Rúa, chegasse ao poder com a proposta de resgatar a convertibilidade e trazer o país de volta à estabilidade (Llanos, 2023). Isso mostra outra máxima do populismo: em tempos de crise, aquele que promete salvar, ganha.

Já nas décadas de 2000 e 2010, a florescência dos movimentos de esquerda que ocorreram na América Latina trouxe o casal Kirchner ao governo argentino, cujos mandatos duraram de 2003 até 2015. As suas medidas eram voltadas a atender as demandas populares e gerar o ambiente de identidade, principalmente ao criarem uma noção de “nós contra eles” com o povo acerca de seus rivais políticos (Llanos, 2023). É notório, portanto, a mão populista nesses governos, ressaltada na maneira como as propostas dos presidentes se projetavam em direção ao povo, tentando solucionar os problemas vigentes, personificados nos adversários.

Por fim, já nas últimas eleições de 2023, Sergio Massa, o candidato da oposição a Javier Milei, utilizou uma campanha de medo como estratégia (Käss, 2023b). Em suas propagandas e discursos, Milei era representado como mentalmente incapaz de governar o país. Além disso, Massa focava em mostrar à população os privilégios que poderiam ser desfeitos caso Milei ganhasse, como

 Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

subsídios para água, gás, eletricidade, educação e saúde pública (Käss, 2023b). Esse discurso também se assemelhava ao proposto pelos Kirchner, também gerando uma identidade entre o candidato e seu povo. Foi visto, assim, que a população argentina está habituada aos candidatos populistas. Logo, quando se é apresentado dois candidatos que apelam ao populismo, é necessário mais que esse fator para explicar sua vitória.

O diferencial de Milei

Javier Milei se diferencia de seus antecedentes ao juntar ao populismo o discurso radical de suas políticas econômicas e sua posicionalidade dentro do ordenamento político argentino (Käss, 2023a). Suas propostas focam em posições ultraliberais na política econômica, como a drástica redução do Estado às tarefas essenciais absolutamente indispensáveis, cortes amplos nas prestações sociais e a abertura ferrenha dos mercados (Käss, 2023a). Não somente, o contexto inflacionário, com alta irritabilidade popular, e seu porte anti-progressista, somam-se a construir um cenário ideal para sua vitória, como será visto adiante.

Foi visto, nos últimos anos do contexto político da América Latina, um aumento da desconfiança popular nos partidos convencionais e também um desencantamento com suas políticas. Logo, quando esses fenômenos floresceram, abriu-se uma porta para aqueles candidatos que vinham de fora do mainstream, com promessas de restabelecer o sistema político (Llanos, 2023). É nesse contexto que aparece Javier Milei, envolto numa bandeira de Gadsden, ao som de Una Bandita Indie de La Plata, projetando-se como o último rebelde do sistema argentino, o único capaz de pôr um fim à sequência peronista (Stefanoni, Marchesini, 2022).

Milei queria acabar com os privilégios do establishment político, ao qual ele dava o nome de "casta", algo semelhante ao que Fernando Collor prometia no Brasil com o "fim dos marajás" (Messari, 2024). Não somente, propunha abolir o banco central e dolarizar a economia, associando a essas propostas o argumento de que a Argentina enfrentava a crise econômica mais complexa de sua história e que seria necessário um trabalho esforçado e empenhado dos argentinos (Messari, 2024). Pode ser dito, na verdade, que a crise econômica foi um dos fatores principais para

 Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

sua vitória (Oliveros, Simison, 2023). As eleições de 2023 ocorreram em um contexto de dívidas ascendentes, inflação acelerada e pobreza alastrante. Somado a isso, Sergio Massa, que recebeu o apoio de Alberto Fernández, antecessor de Milei, e seu Ministro da Economia, fez uma coaptação de recursos estatais para a campanha eleitoral de uma maneira tão imprudente, deixando para o governo sequencial cofres vazios e a ausência de reservas cambiais, algo que Milei teve que lidar (Llanos, 2023).

Os planos de Milei eram ambiciosos e multifacetados, todos relacionados à redução da atuação estatal, à ampliação da liberdade e ao revisionismo histórico do país (Messari, 2024). Essas pautas representam uma ruptura com a continuidade política da Argentina, marcada por uma sequência dominante do Peronismo, tendenciando as eleições (Perochena, 2023). Contudo, é duvidoso afirmar que a população argentina votou em Milei mais pelas suas propostas ultraliberais do que pela simples demanda de uma mudança (CSIS, 2023). Em outras palavras, votaram mais contra o sistema peronista e suas políticas falhas do que em favor às políticas agressivas (CSIS, 2023). Javier Milei, sabiamente, soube aproveitar a frustração dos milhões de argentinos com seu estilo extravagante e discursar exatamente contra aquilo que lhes causava essa frustração: a economia e os políticos (Llanos, 2023). Assim, pode-se perceber que muitos talvez nem apoiem as posições da extrema-direita de Milei, mas querem uma mudança na economia e na situação do país (Käss, 2023b). A repulsa ao status quo foi maior que o medo da mudança, sendo esse o fator que pode ter feito Javier Milei vencer o pleito argentino.

Conclusão

Desse modo, é compreendido a complexidade da política argentina na democracia latino-americana. Por anos, ela vem sendo representada pela onda peronista, e, sobretudo, pelas políticas de esquerda. Nos últimos tempos, essas políticas desencadearam um levante inflacionário, além de outros problemas sociais e econômicos, levando a sociedade argentina a um grande descontentamento com o caminho que o país vinha seguindo. Concomitantemente, o populismo, por sua vez, foi só mais uma característica presente na democracia do país.

Desde Perón até Milei, essa estratégia vem acompanhando

 Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

os candidatos à presidência e vem sendo um fator, não diferencial, mas comum no sistema. No que tange a personificar problemas e antagonizar os rivais, essa característica é constante no governo desses presidentes. Todavia, com Javier Milei, as propostas ultraliberais, diferentes das que o país estava acostumado, e o comportamento de outsider, um rebelde ao sistema vigente, classificam-no como uma personagem diferente no quadro político.

Então, quando ele se viu em um contexto de insatisfação pública e de linearidade das políticas governamentais, com uma janela aberta para sua vitória, o político absorveu esses problemas e os enfrentou com um discurso de ruptura, prometendo restabelecer o sistema do zero, minando os privilégios políticos e mudando as medidas que guiavam as decisões do país. O público, afinal, não querendo continuar enfrentando as crises, as dificuldades financeiras e os recorrentes problemas em suas vidas, optaram por aquele que prometia mudança, apesar do modelo cômico que se apresentava à mídia. Assim, o populismo não foi o fator decisivo da vitória, mas sim o contexto e a posicionalidade de Milei. Sua eleição está mais aos méritos da crise econômica e inflacionária e do desejo por "novos ares" por parte da população. Em suma, fica a reflexão do ponto que a democracia da América Latina, tendo a Argentina como exemplo, chegou: prefere-se a esperança da mudança, a despeito daquilo que vem consigo e, principalmente, daquele que a traz, do que a prorrogação da condição atual.

 Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

Referências

KÄSS, S. Argentinien vor den Wahlen: Die Hoffnung auf den Umschwung. **Konrad Adenauer Stiftung**, set. 2023a.

KÄSS, S. Ein Sprung ins Ungewisse: Der Libertäre Javier Milei ist der neue Präsident Argentiniens. **Konrad Adenauer Stiftung**, nov. 2023b

LLANOS, M. They Should All Go (Again)! Forty Years Of Democracy in Argentina. **Giga Focus**, out. 2023.

MARCIEL, R. Populismo. **Enciclopedia de Filosofía de la Sociedad Española de Filosofía Analítica (SEFA)**, 2024. Disponível em: http://www.sefaweb.es/populismo/. Acesso eml: 20 mar. 2025.

MESSARI, N. The Election of Javier Milei in Argentina: Context, Ambition, and Impact. **Policy Center for the New South.** Ben Guerir, 2024. Disponível em: https://www.policycenter.ma/sites/default/files/2024-03/PB_08-24_Nizar%20Messari.pdf. Acesso em: 10 fev. 2025.

MILL, J. S. **Sobre a liberdade**. Petrópolis: Vozes, 1991 [1859].

OLIVEROS, V. SIMISON, E. Why Did Argentina Just Elect a Radical Right-Wing Political Outsider? **Journaul of Democracy.** Washington, 2023. Disponível em: https://www.journalofdemocracy.org/elections/why-did-argentina-just-elect-a-radical-right-wing-political-outsider/. Acesso em: 10 fev. 2025.

PEROCHENA, C. Los usos de la historia en la política argentina actual. **Nueva Sociedad**. Buenos Aires, 2023, [s/v], n. 308. Disponível em: https://nuso.org/articulo/308-usos-de-la-historia-politica-argentina-actual/. Acesso em: 10 fev. 2025.

STEFANONI, P.; MARCHESINI, B. O QUE QUEREM OS LIBERTÁRIOS E POR QUE ELES SE APROXIMARAM DA EXTREMA DIREITA?. In: STEFANONI, P.; MARCHESINI, B. **A rebeldia tornou-se de direita? Como o antiprogressismo e a anticorreção política estão construindo um novo sentido comum (e por que a esquerda deveria levá-los a sério)**. Campinas: SciELO, Editora Unicamp, 2022, pp. 77–103.

Referências

THE Election of Javier Milei and Opportunities for Geopolitical Realignement. **Center for Strategic and International Studies (CSIS)**. Washington, 2023. Disponível em: https://www.csis.org/analysis/election-javier-milei-and-opportunities-geopolitical-re-alignment. Acesso em: 10 fev. 2025.

TORRE, C. What do we mean by populism?. In: TUMBER, H.; WAISBORD, S. **The Routledge Companion to Media Disinformation and Populism**. Routledge, 2021. P. 29-37.

O Peso do Dólar: Da Intervenção Norte-Americana ao Populismo de Milei na Argentina

Luísa Beatriz Ribeiro Silva

A eleição de Javier Milei à presidência da Argentina, em dezembro de 2023, representa mais que uma inflexão ideológica ou uma reação conjuntural a uma crise econômica pontual. Trata-se, sobretudo, da manifestação de uma dependência estrutural de longa duração, que marca a trajetória do modelo econômico argentino e sua subordinação histórica às diretrizes de política econômica oriundas dos Estados Unidos. A ascensão de Milei – que se autodeclara "anarcocapitalista" e defende a dolarização da economia, a eliminação do peso e a desregulamentação ampla do Estado – não pode ser compreendida sem referência à influência sistemática exercida por Washington, por meio de organismos multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), de escolas econômicas como a de Chicago, e de think tanks neoliberais transnacionais (Cury, 2011).

A crise econômica que permitiu sua eleição foi amplificada por decisões tomadas sob a égide de organismos financeiros internacionais, como o acordo de reestruturação da dívida de US$ 44 bilhões firmado com o FMI em 2022 (International Monetary Fund, 2022). Este acordo impôs à Argentina um conjunto de condicionalidades clássicas do receituário neoliberal – cortes em gastos sociais, metas de superávit primário e desvalorizações do câmbio – que, longe de estabilizar a economia, aprofundaram a recessão e impulsionaram a inflação para 211% em 2023, a mais alta em três décadas (Catto, 2024). Nesse cenário de colapso social e institucional, Milei emerge como uma figura politicamente viável, prometendo não apenas romper com o "comunismo", mas abraçar de forma radical a ortodoxia econômica historicamente promovida pelos Estados Unidos na América Latina.

A presente análise busca compreender Javier Milei não como uma ruptura com o passado recente, mas como a expressão mais acabada de uma lógica de dependência econômica moldada ao longo do século XX e aprofundada no século XXI. Desde o apoio norte-americano à ditadura militar argentina nos anos 1970. Passando

pela implementação do Consenso de Washington nos anos 1990 e pelos sucessivos acordos com o FMI nas décadas seguintes, a política econômica argentina foi sucessivamente condicionada por interesses e estruturas externas. Ainda que distintos em sua retórica, governos como os de Menem, Kirchner, Macri, Fernández e, agora, Milei, operaram dentro de um mesmo marco de ação: a manutenção da Argentina como economia periférica, marcada por ciclos de endividamento, crises e ajustes.

Ao aprofundar a dolarização e a retirada do Estado da economia, Milei não inaugura um novo paradigma, mas radicaliza os mecanismos de subordinação ao centro do sistema internacional, reforçando a condição dependente da Argentina no sistema econômico global. Em última instância, sua eleição pode ser lida como o ápice de um processo histórico de transferência de soberania econômica, em que a capacidade do Estado argentino de formular respostas autônomas à crise é sistematicamente corroída por condicionantes externos. A crise da democracia argentina, na figura da ascensão de Milei, nesse sentido, não é apenas o resultado de falhas institucionais internas, mas também o produto direto de uma arquitetura internacional assimétrica que restringe suas possibilidades de ação soberana.

A Influência dos EUA e a Reconfiguração do Estado Argentino: Da Ditadura ao Neoliberalismo

O modelo democrático liberal na América Latina não surgiu de forma orgânica, mas foi imposto por interesses externos que reforçaram a dependência econômica da região (Marini, 2007). Na Argentina, essa interferência se intensificou durante a Guerra Fria, quando os Estados Unidos, temendo a expansão soviética após a Revolução Cubana (1959), passaram a considerar governos progressistas como ameaças (Filho, 1999). Esse temor justificou o apoio à ditadura argentina (1976–1983), inclusive com treinamento de militares na Escola das Américas para depois aplicarem técnicas de repressão aprendidas em programas financiados pelos EUA (Quadrat, 2002). A participação americana no Plano Condor, coordenado pela

Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

CIA, colaborou com a repressão a opositores de esquerda, resultando em 30 mil desaparecidos e perseguição a exilados com ajuda de agentes estadunidenses, segundo arquivos do Departamento de Estado divulgados em 2019 (Abrão, 2021; O Globo e Agências Internacionais, 2019).

Com o fim das ditaduras, os EUA adaptaram sua estratégia de influência, adotando o neoliberalismo como novo mecanismo de dominação econômica. Marini (2007) destaca que a redemocratização integrou uma reestruturação global guiada pelos interesses dos EUA. A redemocratização coincidiu com a abertura econômica, em um contexto marcado por pesadas dívidas externas deixadas pelos regimes militares (Marini, 2007).

É nesse sentido, então, que na década de 1990, os países latino-americanos, incluindo a Argentina, seguiram as diretrizes do Consenso de Washington – disciplina fiscal, abertura comercial, estímulo ao investimento estrangeiro, privatizações, desregulamentação e respeito ao direito de propriedade (Chiarello; Da Silva; Villas Boas, 2019). Na Argentina, essas medidas foram implementadas pelo governo de Carlos Menem (1989–1999), com destaque para a Lei de Convertibilidade (1991), que atrelou o peso ao dólar, e a privatização de empresas estratégicas como a YPF (Yacimientos Petrolíferos Fiscales) e ferrovias, a preços irrisórios (Américo, 2023; Redação Rede Argentina, 2023).

O objetivo era controlar a hiperinflação e estabilizar a economia. Inicialmente, houve êxito na redução da inflação, mas a dependência crescente do capital internacional e o endividamento levaram ao colapso. Em 2001, a dívida atingiu US$ 144 bilhões (Lapper e Catan, 2001), o desemprego alcançou 20% (Reuters, 2003) e o PIB per capita caiu 28% entre 1998 e 2002 (Chirinos, 2005).

A crise teve seu ápice com o "corralito" – congelamento bancário decretado em dezembro de 2001, que limitou os saques a 250 pesos semanais e proibiu retiradas em dólares –, e a moratória da dívida externa no valor de US$ 100 bilhões (Rocha, 2006; Da Redação, 2014). Esses episódios provocaram o “Argentinazo”, uma onda de protestos que resultou na renúncia de cinco presidentes em poucas semanas, com 39 mortos e mais de 52% da população na pobreza (Salinas, 2015; Jonas, 2012).

Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

Democracia em Crise: A Representatividade Esgotada na Argentina

A imposição do modelo neoliberal na América Latina, especialmente a partir das décadas de 1980 e 1990, resultou em transformações profundas nas instituições democráticas da região. Conforme aponta Marini (2007), o modelo democrático liberal não surgiu de forma orgânica no continente, mas como um projeto exógeno, ajustado aos interesses das elites locais e das potências estrangeiras. No caso argentino, a democracia foi fragilizada desde o início por sua condição de dependência.

Os governos de Néstor e Cristina Kirchner (2003–2015) buscaram reconstruir o pacto social desfeito após a crise de 2001, recorrendo a políticas de redistribuição e adotando uma retórica fortemente crítica ao Fundo Monetário Internacional. No entanto, segundo Da Silva (2009), apesar de seu discurso anti-neoliberal, os Kirchner não romperam com as estruturas macroeconômicas herdadas dos anos 1990, mantendo os principais pilares do modelo de dependência.

Com a eleição de Mauricio Macri em 2015, a Argentina retorna de forma explícita à ortodoxia neoliberal (Cholvis, 2020). Seu governo implementa políticas de austeridade, promove cortes nos gastos públicos, elimina subsídios e busca reintegrar o país aos mercados financeiros internacionais. O resultado, contudo, foi o agravamento das desigualdades sociais, o aumento do endividamento externo e o retorno ao FMI em 2018, com um empréstimo recorde de cerca de 57 bilhões de dólares (Cholvis, 2020; G1, 2018). Apesar da promessa de modernização e abertura, a gestão Macri aprofundou a crise econômica (Cholvis, 2020) minando assim ainda mais a confiança nas instituições democráticas, ao aplicar um receituário que ampliou a instabilidade e piorou a insatisfação da população.

Posteriormente, Alberto Fernández (2019–2023) tentou preservar certo equilíbrio institucional. Mesmo diante da crise agravada e da pressão do FMI, renegociou a dívida em 2020 sem aderir completamente às reformas exigidas pelo Fundo (Fernandes *et al.*, 2022). Ainda assim, sua gestão foi marcada por inflação crescente, empobrecimento da população e descrédito generalizado da política, aprofundando a sensação de esgotamento da

Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

democracia representativa.

Esse contexto alimentou a descrença nas instituições e gerou um vácuo de representatividade que preparou o terreno para o surgimento de discursos mais radicais e anti políticos. A falência do modelo de conciliação e os limites das experiências progressistas revelaram que, sem romper com os mecanismos de dependência econômica, os governos democráticos latino-americanos permanecem reféns dos interesses externos e dos circuitos financeiros internacionais (Chiarello; Da Silva; Villas Boas, 2019). Como observam Jatobá e Andrade (2022), em cenários de frustração da população, ganham espaço na política outsiders que se apresentam como "a voz do povo", rejeitam a legitimidade do sistema político tradicional e passam a corroer ou ameaçar as instituições pelas quais foram eleitos.

O Populismo como Resposta: Milei e a Nova Face da Crise Argentina

Frente ao desgaste das estruturas institucionais tradicionais e à incapacidade da democracia liberal de oferecer soluções concretas para os problemas sociais, a Argentina assistiu à ascensão de formas de populismo que canalizam o descontentamento popular. Segundo Bartra (2008, p. 5), o populismo é "um discurso que interpela o 'povo' como sujeito, para se opor ao poder hegemônico". Essa lógica se intensificou em um país marcado por sucessivas crises econômicas, inflação crônica, dívida externa e descrédito nas elites políticas.

É nesse cenário que Javier Milei, eleito em 2023, se projeta como a figura mais disruptiva da política argentina recente. Apresentando-se como um outsider radical, Milei articula uma retórica agressivamente liberal, propõe a dolarização completa da economia e promete "demolir o Estado". Sua linguagem antiestablishment e os constantes ataques à chamada "casta política" ressoam com uma população exausta dos fracassos do modelo tradicional. Seu discurso se ancora em um antagonismo binário entre um "povo puro" e uma elite política corrupta, valorizando a ideia de soberania popular e atacando os intermediários institucionais, como partidos, parlamento e imprensa –

 Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

o que é característico dos populismos contemporâneos (Jatobá e Andrade, 2022).

Contudo, apesar da retórica revolucionária, suas propostas aprofundam os mesmos princípios neoliberais que historicamente causaram instabilidade e exclusão social. Ao propor a entrega completa da soberania monetária e cortar direitos sociais, Milei reproduz – sob nova roupagem – a lógica de dependência que já havia sido instaurada nos anos 1990 (Costa, 2022). Isso confirma a crítica de Marini (2007), segundo a qual a democracia liberal latino-americana, ao não ser capaz de expressar autonomamente os interesses populares, se transforma em um instrumento de reprodução das elites e das potências estrangeiras.

Milei representa, portanto, a face mais radical de um populismo que, em vez de romper com o sistema, o leva às últimas consequências. Sua proposta de liberdade total de mercado, embora embalada em um discurso de autonomia, na prática significa a submissão ainda maior às dinâmicas do capital internacional. Esse paradoxo – o uso da linguagem de ruptura para implementar um aprofundamento da dependência – revela os limites do populismo enquanto resposta à crise.

Como alerta Bartra (2008), lideranças populistas, mesmo quando insurgentes, frequentemente terminam por reproduzir práticas autoritárias, centralizadoras e de manutenção da ordem econômica vigente. No caso de Milei, essa tendência se manifesta em sua relação conflituosa com o Congresso, o desprezo pelo diálogo institucional e a tentativa de governar por decretos – características que colocam em risco os princípios democráticos em nome da "eficiência" e da "salvação econômica".

A experiência argentina mostra, assim, que o populismo não é solução, mas um sintoma da falência estrutural do sistema político. Ele expressa a demanda por mudança, mas frequentemente conduz a novos ciclos de autoritarismo e submissão externa. Javier Milei representa o ponto culminante dessa trajetória: um populismo ultraliberal que se alimenta da crise para aprofundá-la, prometendo liberdade enquanto reconfigura a democracia como uma fachada a serviço do mercado.

Considerações Finais

Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

A trajetória recente da Argentina ilustra de forma emblemática os impasses enfrentados pelas democracias latino-americanas diante da hegemonia neoliberal. Desde a interferência direta dos Estados Unidos durante a Guerra Fria, passando pela imposição das diretrizes do Consenso de Washington, até a dolarização parcial da economia nos anos 1990, a soberania política argentina foi sistematicamente condicionada por estruturas de poder externas. Como apontado por Marini (2007), a democracia liberal na América Latina, longe de se constituir como um processo autônomo, foi construída sob bases exógenas, ajustadas à lógica do capital internacional e aos interesses das elites locais.

A consequência desse processo é a persistente crise de representatividade política, em que governos eleitos democraticamente veem-se incapazes de responder às demandas sociais por estarem subordinados às exigências de austeridade fiscal e estabilidade monetária impostas por instituições financeiras globais. Essa disjunção entre o voto popular e a eficácia política alimenta a descrença na democracia e cria terreno fértil para o surgimento de lideranças populistas.

Nesse cenário, Javier Milei representa tanto uma continuidade quanto uma ruptura. Continuidade no sentido em que reproduz – de forma ainda mais radical – os fundamentos do neoliberalismo que prometem resolver a crise econômica aprofundando a dependência do país. E ruptura por sua retórica abertamente antissistema, que nega os canais institucionais tradicionais e propõe soluções autoritárias sob o disfarce da liberdade de mercado.

Assim, o fenômeno Milei, longe de significar uma simples mudança de orientação política, deve ser compreendido como resultado histórico de décadas de políticas que desarticularam a soberania popular em nome da estabilidade financeira. O populismo de direita surge, portanto, como resposta distorcida a um sistema político-econômico em colapso, mas cujas causas estruturais permanecem inalteradas. Enquanto a lógica neoliberal seguir moldando os limites da ação estatal, qualquer projeto democrático estará condenado a funcionar sob os termos de uma dependência travestida de modernização – e a crise de representação política seguirá como marca constitutiva das democracias latino-americanas.

Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

Referências

ABRÃO, R. **Políticas de memória no Brasil e na Argentina :** lembranças do nunca mais. 1. ed. Florianópolis : Editoria em Debate/ UFSC, 2021. v. 1.

AMÉRICO, J. **Conheça a YPF, a Petrobras da Argentina que Milei quer privatizar; ações da empresa disparam 40%**. Disponível em: https://www.moneytimes.com.br/conheca-a-ypf-a-petrobras-da-argentina-que-milei-quer-privatizar-acoes-da-empresa-disparam-40/.

BANDEIRA, L. A. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 45, n. 2, p. 135–146, jul/ dez. 2002. Disponível em:https://www.scielo.br/j/rbpi/a/fvD3ZxTMx79JzdCxS4rZTSt/abstract/?lang=pt. Acesso em: 6 fev. 2025.

BARTRA, R. Populismo y democracia en América Latina, **Letras Libres,** México, nº 48, abril. 2008. Disponível em: https://www.flacsoandes.edu.ec/sites/default/files/agora/files/1229642106.1207607448_1__2.pdf. Acesso em: 5 fev. 2025.

CASANOVA, P. La crisis del estado y la lucha por la democracia en América Latina: Problemas y Perspectivas. In: CASANOVA, P. e ROITMAN, M. **De la sociología del poder a la sociología de la explotación: pensar América Latina en el siglo XXI**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores CLACSO, 2009. p. 185-210.

CATTO, A. **Inflação na Argentina fecha 2023 em 211,4%, maior nível em 33 anos**. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/01/11/inflacao-argentina-2023.ghtml. Acesso em: 30 mar. 2025.

CHIARELLO, F.; Da Silva, G.; VILLAS BOAS, O. Capitalismo e Democracia: Da crise econômica de 2008 à crise de legitimação política. **Revista Direito UFMS**, Campo Grande, v. 5, n. 2, p. 166–186, jul/dez. 2019. Disponível em: https://periodicos.ufms.br/index.php/revdir/article/view/9681 Acesso em: 6 fev. 2025.

CHIRINOS, C. **Década de 90 foi decepcionante na AL, diz FMI.** Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2005/02/050208_americalatinacg. Acesso em: 8 fev. 2025.

CHOLVIS, Jorge Francisco. La Constitución argentina y los tiempos del F.M.I. - De Aramburu a Macri. **Revista Científica Arbitrada de la Fundación MenteClara**, v. 5, p. 1–22, 2020. Disponível em: https://fundacionmenteclara.org.ar/revista/index.php/RCA/article/view/137/265. Acesso em: 1 abr. 2025.

Referências

COSTA, L. **A Adoção do Consenso de Washington por Carlos Menem em Perspectiva com o Capitalismo Periférico**. Monografia para obtenção de Bacharel em Relações Internacionais e Integração—Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA: [s.n.].

CURY, R. O Ideário Neoliberal e suas "Receitas": Base para um Estudo da (Des)regulamentacão Jurídica das Relações de Trabalho. **Revista CPPG**, v. 25, n. ISSN 1517-8471, p. 147–165, fev. 2011.

DA REDAÇÃO. **Relembre a maior moratória da história da Argentina.** Disponível em: https://exame.com/economia/relembre-a-maior-moratoria-da-historia-da-argentina/. Acesso em: 30 mar. 2025.

DA SILVA, R. Novo Desenvolvimentismo no Brasil e na Argentina: entre o debate acadêmico e a prática política . **Revista do Serviço Público.** Brasília, v. 66, n. 4, p. 558–584, 2015.

_____. A Argentina entre as Reformas Econômicas Neoliberais e a Redefinição das Negociações com o FMI (1989-2007). **Revista de Sociologia e Política**, v. 17, n. 33, p. 13–37, jun. 2009.

FERNANDES, M. P. et al. O Novo Acordo da Argentina com o FMI. **Brazilian Keynesian Review**, v. 8, n. 2, p. 248–257, 26 dez. 2022.

FILHO, J. R.Os Estados Unidos, a Revolução Cubana e a contra-insurreição. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, v. 12, n. 12, p. 67–82, jun. 1999.

G1. Direção do FMI aprova empréstimo de US$ 56,3 bilhões para Argentina. **G1**. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/10/26/direcao-do-fmi-aprova-emprestimo-de-us-563-bilhoes-para-argentina.ghtml. Acesso em: 30 mar. 2025.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. **IMF executive board approves 30-month US$44 billion extended arrangement for argentina and concludes 2022 article IV consultation**. Disponível em: https://www.imf.org/en/News/Articles/2022/03/25/pr2289-argentina-imf-exec-board-approves-extended-arrangement-concludes-2022-article-iv-consultation.

JATOBÁ, Daniel ; ANDRADE, Mateus. Fragmentos Do Discurso Populista: A Dicotomia Amigo-Inimigo Na Retórica Do Governo Jair Bolsonaro. **Revista Neiba, Cadernos Argentina Brasil**, v. 11, n. 1, p. 1-20, 2022.. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/neiba/article/download/67727/44401/253365. Acesso em: 1 abr. 2023.

Referências

JONAS , **“Argentinazo”. Uma década depois**, Unisinos.br, disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/noticias/506392-argentinazo-uma-decada-depois. acesso em: 30 mar. 2025.

LAPPER, R.; CATAN, Thomas. **Entenda a crise: O sucesso inicial da Argentina no câmbio se tornou pó** - 20/12/2001. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2012200118.htm. Acesso em: 18 fev. 2025.

MARINI, R. La lucha por la democracia en América Latina. **Cuadernos del Pensamiento Crítico Latinoamericano**, Buenos Aires, v. 1, out. 2007. Disponível em: https://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/cuadernos/marini/marini.pdf.

MOLINA, F. R. **O FMI e as grandes crises argentinas: ditadura, hiperinflação e corralito**. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/11/internacional/1526060025_328226.html. Acesso em: 30 mar. 2025.

O GLOBO E AGÊNCIAS INTERNACIONAIS. **EUA revelam 47 mil páginas de documentos sobre a ditadura da Argentina**. Disponível em: https://oglobo.globo.com/mundo/eua-revelam-47-mil-paginas-de-documentos-sobre-ditadura-da-argentina-23594563. Acesso em: 30 mar. 2025.

QUADRAT, S. Operação Condor: o "Mercosul" do terror. **Estudos Ibero-americanos,** Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 167-182, jun. 2002. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/23793/14278. Acesso em: 31 mar. 2025.

REDAÇÃO REDE ARGENTINA. **Milei anuncia privatizações como Menem fez na década de 1990 – Rede Argentina**. Disponível em: https://redeargentina.com.br/2023/11/23/milei-promete-privatizacoes-como-fez-menem-nos-anos-90/. Acesso em: 30 mar. 2025.

REUTERS. **Folha Online - Reuters - Economia argentina registrou em 2002 maior retração em 100 anos - 20/03/2003**. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha/reuters/ult112u29986.shtml. Acesso em: 30 mar. 2025.

ROCHA, J. **Sistema financeiro começa a se recuperar da crise na Argentina**. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/472925/noticia.htm?sequence=1. Acesso em: 30 mar. 2025.

Referências

SALINAS, A. 14 anos do argentinazo . **Liga Internacional dos Trabalhadores.** Disponível em: https://litci.org/pt/2015/12/23/14-anos-do-argentinazo/?utm_source=copylink&utm_medium=browser. Acesso em: 30 mar. 2025.

STREECK, W. As Crises do Capitalismo Democrático. Tradução: Alexandre Morales. **Novos Estudos - CEBRAP**. São Paulo, nº 92 p. 35-56, 2012.

WHYTE, J. Economistas neoliberais como Milton Friedman aplaudiram a ditadura de Augusto Pinochet. Tradução:Sofia Schurig. **Jacobina**, 11 set. 2023. Disponível em: https://jacobin.com.br/2023/09/economistas-neoliberais-como-milton-friedman-aplaudiram-a-ditadura-de-augusto-pinochet/. Acesso em: 6 fev. 2025.

A Crise das Instituições Democráticas e Impactos no Brasil

Yasmin Freitas Taia

As instituições democráticas no Brasil têm enfrentado desafios significativos nos últimos anos, afetando a confiança da população e a eficácia do sistema político. A desinformação, especialmente durante períodos eleitorais, tem contribuído para a polarização e enfraquecimento das instituições democráticas. Além disso, a corrupção sistêmica e a falta de representatividade nos partidos políticos têm afastado os cidadãos do processo político, comprometendo a qualidade da democracia no país.

Eventos recentes, como tentativas de subverter os resultados eleitorais e ataques às sedes dos Três Poderes, evidenciam a fragilidade das instituições democráticas nacionais. Esses episódios ressaltam a necessidade urgente de fortalecer os mecanismos democráticos, promover a transparência e restabelecer a confiança da população nas instituições políticas. A continuidade da democracia depende do compromisso coletivo em preservar e aprimorar os valores democráticos fundamentais.

Para enfrentar a crise democrática no Brasil, é necessário compreender o papel das instituições democráticas para a manutenção desse modelo político. Dessa forma, a presente análise busca explorar três instituições democráticas — sistemas eleitorais, partidos políticos e a mídia —, refletindo sobre o seu impacto no futuro do país.

Sistemas Eleitorais

Os sistemas eleitorais são importantes instituições democráticas que dão a oportunidade aos cidadãos de elegerem os próprios representantes políticos, de forma que os mandatos sejam exercidos com legitimidade (TSE). A tentativa de desestruturar esses processos está diretamente ligada à tentativa de enfraquecimento da democracia e das instituições que dão base e protegem esse modelo (Bernardino; Rossetti, 2022).

Nesse contexto, as fake news e a desinformação são os principais agravantes da crise do sistema eleitoral brasileiro, afetando a confiança da população.

A pesquisa "Fake news, um fenômeno de comunicação política entre jornalismo, política e democracia", de Wilson Gomes e Tatiana Dourado, analisa a campanha presidencial brasileira de 2018. A partir desta, é delimitado que fake news é apenas um dos sintomas de um fenômeno que investe contra as instituições de reconhecida credibilidade e que relativiza a verdade e o falso de acordo com os interesses (Gomes; Dourado, 2019). Por isso, em períodos de eleições, cada partido político dissemina informações — falsas ou não — de partidos opositores com o fito de a prejudicá-los e terem mais chances de ganhar nas eleições.

Infelizmente, determinadas posturas adotadas por parte dos representantes políticos no Brasil, embora possam ser consideradas questionáveis do ponto de vista ético e pouco construtivas, têm demonstrado impactos significativos em uma sociedade que, em muitos aspectos, carece de orientação e incentivo adequados para uma participação política crítica e consciente. Ademais, observa-se que os debates eleitorais têm se afastado do foco em políticas públicas e propostas concretas, transformando-se, frequentemente, em arenas de ataques pessoais e disputas por capital simbólico e midiático. A exemplo dessa substituição da razão por valores morais, estão os debates entre os candidatos à presidência em 2022, em que houve agressões morais e físicas (G1, 2022). Os debates políticos devem ser desenvolvidos para que a discussão de ideias junto à população seja mais frutífera para a democracia brasileira.

A eleição presidencial brasileira de 2022 foi realizada em um contexto político de intensa polarização entre os apoiadores dos candidatos Lula Inácio e Jair Bolsonaro. Frente a isso, o resultado do segundo turno da eleição elegeu Lula, que enfrentou muitos movimentos contrários à sua governança (CNN, 2022). A partir desta oposição, a desconfiança dos sistemas eleitorais se intensificou, devido às fake news e à rejeição do resultado do sistema eleitoral.

O atentado de 8 de janeiro de 2023 e a explosão em frente ao STF em novembro de 2024, em Brasília, foram graves episódios que devem ser analisados com atenção diante do perigo do extremismo político. Apesar de o governo Bolsonaro ter se encerrado em 2022, ainda há muitas atividades de seus apoiadores que colocam em risco não só a população brasileira, mas também a democracia.

 Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

Dessa forma, as instituições democráticas devem estar fortalecidas para as eleições do próximo ano, visto que mesmo com a inelegibilidade de Bolsonaro, o bolsonarismo ainda está vivo (O Globo, 2025).

A partir das últimas eleições presidenciais no Brasil, há um sinal de alerta para que as eleições de 2026 obtenham um sistema eleitoral justo, democrático e, principalmente, respeitado. A longo prazo, um real debate influencia um interesse maior pela política, aproximando perspectivas e diferentes soluções para os problemas enfrentados no Brasil. O fortalecimento dessa instituição auxilia na manutenção da democracia, dificultando as tentativas de golpe de estado e diminuindo o interesse da população por intervenções militares. No entanto, a democracia brasileira atravessa um momento delicado, diante de ataques sistemáticos à sua legitimidade e funcionamento. A expectativa de um processo eleitoral pacífico e respeitado torna-se cada vez mais incerta em um país onde parte expressiva da população desacredita nas instituições, relativiza a verdade e se mostra disposta a romper com a ordem democrática em nome de convicções ideológicas. A manutenção da democracia no Brasil dependerá, cada vez mais, da capacidade das instituições de resistirem a essas pressões — e da disposição da sociedade civil em defendê-las.

Partidos Políticos

Os partidos políticos brasileiros enfrentam muitas críticas da população, especialmente devido à corrupção sistêmica que permeia suas estruturas. Uma pesquisa divulgada pela Transparência Internacional revelou que 81% dos brasileiros consideram os partidos políticos como “corruptos ou muito corruptos” (O Globo, 2013). Esse elevado índice de desconfiança reflete-se em manifestações públicas que exigem maior transparência e responsabilidade dos representantes políticos.

Um dos principais aspectos que contribuem para o distanciamento da sociedade em relação aos partidos políticos e do acompanhamento de suas agendas está alinhada a uma falta de representatividade. Em resposta a essa lacuna, têm surgido iniciativas que visam ampliar a diversidade nos espaços de poder, especialmente entre os grupos historicamente marginalizados.

 Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

Para exemplificar, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) destaca as cotas de gênero nas eleições municipais de 2024, sendo o mínimo de 30% e o máximo de 70% de candidaturas de cada sexo. Ainda que essas medidas sinalizem um avanço no sentido de promover maior inclusão, permanece a dúvida sobre a real eficácia desses mecanismos. A partir de uma maior abertura política, os debates se enriquecem por meio das diferentes perspectivas. No entanto, o acompanhamento dessas mudanças é essencial para a formulação de políticas públicas que garantam uma representação efetiva.

Outra questão relevante está ligada à corrupção sistêmica presente nos partidos políticos, que torna os cidadãos indiferentes, desesperançosos e afastados em relação a melhorias no país (Bernardino; Rossetti, 2022). Porém, a Controladoria Geral da União (CGU) é o órgão do governo federal responsável pela transparência na gestão e na defesa do patrimônio público. Para incentivar a accountability democrática — que possui a transparência como condição necessária —, foi criado o Portal da Transparência a partir da Lei de Responsabilidade Fiscal pela Controladoria Geral da União (CGU). Dessa forma, as informações financeiras ficam disponíveis para a população brasileira, sendo necessária maior instrução de utilização da plataforma (Loureiro; Prado; Teixeira, 2008).

Portanto, a melhoria na acessibilidade dos portais de transparência e a maior representatividade são alternativas para aprimorar a relação dos partidos políticos com a sociedade brasileira. Assim, esta instituição democrática poderá aproximar a população da democracia, tendo um maior contato com os projetos e perspectivas de cada uma. A troca constante entre sociedade e a política são peças-chave para mudar o cenário político. Se não houver um esforço concreto de reconstrução da credibilidade dos partidos e de fortalecimento do sistema representativo, as próximas eleições correm o risco de se tornarem apenas uma formalidade institucional esvaziada de legitimidade social.

O Impacto da Mídia no Processo Democrático

A desinformação relacionada ao sistema eleitoral e aos partidos políticos, estabelece-se uma relação essencial

 Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

entre a democracia e as instituições responsáveis por informar a população. No entanto, a confiança dos brasileiros nos meios midiáticos está enfraquecida por estar diante de um contexto de rápida propagação de fake news e de canais que manipulam as informações para atingir os próprios interesses. Nesse sentido, os cidadãos precisam estar cientes do cenário que estão inseridos para aprimorar as suas capacidades de filtração de informações e busca por fontes confiáveis.

No contexto das eleições de 2022, os apoiadores de Bolsonaro montaram acampamentos em frente a quartéis com graves reivindicações golpistas, como a intervenção militar. Nesse sentido, realizaram uma série de atos de vandalismo em Brasília, como tentativa de invadir a Polícia Federal e ataques à 5ª Delegacia de Polícia e o espalhamento de botijões de gás pelas ruas (G1, 2022). Ademais, houve um projeto de ato terrorista próximo ao Aeroporto de Brasília, em que foi instalado estrategicamente uma bomba em um caminhão-tanque com querosene para que fosse decretado um estado de sítio (G1, 2022). De acordo com a Constituição Federal Brasileira de 1988, é prevista no art. 138:

> *"O decreto do estado de sítio indicará sua duração, as normas necessárias à sua execução e as garantias constitucionais que ficarão suspensas, e, depois de publicado, o Presidente da República designará o executor das medidas específicas e as áreas abrangidas." (Constituição Federal, 1988)*

O processo para aprovar o estado de sítio é complexo e prevê que o Presidente da República, ao solicitar autorização para decretar o estado de sítio ou sua prorrogação, relatará os motivos determinantes do pedido. Após isso, o Congresso Nacional deve decidir por maioria absoluta se adotará ou não. Apesar de ser pouco provável o apoio de todas essas instâncias, é preocupante as medidas e estratégias pensadas para forçar essa situação.

A tentativa de forçar um estado de sítio, como evidenciado pelo planejamento de atos terroristas e ataques a instituições em Brasília, revela não apenas uma estratégia golpista, mas também o quanto parte da população brasileira tem sido manipulada pela desinformação. A

 Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

ironia — e o perigo — da situação reside no fato de que aqueles que reivindicavam uma suposta "liberdade de expressão" o faziam justamente ao clamar por um regime de exceção que, em sua essência, suprime direitos civis básicos e centraliza o controle da informação.

A desinformação histórica dos brasileiros é visível e preocupante, pois enquanto lutavam por uma "liberdade de expressão" — que é uma visão distorcida para propagar preconceitos —, também pediam intervenção militar e o estado de sítio. Nesse contexto, o Estado passa a controlar as mídias, proíbe reuniões de pessoas e possui autorização para realizar prisões sem determinação judicial (O Globo, 2021). Por isso, é importante a memória e o estudo sobre acontecimentos históricos, como a ditadura militar de 1964, para que haja compreensão e defesa da democracia.

Por fim, a mídia, como instituição democrática que dissemina informações, é essencial para combater a desinformação e defender a pluralidade de ideias diante da crise da democracia no Brasil. A partir disso, os cidadãos brasileiros podem ter mais confiança e buscar informações em fontes confiáveis. Logo, as desinformações — manipuladas ou não — poderão enfrentar obstáculos diante das instituições reestabelecidas da democracia.

Considerações Finais

Em suma, as instituições democráticas enfrentam desafios significativos que comprometem sua estabilidade e legitimidade. No entanto, a crise do sistema eleitoral é influenciada pela proliferação de fake news e desinformação, minando a confiança da população nos processos eleitorais. Além disso, a corrupção sistêmica nos partidos políticos e a falta de representatividade afastam os cidadãos da política institucional, enfraquecendo o tecido democrático. Por fim, a mídia possui um papel central na disseminação das informações, sendo necessário o combate às manipulações que agravam a desconfiança em canais de informações confiáveis.

Eventos recentes, como tentativas de golpe e manifestações antidemocráticas, destacam a fragilidade do compromisso com os valores democráticos no Brasil, distorcendo o debate público e polarizando a sociedade. Portanto, é imperativo fortalecer as instituições democráticas, promover a transparência e a educação

 Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

política, garantindo que as futuras gerações compreendam e defendam os princípios que sustentam a democracia brasileira. Logo, as mudanças são necessárias para que os governos e os pilares da democracia sejam consoante aos interesses da população, diante do surgimento de novas expectativas quanto ao papel destas.

Dessa forma, caso as instituições continuem enfraquecidas e sem o apoio da população, será mais fácil a derrubada desse modelo por um mais autoritário e que não tenha as instituições para garantir a divisão de poderes. Além disso, teria um maior controle das informações — alinhado aos interesses do governo vigente —, e o risco de serem instalados governos extremistas. Por outro lado, o fortalecimento dessas instituições é essencial para que o Brasil possa superar a crise da democracia, tendo eleições em 2026 justas, representativas e democráticas. Assim, o desenvolvimento desses patamares da democracia são um meio de aproximar a população da política e de um melhor entendimento da importância de defendê-la.

 Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

Referências

BERNARDINO, R; ROSSETTI; R. Toda fake news se apresenta ao seu destinatário como news. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 19, n. 2, p. 52, jul./dez. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 01 abr. 2025

BRUNO, C. Para 81% dos brasileiros, partidos são 'corruptos ou muito corruptos'. **O Globo**, 2013. Disponível em: https://oglobo.globo.com/politica/para-81-dos-brasileiros-partidos-sao-corruptos-ou-muito-corruptos-8968258. Acesso em: 01 abr. 2025

Entenda como acampamentos golpistas montados depois da eleição resultaram em atos de violência e terrorismo em Brasília. **G1**, 2022. Disponível em: https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/12/30/entenda-acampamentos-bolsonaristas-violencia-terrorismo.ghtml. Acesso em: 01 abr. 2025

Explosão em frente ao STF: 'Grupos extremistas estão ativos' e ataque não foi fato isolado, diz PF. **BBC**, 2024. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/cly03vp2pxdo. Acesso em: 01 abr. 2025

FRANCO, B. Bolsonaro será condenado, mas bolsonarismo seguirá vivo. **O Globo**, 2025. Disponível em: https://oglobo.globo.com/blogs/bernardo-mello-franco/coluna/2025/03/bolsonaro-sera-condenado-mas-bolsonarismo-seguira-vivo.ghtml. Acesso em 10 abr. 2025

LOUREIRO, M; TEIXEIRA, M; PRADO, O. Construção de Instituições Democráticas no Brasil Contemporâneo: transparência das contas públicas. **Organizações & Sociedade**, v. 15, n. 47, p. 107-118, out./dez. 2008.

REIS, D. Manifestantes protestam pelo país contra eleição de Lula. **CNN**, 2022. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/politica/manifestantes-protestam-contra-eleicao-de-lula/. Acesso em: 10 abr. 2025

Relembre 15 momentos dos debates presidenciais de 2022 na televisão. **G1**, 2022. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/12/30/relembre-15-momentos-dos-debates-presidenciais-de-2022-na-televisao.ghtml. Acesso em: 01 abr. 2025

Referências

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). Se liga: qual a cota de gênero que os partidos devem respeitar nas candidaturas? Disponível em: https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Agosto/se-liga-qual-a-cota-de-genero-que-os-partidos-devem-respeitar-nas-candidaturas. Acesso em: 3 abr. 2025.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). Sistemas eleitorais brasileiros. Revista Eletrônica EJE, n. 4, ano 4, 2024. Disponível em: https://www.tse.jus.br/institucional/escola-judiciaria-eleitoral/publicacoes/revistas-da-eje/artigos/revista-eletronica-eje-n.-4-ano-4/sistemas-eleitorais-brasileiros. Acesso em: 3 abr. 2025.

Pós-modernidade: A era de mercantilização de narrativas políticas

Isabella Sofia Silveira

O cenário político brasileiro enfrenta, assim como a maior parte das democracias latino-americanas, sérias dificuldades para se manter estável em meio a tantos intentos autoritários por parte de alas extremistas e de grupos que almejam maior capital político (Stédile, 2024). Nesse sentido, ressaltam-se como um viés de análise crucial dessa conjuntura os debates acerca da grande crise que a esquerda brasileira enfrenta para se comunicar com a população, em contraposição a uma escalada das práticas discursivas de radicais da direita que emplacam com grande eficiência a atenção das massas e, consequentemente, seu apoio.

Embora episódios recentes demonstrem essa fragilidade, como a disseminação do discurso sobre a 'taxação do Pix', que culminou na recuada do governo, diante de uma flagrante distorção acerca de uma medida regulatória (Oliveira, 2025), esse lapso é o estopim de uma recorrente falha histórica. As bases do governo, com evidência, estão fragilizadas face à articulação bem-sucedida da oposição, que dissemina discursos de ódio, os quais se potencializam pela falta de regulamentação das redes e pelo monopólio comunicacional de jornais tendentes ao conservadorismo no país (Dias, 2023). No entanto, em um momento de extrema polarização, é necessário não apenas entender como esse problema se agravou, a partir de uma perspectiva temporal, mas também ilustrar a imprescindibilidade de uma mudança dos pilares de articulação da esquerda.

Articulação e identidade: contradições do malabarismo político

A princípio, nota-se um constante afastamento

comunicativo da esquerda, que se enclausura dentro de suas bases, face a repetidos episódios vexatórios. Sintoma este que representa a real crise interna, a qual possui capacidades incomensuráveis de desarticulação, em especial, no que diz respeito ao Partido dos Trabalhadores (PT), maior representação da esquerda do âmago político brasileiro atual (Oliveira, 2024). Isto, pois, desde a primeira vitória de Lula, a princípio, endereçada na valorização dos direitos sociais como pauta de interesse, a esquerda se acomodou perante a imagem do presidente. Assim, deparou-se, com uma infeliz surpresa, no início de 2025, quando a calamitosa "Crise do Pix" provou que ela era nitidamente insuficiente e provocou o início de uma queda de popularidade abrupta, quando se alcançou a maior desaprovação reportada desde a eleição (Calheiros, 2025).

Nessa vertente, o PT com capacidade articuladora reduzida por se apoiar demasiadamente no personalismo carismático de seu representante, é subjugado por uma intensa organização da extrema direita, que ao perder protagonismo na cena política, não se desarticulou como esperado (Stédile, 2024). Sobretudo, porque o partido não é uma reflexão direta de seu candidato, assim, como afirma o historiador Marcos Napolitano:

> *O fato é que o PT nunca pensou seriamente em como lidar com a natureza fisiológica e a complexa engenharia política que sustentam o pacto federativo brasileiro, atravessado por uma mistura de interesses regionais, setoriais e corporativos que refreiam qualquer projeto mais ousado de mudança (Napolitano, 2016).*

Dessa forma, é importante retroceder historicamente, especificamente, nas eleições de 2014, para compreender como esse avanço se deu, de fato, no Brasil, pois, embora o cenário fosse desordenado para os políticos da ala radical de direita brasileira, isto não os impediu de avançar projetos demagógicos e moralizantes da política. Sobretudo, pautaram-se na velha retórica de "combate à corrupção", que culminou no Golpe em 2016, consentido por meio do Impeachment na Câmara dos Deputados. Em consonância com o pensamento de Felipe Queiroz, "o discurso do campo neoliberal ortodoxo, que recriminava a participação "intervencionista" do Estado na economia,

Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

enquanto enaltecia a ortodoxia econômica se aproveitou do caráter polissêmico do movimento para "forjar um consenso" (...)" (Queiroz, 2016 apud 2018).

A partir disso, foram constantes as estratégias de enfraquecimento da imagem da presidenta Dilma Rouseff, que pereceu sob o escrutínio da grande mídia e de toda a população que se viu perdida em meio a uma crise generalizada. Sem perspectivas das melhorias econômicas prometidas, o povo emergiu na propaganda "anti-política" da direita radical, já que à medida em que o PT se acomodava no poder, mais próximo ao centro e mais longe dos interesses da classe trabalhista ele se encontrava (Queiroz, 2018). Frente a uma subversão à lógica operante capitalista e às intensas críticas da mídia, o partido perdeu completamente seu sustentáculo, culminando no Impeachment e na intensa aproximação de Michel Temer, então presidente, de frações mais conservadoras da política.

Face a tantas instabilidades, a direita radical, a partir da figura de Jair Bolsonaro se elegeu, em 2018, com a narrativa perfeita, isto pois ela surge como redentora de uma nação imersa na inflação, na 'herança corrupta da esquerda', na decadência de valores e de morais e, por fim, com o compromisso de "restaurar uma pátria perdida", que, na verdade nunca existiu (Boym, 2017).

Alento às massas e controle da narrativa

Como elencam as análises realizadas pelo acervo manifesto "Historiadores pela Democracia", "as dimensões política, econômica e ideológica da crise se entrecruzaram, formando o labirinto atual que nos parece levar ao abismo da intolerância política e da fratura social" (Napolitano, 2016). Em consonância a essa perspectiva, o filósofo Ortega y Gasset já narrava em sua obra acerca de relações semelhantes, com o conceito "homem-massa", que é marcador da participação política da população média (Almeida; Charles; Roger, 2007). Isto, pois a "massa" atual não é destituída de educação formal, pelo contrário, ela é composta por pessoas que obtiveram sua ascensão social por meio de algum diploma.

Assim, a partir dessa qualificação, creem entender todos

Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

os aspectos do âmbito político, econômico e social, ainda que não se dediquem a nenhum estudo profundo dessas áreas. Logo, a direita radicalizada se aproveita da "pretensa" consciência política do brasileiro médio, que é contemplado com soluções imediatistas a problemas estruturais complexos da sociedade. Frente a essa ótica, como afirma Rodrigo Patto, historiador de História Política e de seus desdobramentos na contemporaneidade: "De fato, há muitos novos cidadãos por aí, pessoas que descobriram a importância da política e desejam participar, mas com incrível ignorância da história do país e do mundo, tornando-se mais facilmente manipulados" (2016). Dessarte, a eleição de Jair Bolsonaro perpassou pela acomodação dessas sucessivas vitórias articuladoras e, cedo, já foi altamente privilegiado pela ação comunicativa brasileira, que conta com um jornalismo pouco afeito às políticas progressistas e a um discurso multilateral (Dias, 2023).

Sobretudo em uma conjuntura política onde é necessário se articular sob uma sociedade informacional pujante, o que impera é a lógica da "economia da atenção", conceito de Hebert Simon, que explicita como no capitalismo, até mesmo a atenção é mercantilizada (apud Alfredo, 2024). Isto, pois "(...) na era da informação e da tecnologia, a atenção humana se tornou um recurso escasso e valioso, portanto, passou a ser mercantilizado" (Alfredo, 2024) e, para além disso, manipulado por meio de práticas discursivas substancialmente vazias, mas que espreitam o desespero e exploram a esperança das classes pormenorizadas.

Ao se depararem com esse cenário, as plataformas e jornais entenderam que a lógica operante deveria ser aquela da captura da janela de atenção de seus consumidores, independentemente do conteúdo promovido. Conforme uma coleta de dados do Tribunal Superior Eleitoral, foi elencado que notícias falsas circulam 70% mais rápido que as verdadeiras e assim como anuncia a página do órgão judiciário "A desinformação é um mal social que interessa a muita gente!" (2022) e, como foi exposto, em especial, à direita radical. Em essência, o debate que prevalece atualmente, é o do controle da narrativa, com pautas que perdem sua relevância face a discussões vazias de reflexão substancial ou que são permeadas por inverdades e distorções.

Segundo a jornalista Thais Oliveira, em editorial sobre a "Crise do Pix", "A justiça fiscal importa, mas um governo que chega à sua metade com popularidade claudicante não pode se dar ao luxo de bancar medidas que, embora

Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

corretas no papel, cutucam os nervos de uma parcela tão expressiva e já precarizada da população" (2025). Por essa via, é evidente a necessidade da regulação das redes para, de fato, acomodar os ditames da democratização do acesso à informação de qualidade, como pretende o PL das fake news (2630/2020).

Entrementes a essa questão, cabe também destacar a perseguição política a qual o juiz do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, foi submetido após suspender as atividades do aplicativo X, antigo Twitter no Brasil, devido uma série de descumprimentos de ordem legal por parte da empresa sob o mando de Elon Musk (Hising, 2024). Episódio este que reuniu um sem-número de acusações acerca de uma alegada postura autoritária por parte do juiz. No entanto, pouca atenção foi direcionada aos reiterados chamados à justiça aos quais a empresa ignorou, após retirar sua representação legal do país. A partir dessa dinâmica, o que foi noticiado sobre Moraes o coloca como autoritário e impositor da "censura" sobre os meios comunicacionais. Embora, o que se note, é a ausência de responsabilidade na propagação de informações tanto nos meios sociais como na mídia, como um todo, de forma a desafiar a soberania e a legislação nacionais e deslegitimar a flagrante necessidade de regulamentação das plataformas (Giroux; Figueiredo, 2024).

Reflexo este que é notório em uma tendência internacional de ascensão de políticos deste espectro, assim, o que não faltam são exemplos desta radicalização. Questão observada tanto no âmago americano, com Javier Milei, o fenômeno bolsonarista e, mais recentemente, com a reeleição de Donald Trump, como no europeu, onde se verificam preocupantes ganhos conservadores na Itália, na França e, de maneira preocupante, também na Alemanha. Logo, o exemplo brasileiro é apenas mais um, em meio a uma ascensão neoliberal e extremista que explora a opinião pública de populações que hoje enfrentam as piores mazelas sociais, face às próprias contradições do capitalismo (Stedilé, 2024). Em contrapartida, são justamente os grandes bilionários, detentores das chamadas "big techs" do ramo da tecnologia da informação, os maiores interessados na disseminação massiva desse conteúdo, fato ilustrado com a desregulamentação de mecanismos de checagem de fatos em diversas plataformas, como o Twitter e as empresas da Meta (Dias, 2025). Logo, o alinhamento dessas empresas ao discurso da direita radical ilustra como esses sucessivos ataques obtiveram tanto impacto na imagem de Lula e do PT como um todo, que não contemporaneamente se desgasta (Queiroz,

Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

2018).

Considerações finais

Em última instância, é urgente à esquerda brasileira buscar novas metodologias comunicativas que não se baseiem unicamente na imagem do presidente eleito, pois, apesar de, muitas vezes, resgatar o partido de sua posição crítica, está também em uma posição de desgaste, o que é esperado devido à longevidade de sua carreira pública. Notadamente existe um grande equívoco nas discussões políticas de esquerda, uma vez que se baseiam na errônea concepção de que existe uma distinção entre "agenda real" e "agenda midiática", em um momento em que essas duas esferas já não são mais dissociáveis. Como ilustra o pesquisador de comunicação social, Vinícius Wu, da PUC-Rio, "É preciso que os partidos de esquerda e movimentos sociais parem de ver a comunicação como um detalhe da política. A comunicação é o centro da política" (apud Maretti, 2020).

Ao mesmo tempo, carece à esquerda a mobilização agregadora e internacional que movimenta as direitas mundiais que atuam, atualmente, em uníssono (Stédile, 2024). Indubitavelmente, o apoio concedido pelos grandes donos dos meios de capital a esses políticos, como supracitado, auxilia o processo de articulação mundial, em especial porque eles se beneficiam das práticas discursivas da extrema direita. Não obstante, é crucial que os governos de esquerda consigam se amparar em estratégias multilaterais de união, em especial, os países latino-americanos que têm conseguido alcançar vitórias contra a lógica de movimentos de direita radicais, a exemplo do Uruguai, recentemente, do Chile e da Colômbia.

A lógica de intersecção entre ganhos políticos que possam ser internacionalizados é um pilar histórico dos movimentos de esquerda, como um todo, que só têm a ganhar com alianças de conjugação de forças, assim, é irônico que a ala extremista da direita tenha se aproveitado dessa estratégia de maneira tão bem-sucedida nos últimos anos. Nessa vertente, o ex-presidente do Uruguai, José Alberto Mujica, também conhecido como "Pepe", denuncia a desarticulação da América Latina, "Temos que aprender a nos unir para nos defendermos no mundo. Sozinhos nós não somos nada" (Martins, 2023).

Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

Embora Lula seja resiliente, as bases da sua resistência, já não são mais as mesmas, as tensões no Brasil são ferrenhas e a direita conta com um extenso capital político. Tanto que, ao questionar quem seria um possível candidato às eleições presidenciáveis de 2026, não lhe faltam opções, pois, mesmo diante da inelegibilidade de Bolsonaro e diante de uma possível prisão do ex-chefe de governo, o fenômeno do "bolsonarismo" permanece vivo e pujante (Becker, 2025). Este cenário não poderia ser mais diferente para a esquerda, que, desarticulada, somente tem uma resposta a essa pergunta e, como explicitado acima, Lula já enfrenta sérias crises e pode não conformar a maioria em um quarto mandato. A conjuntura política brasileira anseia por uma mudança, que não é simples como pautada pelos conservadores de extrema direita, mas que deve ser endereçada por uma esquerda que deve se mobilizar e não ter vergonha de se articular frente às estruturas patrimonialistas vigentes no Brasil.

Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

Referências

ALFREDO, Maurício. **Economia da atenção: um desafio à democracia**. Projor, 2025. Edição: 1309, ISSN 1519-7670 nº 1324. Disponível em: https://www.observatoriodaimprensa.com.br/politica/economia-da-atencao-um-desafio-a-democracia/. Acesso em: 09 fev. 2025.

ALMEIDA, Santiago, CHARLES, Antonio; ROGER, Luiz da Silva Almeida. **Os conceitos de minorias e massas na filosofia política de Ortega y Gasset.** Práxis Educacional, 2007, 3(3), 165-180. ISSN: 1809-0249. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=695476941010. Acesso em: 09 fev. 2025.

BECKER, Leandro. Senado no alvo Parte 2. Reportagens sobre as estratégias da extrema direita para abocanhar maioria no Senado Federal em 2026 – e as prováveis consequências disso, 2025. **Intercept Brasil.** Disponível em: https://www.intercept.com.br/2025/03/20/onde-estao-as-16-cadeiras-que-podem-dar-a-maioria-do-senado-a-extrema-direita-em-2026/. Acesso em: 27 mar. 2025.

BOYM, S. **Mal-estar na nostalgia**. História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 10, n. 23, 2017. DOI: 10.15848/hh.v0i23.1236. Disponível em: https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1236. Acesso em: 17 maio. 2023.

BRAGA, Felipe de Queiroz. Crise política no governo Dilma Rousseff: uma análise a partir do conflito de classes. **CSOnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, Juiz de Fora, n. 27, p. 136-153, 2018.

CALHEIROS, Orlando. Por que o governo está cada vez mais refém da direita? Perdendo para fake news nas redes e sem mobilização, Lula 3 negocia em termos cada vez mais desiguais. Solução depende de comunicação, mas também de uma mudança estrutural da esquerda, 2025. **Intercept Brasil.** Disponível em: https://www.intercept.com.br/2025/02/04/por-que-o-governo-esta-cada-vez-mais-refem-da-direita/. Acesso em: 09 fev. 2025

COSTA, Wanderley Messias. **Geografia Política e Geopolítica**. EDUSP. São Paulo, 2013. Capítulo 06 – Temas e Problemas da Geografia Política Contemporânea (253 a 312p.)

DIAS, Tatiana. Big techs abraçaram bolsonarismo em ofensiva contra PL das Fake News. Extrema direita apelou até para fake news para fazer campanha contra o projeto – mas teve uma primeira derrota, 2023. **Intercept Brasil**. Disponível em: https://www.intercept.com.br/2023/04/25/big-techs-abracaram-

Referências

bolsonarismo-em-ofensiva-contra-pl-das-fake-news/. Acesso em: 09 fev. 2025.

DIAS, Tatiana. Toda vez que alguém duvidar do mal causado pelas big techs, mostre esse dossiê. Efeitos tóxicos em crianças. Tolerância ao crime. Lucro com mentiras. Invasão de privacidade. Três ONGs se uniram para documentar o rastro de destruição, 2025. **Intercept Brasil**. Disponível em: https://www.intercept.com.br/2025/02/06/toda-vez-que-alguem-duvidar-do-mal-causado-pelas-big-techs-mostre-esse-dossie/. Acesso em: 26 mar. 2025

GIROUX, Henry Armand; FIGUEIREDO, Gustavo de Oliveira. Maquinário midiático e digital normaliza a extrema direita na política. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 8 out. 2024. Disponível em: https://diplomatique.org.br/maquinario-midiatico-e-digital-normaliza-a-extrema-direita-na-politica/ . Acesso em: 16 abr. 2025.

HISING, Ederson. Rede social X é suspensa no Brasil após ordem de Moraes. **G1**, 31 ago. 2024. Disponível em: https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2024/08/31/rede-social-x-suspensa-no-brasil.ghtml. Acesso em: 16 abr. 2025.

MARETTI, Eduardo. Erro da esquerda é tratar comunicação como detalhe da política, diz pesquisador. Banalização da tragédia da covid-19 e eficiência da comunicação das bases bolsonaristas explicam a ascensão de Bolsonaro, diz Vinícius Wu, da PUC-RJ, 2020. **CUT-SP.** Disponível em: https://sp.cut.org.br/noticias/erro-da-esquerda-e-tratar-comunicacao-como-detalhe-da-politica-diz-pesquisador-a590. Acesso em: 09 fev. 2025.

MARTINS, Rafael Moro. Entrevista: 'Sozinhos não somos nada', diz Pepe Mujica sobre união entre países da América Latina. De passagem pelo Brasil, ex-presidente uruguaio defende cooperação no bloco, sem urgência de moeda única, mas com iniciativas que priorizem 'coisas simples', 2023. **Intercept Brasil.** Disponível em: https://www.intercept.com.br/2023/03/08/entrevista-sozinhos-nao-somos-nada-diz-pepe-mujica-sobre-uniao-entre-paises-da-america-latina/. Acesso em: 08 fev. 2025.

NAPOLITANO, Marcos. **A Crise Brasileira em perspectiva histórica**. In: BESSONE, T.; MAMIGONIAN, B.G.; MATTOS, H. (Orgs.). Historiadores pela Democracia – O golpe de 2016: a força do passado. São Paulo: Editora Alameda, 2016.]

Referências

OLIVEIRA, Caroline. Eleições 2024: centro e direita colocam a esquerda em sinal de alerta para 2026. Centristas vão governar a maior parte do território brasileiro a partir do ano que vem e servirão de palanque, 2024. **Brasil de Fato**. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2024/10/29/eleicoes-2024-centro-e-direita-colocam-a-esquerda-em-sinal-de-alerta-para-2026/. Acesso em: 26 mar. 2025

OLIVEIRA, Thais Reis. Falsa taxação do Pix era só o sintoma — e Nikolas soube explorar a doença. Com popularidade claudicante, o governo arrisca ao subestimar os humores dos 'batalhadores' e precarizados, 2025. **Carta Capital**. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/opiniao/falsa-taxacao-do-pix-era-so-o-sintoma-e-nikolas-soube-explorar-a-doenca/?utm_medium=leiamais&utm_source=cartacapital.com.br. Acesso em: 09 fev. 2025.

Pílulas contra a desinformação: notícias falsas circulam 70% mais rápido do que as verdadeiras. **Tribunal Superior Eleitoral**, 2022. Disponível em: https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Junho/pilulas-contra-a-desinformacao-noticias-falsas-circulam-70-mais-rapido-do-que-as-verdadeiras. Acesso em: 09 fev. 2025

STÉDILE, Miguel. Como vivem os monstros: um panorama da extrema direita. Historiador analisa extremismo na América Latina e na Europa e alerta: a luta antifascista é internacional. **Brasil de Fato**. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2024/01/26/como-vivem-os-monstros-um-panorama-da-extrema-direita/. Acesso em: 25 mar. 2025.

A Crise da Democracia Brasileira: Entre o Bolsonarismo e o Lulopetismo

João Paulo Urbano

Com o início do julgamento de Jair Bolsonaro e de outros envolvidos na tentativa de golpe de 8 de janeiro, o Supremo Tribunal Federal (STF) aceitou a denúncia da Procuradoria-Geral da República, tornando o ex-presidente oficialmente réu. Já inelegível, Bolsonaro poderá ser condenado à prisão até o final deste ano (Vivas, 2025). Enquanto isso, diante da iminência da corrida presidencial de 2026, setores da direita e da extrema direita no país buscam se reorganizar. Nesse sentido, o nome que emerge como possível substituto de Bolsonaro é o do atual governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas.

Tarcísio tem conquistado crescente apoio e visibilidade no debate público como potencial representante da direita nas próximas eleições. Em recente ato no Rio de Janeiro, ao lado de Bolsonaro, defendeu a anistia para os condenados do 8 de janeiro e reforçou sua imagem diante de um público reduzido, porém fiel ao movimento (Benedito da Silva, 2025). Apesar dessa baixa adesão, o bolsonarismo manteve a capacidade de mobilização nas ruas, demonstrando sua força mesmo em momentos críticos, em que segue influenciando o debate público no país.

Do outro lado, o presidente Lula enfrenta uma crise de popularidade, agravada pela queda na aprovação de seu governo (Satie, 2025). O principal desafio do campo governista está na gestão econômica do ministro Fernando Haddad. A persistência dos altos preços dos alimentos e o programa de austeridade fiscal — que corta benefícios essenciais para populações carentes sob a justificativa de "controle de gastos" — vem desagradando as bases eleitorais estratégicas do governo petista. O arcabouço fiscal posto em prática por Haddad segue à risca os preceitos da cartilha neoliberal, gerando consequências diretas para os setores mais socialmente vulneráveis.

É nesse contexto que, segundo pesquisas recentes, se as eleições fossem hoje, e Bolsonaro pudesse concorrer, ele venceria (Barros, 2025). Esse dado revela a grande

contradição da democracia brasileira: um ex-presidente acusado de planejar um golpe de Estado, e prestes a ser condenado pelo STF, ainda mobiliza apoio suficiente para vencer uma eleição. Mesmo inelegível e sob risco de prisão, sua influência permanece inegável, e qualquer candidato apoiado por ele e pelo seu grupo terá boas chances de sair vitorioso em 2026.

O cenário é crítico. De um lado, a extrema direita se reorganiza e não arrefece em seus anseios antidemocráticos; de outro, o governo petista, enredado em contradições internas, vem perdendo espaço e abrindo margem para a extrema direita se fortalecer. E restam perguntas urgentes: qual o futuro da democracia no Brasil? Para qual rumo a atual conjuntura nos conduz? Ao longo desta análise, buscaremos refletir sobre essas questões.

A crise do Lulopetismo

O governo Lula surge no período pós-Bolsonaro como um refúgio para os anseios democráticos. Após um período sombrio marcado por ataques constantes às instituições — que se intensificaram desde antes das eleições de 2018 até a tentativa de golpe em 8 de janeiro —, o respeito mínimo pelo jogo democrático e pela estabilidade institucional representa um avanço significativo para a democracia brasileira. Entretanto, se, por um lado, o governo atual consolida conquistas relevantes na estabilização do sistema democrático, por outro, mantém um modelo político que reproduz sistematicamente condições conjunturais capazes de fomentar o fortalecimento de forças antidemocráticas.

Sobre essa dinâmica, Hernan Bruera sintetiza:

> *Claramente, dentro de la estrategia de gobernabilidad elitista que adoptó la administración de Lula, la estabilidad macroeconômica y la formación de una alianza parlamentaria estable determinó el orden de prioridades en una amplia gama de áreas, incluyendo la participación" (Bruera, p. 268, 2015)*

Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

Dessa forma, as estratégias de governabilidade sobrepõem-se aos programas políticos criados a partir da participação popular, outrora estimulados pelo partido (Bruera, 2015). A análise, realizada sobre os dois mandatos de Lula, antevia um movimento que se aprofundaria agora no terceiro mandato. Atualmente, abandonou-se qualquer iniciativa de empoderamento popular, adotando-se medidas que privilegiam os interesses das grandes elites em detrimento das demandas da classe trabalhadora.

Tal abandono se deve a outra característica fundante do governismo petista: a lógica da conciliação de classes, entendida como a tentativa de harmonizar interesses antagônicos entre o capital e o trabalho. Nos dois primeiros mandatos de Lula, a conjuntura internacional favorável — impulsionada pelo boom das commodities — facilitou essa conciliação. Em um cenário de preços elevados das matérias-primas, era possível combinar programas assistenciais, como o Bolsa Família, com investimentos públicos sem confrontar abertamente as elites financeiras, que também acumularam rendimentos crescentes durante a ascensão do PT ao poder.

No entanto, o contexto atual difere radicalmente do cenário de 2002. Em um mundo já bastante distinto do que tínhamos no início do século, desapareceram as condições que garantiam alta demanda e preços elevados para as commodities. Sem o excedente comercial gerado por esse ciclo, o modelo de conciliação perde sustentação. Na disputa entre trabalho e capital, o governo tende a ceder com mais facilidade aos interesses do grande capital. As elites financeiras — banqueiros, grandes industriais e representantes do agronegócio —, apesar de divergências pontuais, pressionam consensualmente por um plano econômico pautado na austeridade fiscal (Martello, 2024). Segundo essa lógica, é preciso conter investimentos públicos, reduzir programas sociais, elevar juros para controlar a inflação e seguir à risca o receituário neoliberal. Esse, precisamente, é o caminho adotado pelo atual ministro da Fazenda.

Segundo o próprio Fernando Haddad, a principal meta do plano econômico do governo é o fortalecimento do arcabouço fiscal, ou seja, a implementação de políticas cada vez mais austeras. Como destaca Urbano (2024):

> *O novo marco fiscal limita o gasto público e parte da premissa de que as contas públicas*

Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

> *precisam ser superavitárias. Na prática, Haddad segue a cartilha de responsabilidade fiscal imposta, em maior ou menor medida, nos governos de Temer e Bolsonaro (...).*

Esse modelo se concretiza em medidas como o Projeto de Lei (PL) "do ajuste fiscal", que busca alterar programas sociais como o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Atualmente, o BPC garante um salário mínimo a idosos e pessoas com deficiência sem condições de trabalho. Entretanto, conforme alerta a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Previdência e Assistência Social (O PL [...], 2024), o novo PL impõe regras restritivas:

> *(...) duas pessoas na mesma casa não poderão ter acesso ao BPC, ainda que uma delas receba um salário mínimo pela Previdência Social. Esse artigo viola principalmente o acesso das mulheres excluídas do trabalho formal, que exercem atividades não remuneradas, como o cuidado doméstico (O PL [...], 2024).*

Além de reduzir benefícios essenciais, o governo alinha-se ao Banco Central para elevar as taxas de juros — atualmente a mais alta do mundo (Brasil [...], 2025) —, medida que beneficia o setor financeiro, mas penaliza os 76% da população endividada (Almeida, 2025), obrigada a arcar com parcelas crescentes. Enquanto isso, antigas promessas de campanha, como a isenção do Imposto de Renda para rendas de até R$ 5 mil, só chegaram ao Congresso em 2025 e, se aprovadas, valerão somente a partir de 2026 (Martello, 2025). Paralelamente, o aumento dos preços dos alimentos, que já afeta 8 em cada 10 famílias (Garcia, 2025), permanece sem respostas concretas, ampliando o descontentamento popular.

O novo arcabouço fiscal, conforme explicam Cunha e Miebach (2023), "prevê limitar o crescimento das despesas a 70% da expansão das receitas nos doze meses anteriores, fixando uma banda de flutuação entre +0,6% e +2,5%". Na prática, isso significa a estagnação dos investimentos públicos e cortes em políticas assistenciais, como o BPC,

Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

para cumprir metas autoimpostas. Enquanto isso, pautas redistributivas, como a taxação de grandes fortunas, capazes de financiar programas sociais sem sacrificar os mais vulneráveis, sequer são pautadas pelo governo.

Esse cenário explica a queda na aprovação do governo Lula. A opção por privilegiar o capital financeiro, em detrimento das demandas trabalhistas, abre espaço para que novos líderes da extrema direita ganhem cada vez mais espaço. Com a crescente rejeição do programa político do PT, líderes como Tarcísio aparecem como fortes candidatos à disputa eleitoral. Se mantido esse rumo, não será surpresa que Lula, ou qualquer candidato apoiado pelo PT em 2026, enfrente sérias dificuldades eleitorais.

A resiliência do Bolsonarismo

Com Jair Bolsonaro fora do governo, inelegível e sob risco de condenação pelo STF, o bolsonarismo enfrenta sua maior crise desde sua ascensão. Agravando esse cenário, Eduardo Bolsonaro, filho do ex-presidente e deputado federal eleito, refugiou-se nos Estados Unidos, alegando temer "perseguição" por parte do Supremo Tribunal Federal (Emílio, 2025). Apesar do impacto desses eventos para a extrema direita, a conjuntura atual não indica um colapso imediato do movimento. Pelo contrário: o campo bolsonarista tem conseguido se reorganizar, fortalecendo novas lideranças, sustentado por uma base militante fiel que mantém uma forte influência política no cenário nacional.

Nesse contexto, Tarcísio de Freitas emerge como principal aposta do movimento para as eleições presidenciais de 2026. Governador de São Paulo, ele personifica um projeto político marcado pela radicalização ideológica e por uma agenda neoliberal agressiva, com uma grande quantidade de privatizações aliadas ao desmonte do setor público. Seu governo foi responsável pelo aumento da truculência policial, transformando a cultura de violência como um aspecto central de seu projeto de segurança pública (Azedo, 2024). Questionado sobre críticas diante do seu projeto de segurança pública, Tarcísio respondeu com desdém: "O pessoal pode ir na ONU, na Liga da Justiça, no raio que o parta, que eu não estou nem aí" (Rodrigues, 2024). Inicialmente resistente à implementação de câmeras em fardas, medida determinada pelo STF para conter abusos, só revisou a posição após pressão pública (Tarcísio [...],

Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

2024).

Já no plano da educação, sua gestão avança na radicalização do projeto bolsonarista, aliando privatizações com a militarização das escolas. Em 2023, o governo paulista tentou conceder 33 escolas à iniciativa privada por 25 anos, mas o Tribunal de Justiça suspendeu o decreto, apontando violação do direito à educação pública e precarização do trabalho de servidores (Justiça [...], 2024). Já na pauta da militarização das instituições de ensino, Tarcísio propôs a meta de implementar cerca de 50 até 100 escolas durante o ano de 2025 (Bocchini, 2024).

O atual governador busca, assim, reforçar a ideia de que a precarização do ensino público só será superada com a privatização ou com a militarização das instituições. Em vez de investir na educação amplamente, utiliza uma retórica ideológica que visa desacreditar a educação pública, enquanto enaltece o militarismo de maneira exacerbada como a única salvação para a formação dos jovens. Não à toa, São Paulo tem caído ano após ano da sua gestão nos índices de qualidade da educação básica (Estado [...], 2024).

Outro nome em ascensão no espectro bolsonarista é o deputado Nikolas Ferreira, o mais votado do país em 2022. Presente no recente ato com Bolsonaro e Tarcísio no Rio, é um defensor convicto da anistia aos condenados pelas invasões do 8 de janeiro e vem liderando as pesquisas para o governo de Minas Gerais. Nikolas é conhecido por relativizar os ataques antidemocráticos de 2023 (Transfobia [...], 2024), propagar desinformação sobre urnas eletrônicas (o que já lhe rendeu condenação no TSE) (Transfobia [...], 2024) e por declarações transfóbicas, como o uso intencional de pronomes masculinos para se referir à deputada Duda Salabert, crime pelo qual foi condenado em 2023 (Transfobia [...], 2024).

Apesar das revezes, o bolsonarismo vem conseguindo se rearticular. Embora a anistia para os golpistas dificilmente seja aprovada pelo Congresso e os atos públicos tenham tido uma participação muito abaixo das expectativas de seus líderes, é preciso enxergar o momento como um período de derrotas pontuais e de uma provável reestruturação do campo. Na prática, o julgamento de Bolsonaro tem sido usado para inflar a retórica de perseguição e para reagrupar a base em torno de novas lideranças que seguem o projeto bolsonarista, visando ocupar os principais cargos do Executivo e do Legislativo do país no próximo ano.

Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

Apesar do forte abalo que o núcleo duro do bolsonarismo, isto é, Bolsonaro e sua família, tem sofrido, o movimento vem ganhando cada vez mais força para além dessas figuras centrais. O que se observa é que o bolsonarismo, enquanto projeto político a ser perpetuado, demonstra grande capacidade de adaptação diante de conjunturas diversas e seguirá como uma força presente no debate nacional, com ou sem Bolsonaro. Nomes como Tarcísio e Nikolas mostram que a adesão das massas está mais ligada a um projeto político do que à figura do ex-presidente. O bolsonarismo mantém-se relevante justamente por ter conseguido se perpetuar para além de Bolsonaro. Essa perpetuação do projeto, somada à antipatia já consolidada contra o PT e Lula, agravada pelos repetidos fracassos nas esferas política e econômica, fortalece o campo da extrema direita e possibilita a consolidação dessas novas lideranças.

A tragédia anunciada

O que observamos é um cenário de instabilidades e de incertezas. Mesmo com a crise do bolsonarismo, nada indica que a extrema direita está enfraquecida e sofrerá derrotas no próximo ciclo eleitoral. O exemplo de Nikolas ilustra isso: ele, deputado mais votado nas eleições de 2022, propaga informações falsas sobre as urnas eletrônicas e apoia abertamente tentativas de golpe de Estado para implementar um regime antidemocrático. Mesmo com essa postura ofensiva e abertamente antidemocrática, o deputado é o favorito para o governo de Minas Gerais.

Essa contradição não se restringe ao Nikolas, mas também permeia figuras como Tarcísio e Bolsonaro. Os três representam um programa político que se funda no questionamento do funcionamento legítimo das instituições e dos três poderes, além de promover discursos abertamente racistas, transfóbicos, misóginos e de apologia à violência policial desmedida. Em contrapartida, foram eleitos democraticamente e utilizam o próprio sistema que criticam para impor projetos reacionários e antidemocráticos.

Por outro lado, a crise de popularidade do governo Lula persiste sem perspectivas mais animadoras. Era de se esperar que, diante da crise no campo bolsonarista, a ala governista adotasse uma retórica mais enfática, exigisse justiça para Bolsonaro e sua cúpula, e reforçasse

 Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

a defesa da democracia. Entretanto, o presidente e seus ministros optaram pelo silêncio e por uma postura passiva e absolutamente neutra. Esse silêncio foi ensurdecedor. No momento histórico em que era mais urgente do que nunca reafirmar compromissos com a democracia, tão atacada por Bolsonaro e seus apoiadores, o governo preferiu um silêncio estrondoso.

Diante da insatisfação popular com o fracasso do plano econômico e da omissão sistemática na defesa do regime democrático, ganham força aqueles que clamam pela anistia de condenados e propõem mudanças radicais. O discurso ideológico bolsonarista encontra campo fértil para se reproduzir, alimentado pela ausência de transformações concretas na vida da população e pela ineficácia de políticas e medidas que são vítimas de seus próprios limites e contradições.

Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

Referências

ALMEIDA, Elis. Juros altos: 76,7% das famílias brasileiras estão endividadas. **Brasil de Fato**, 28 fev. 2025. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/colunista/editorial-bdf/2025/02/28/juros-altos-767-das-familias-brasileiras-estao-endividadas/. Acesso em: 4 out. 2023.

AZEDO, L. Análise: violência policial pôs Tarcísio na berlinda. **Correio Braziliense**, 06 dez. 2024. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2024/12/7005044-analise-violencia-policial-pos-tarcisio-na-berlinda.html . Acesso em: 2 abr. 2025.

BARROS, H. Bolsonaro teria mais votos que Lula se eleição ocorresse hoje, aponta Atlas. **CNN Brasil**, 1 abr. 2025. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-teria-mais-votos-que-lula-se-eleicao-ocorresse-hoje-aponta-atlas/. Acesso em: 2 abr. 2025.

BENEDITO DA SILVA, José. Ao lado de Bolsonaro, Tarcísio defende anistia e critica alta de alimentos. **VEJA**, 16 mar. 2025. Disponível em: https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/ao-lado-de-bolsonaro-tarcisio-defende-anistia-e-critica-de-alimentos/. Acesso em: 2 abr. 2025.

BOCCHINI, Bruno. Tarcísio sanciona lei que cria escolas cívico-militares em SP. **Agência Brasil**, 27 mai. 2024 Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2024-05/tarcisio-sanciona-lei-que-institui-escolas-civico-militares-em-sp/.

BRASIL tem maior juro real do mundo após corte de taxa na Argentina. **CNN Brasil**, 12 jul. 2024. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/brasil-tem-maior-juro-real-do-mundo-apos-corte-de-taxa-na-argentina/. Acesso em: 1 abr. 2025.

BRUERA, H. F.. **Lula, el Partido de los Trabajadores y el dilema de la governabilidad en Brasil.** México (DF): Fondo de Cultura Económica, 2015.

CUNHA, A. & MIEBACH, A.. O teto de gastos de Haddad e a armadilha da estagnação. **Sul21**, 2023. Disponível em: https://sul21.com.br/opiniao/2023/04/oteto-de-gastos-de-haddad-e-a-armadilha-da-estagnacaopor-andre-moreira-cunha-e-alessandro-donadio-miebach/ Acesso em: 24, out. 2023

EMILIO, P. Eduardo Bolsonaro alega perseguição e diz que vai pedir asilo político nos EUA. **Brasil 247**, 18 mar. 2025. Disponível em: https://www.brasil247.com/brasil/eduardo-bolsonaro-

Referências

alega-perseguicao-e-diz-que-vai-pedir-asilo-politico-nos-eua/. Acesso em: 2 abr. 2025.

ESTADO de SP teve queda nos índices de educação básica, apontam resultados do Ideb. **G1**, 14 ago. 2024 Disponível em: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2024/08/14/estado-de-sp-teve-queda-nos-indices-de-educacao-basica-apontam-resultados-do-ideb.ghtml.

GARCIA, A. N. Oito em cada dez brasileiros sentem alta no preço dos alimentos, diz Quaest. **UOL Notícias**, 16 fev. 2025. Disponível em: https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2025/02/16/quaest---classes-sociais.htm. Acesso em: 2 abr. 2025.

JUSTIÇA de SP suspende decreto de Tarcísio que previa privatização de 33 escolas estaduais. **Carta Capital**, 26 fev. 205. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/justica/justica-de-sp-suspende-decreto-de-tarcisio-que-previa-privatizacao-de-33-escolas-estaduais/. Acesso em: 2 abr. 2025.

MARTELLO, A. Aumento da faixa de isenção e reforma do imposto de renda: compare as propostas de Bolsonaro e Lula. **G1**, 30 mar. 2025. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/03/30/aumento-da-faixa-de-isencao-e-reforma-do-imposto-de-renda-compare-as-propostas-de-bolsonaro-e-lula.ghtml. Acesso em: 2 abr. 2025.

MARTELLO, A. Governo vive pressão para corte de gastos, mas ainda não tem previsão de quando anunciará medidas; entenda o cenário. **G1**, 3 nov. 2024. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/11/03/governo-vive-pressao-para-corte-de-gastos-mas-ainda-nao-tem-previsao-de-quando-anunciara-medidas-entenda-o-cenario.ghtml. Acesso em: 2 abr. 2025.

O PL 4.614/2024 é um ataque ao BPC. **FENASP**, 6 dez. 2024. Disponível em: https://fenasps.org.br/2024/12/06/o-pl-4-614-2024-e-um-ataque-ao-bpc/. Acesso em: 10 jul. 2024.

RODRIGUES, Rodrigo. “Pode ir na ONU, na Liga da Justiça, no raio que o parta, que não tô nem aí”, diz Tarcísio sobre denúncias de irregularidades da PM em operação no litoral de SP. **G1**, 08 mar. 2024. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2024/03/08/pode-ir-na-onu-na-liga-da-justica-para-o-raio-que-o-parta-diz-tarcisio-sobre-denuncias-de-irregularidades-da-pm-em-operacao-no-litoral-de-sp.ghtml. Acesso em: 2 abr. 2025.

Referências

SATIE, Anna. IPSOS-IPEC: queda de Lula atinge até Nordeste. **UOL Notícias**, 14 mar. 2025. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2025/03/14/recortes-aprovacao-lula-pesquisa-ipsos-ipec.htm. Acesso em: 2 abr. 2025.

TARCÍSIO diz que teve "visão equivocada" sobre uso de câmeras corporais em policiais; relembre posicionamentos anteriores do governador de SP. **G1**, 06 dez. 2024. Disponível em: https://g1.globo.com/globonews/jornal-das-dez/noticia/2024/12/06/tarcisio-diz-que-teve-visao-equivocada-sobre-uso-de-cameras-corporais-em-policiais-relembre-posicionamentos-anteriores-do-governador-de-sp.ghtml. Acesso em: 2 abr. 2025.

TRANSFOBIA, ataques às urnas e golpismo: relembre oito polêmicas do deputado Nikolas Ferreira. **O Globo**, 07 mar. 2024. Disponível em: https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2024/03/07/transfobia-ataques-as-urnas-e-golpismo-relembre-oito-polemicas-do-deputado-nikolas-ferreira.ghtml. Acesso em: 2 abr. 2025.

URBANO, João Paulo. Os BRICS, o Brasil e a Economia Nacional. **Revista Pet-Rel**, Brasília, v. 6, n. 2, p. 57-65, jun. 2024. Disponível em: http://petrel.unb.br/images/Boletins/Petrel_v6_n2_jun_2024/URBANO_BolBRICS.pdf. Acesso em: 10 jul. 2024.

VIVAS, Fernanda. Réu por golpe de Estado, alvo de outras investigações e inelegível: a situação jurídica de Bolsonaro. **G1**, 30 mar. 2025. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/03/30/reu-por-golpe-de-estado-alvo-de-outras-investigacoes-e-inelegivel-a-situacao-juridica-de-bolsonaro.ghtml. Acesso em: 1 abr. 2025.

Narrativas e Autoritarismo: uma análise do Governo Bukele

Gabriel M. C. Boaventura

Nos últimos anos, El Salvador tem se destacado internacionalmente por adotar políticas não convencionais que desafiam as práticas tradicionais de governança. Foi o primeiro país do mundo a oficializar o Bitcoin como moeda oficial (Esposito; Renteria, 2021), construiu uma mega-prisão para encarcerar milhares de membros de gangues, o Centro de Confinamento do Terrorismo (De Paula, 2023) e, mais recentemente, se colocou à disposição para receber imigrantes deportados dos Estados Unidos de qualquer nacionalidade (BBC, 2025). Essas medidas ousadas e polêmicas não foram fruto de um acaso, mas da liderança de uma única figura: Nayib Bukele.

O presidente salvadorenho consolidou um governo que combina domínio da comunicação digital com estratégias autoritárias. Sua popularidade é fundamentada pela promessa de ordem e modernização, mas por trás do espetáculo midiático, há uma estratégia de reconfiguração dos freios e contrapesos institucionais. Nayib Bukele faz parte de um contexto maior de transformação política na América Latina, marcado pela crise da democracia.

Nesse cenário, Bukele consolidou um governo que alia domínio da comunicação digital a estratégias autoritárias, refletindo a crise democrática na América Latina. Em administrações como a analisada, duas dinâmicas se destacam: a efetividade de ações concretas e uso estratégico das narrativas. Esta análise foca na segunda, pois é por meio dela que figuras como Bukele souberam captar antes dos outros os sinais da mudança em curso — e é assim que avançam da margem para o centro do sistema (Da Empoli, 2019). Serão analisadas a ruptura partidária e a guerra às gangues como eixos centrais dessa construção.

A Narração como Estratégia de Poder

O fenômeno político representado por Nayib Bukele é inseparável das condições conjunturais específicas que permitem sustentar sua influência. Nesse sentido, é fundamental delinear o terreno fértil no qual Bukele enraíza sua liderança e expande seu poder. De acordo com o filósofo Byung-Chul Han, em "A Crise da Narração" (2023), no passado, a sociedade era guiada pela ação fundamental de narrar. A narração refere-se ao conjunto de práticas, individuais ou coletivas, que conferiam sentido à experiência humana, estabelecendo um processo que garantia, dentre outras coisas, o fortalecimento da identidade, do pertencimento e da orientação.

Porém, na modernidade, o autor identifica um colapso dessa capacidade narrativa. À medida que a informação se torna a principal forma de mediação da realidade, o espírito narrativo entra em crise. Han define a informação como "o estágio de declínio absoluto da linguagem" (2023, p. 43). Ademais, ela é "aditiva e cumulativa, [...] não é portadora de sentido" (Han, 2023, p. 10). Para além do campo da comunicação, a informação estabelece uma nova forma de dominação, caracterizada pela sedução (Han, 2023, p. 16).

A partir desse marco teórico, podemos observar como a realidade de El Salvador é afetada por essa crise narrativa. Uma vez que as informações não afetam somente a transmissão de mensagens, mas também os pensamentos, as relações e a política. Essa crise está intrinsecamente ligada às dinâmicas digitais e ao controle por meio dos dados. Inserido nesse ambiente, o indivíduo acredita estar apenas navegando entre aplicativos, mas está, na verdade, sendo "completamente explorado e controlado" (Han, 2023, p. 29).

Nesse sentido, as narrativas, que antes conferiam sentido à realidade, operam como instrumentos de controle emocional e de manipulação político-ideológica. Grandes empresários, estrategistas de marketing, lobistas e políticos entenderam que, em um ambiente saturado de informações, marcado pela desorientação e pela carência de pertencimento, as narrativas se mostram mais eficazes do que argumentos racionais na disputa pela atenção dos cidadãos. Consequentemente, o fazer narrativo é politicamente instrumentalizado, visando

 Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

apelar diretamente às emoções, criar identidades frágeis e reduzir a complexidade das questões sociais e políticas a explicações simplistas e a causalidades genéricas.

Assim, o debate público, que deveria ser crítico e coletivo, é substituído por discursos que prometem a resolução imediata de problemas. E, embora se apresentem como inovadoras e orientadas para o futuro, essas narrativas servem à manutenção do status quo e destacam o ambiente em que lideranças populistas, como Nayib Bukele, emergem e se consolidam. Nas seções seguintes, será explorado como essas estratégias de comunicação e o autoritarismo são articulados, a fim de criar uma forma nova de controle político.

Nayib Bukele Vs. Los Mismos

De acordo com Meléndez-Sánchez (2021), os pactos democráticos firmados no fim da guerra civil, como os Acordos de Paz de Chapultepec, trouxeram custos que se tornaram evidentes ao longo do tempo. Apesar dos documentos terem conseguido transformar um conflito armado em uma disputa eleitoral, também consolidaram um sistema de rigidez partidária. O Código Eleitoral estruturado no pós-guerra estabeleceu que o financiamento público dos partidos seria proporcional à parcela de votos nas eleições anteriores — no caso daqueles já estabelecidos — ou baseado na projeção de votos estimada — no caso de novos partidos.

Essa situação criou um problema para grupos políticos emergentes que desejavam formalizar novas siglas: eles deveriam ser populares antes de poderem acessar os recursos necessários para competir por votos. Entre 1992 e 2018, pelo menos uma dúzia de novos partidos tentaram quebrar o controle da Arena e da FMLN na política salvadorenha, porém a maioria não conseguiu sobreviver além de um único ciclo eleitoral (Meléndez-Sánchez, 2021, p.27). Com o passar do tempo, o distanciamento geracional dos novos eleitores em relação à guerra civil e a emergência de novas demandas políticas intensificaram a desconexão com os partidos tradicionais. Desse modo, embora mudanças sociais tivessem ocorrido, a estrutura política em El Salvador permanecia inflexível.

Dados de 2018 do Latinobarômetro mostram um cenário de insatisfação generalizada e desconfiança dos

 Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

salvadorenhos em relação às instituições governamentais. Quase 90% da população afirmaram ter pouca ou nenhuma confiança nas instituições do Estado e 85,8% acreditavam que o país era governado por poucos grupos poderosos que governavam em benefício próprio.

Enquanto a insatisfação popular crescia, Nayib Bukele, então prefeito de San Salvador, foi expulso da FMLN sob a alegação de violar estatutos internos do partido (Laguan, 2017). No entanto, longe de ser abandonado ao ostracismo político, Bukele rapidamente transformou sua expulsão em um trampolim para sua ascensão nacional. Em uma transmissão ao vivo pelo Facebook, anunciou sua candidatura à presidência e convocou seus apoiadores a se unirem para romper com o bipartidarismo, enviando um recado direto às elites políticas: "basta!" (Última Hora SV, 2018). Na época, o então candidato afirmava estar assumindo uma missão histórica para devolver o poder político ao povo e para retomar o controle do governo de uma elite corrupta — personificada pelos partidos tradicionais, que ele chama de "los mismos de siempre" (Meléndez-Sánchez, 2021, p. 21).

Impulsionado por sua popularidade digital e um discurso fortemente antiestablishment, Bukele não apenas venceu as eleições presidenciais de 2019 em primeiro turno, como também foi reeleito em 2024 com ampla margem de apoio. A essência desses resultados está na adoção de uma espécie de "autoritarismo millennial", conceito cunhado por Meléndez-Sánchez (2021) para descrever regimes que combinam práticas autoritárias — como a rejeição das regras democráticas, a deslegitimação da oposição, o incentivo à violência e a disposição para restringir liberdades civis — com uma marca pessoal moderna, construída, principalmente, por meio das redes sociais (Meléndez-Sánchez, 2021, p. 21). Diferente dos políticos tradicionais, Bukele não se apoiou em um partido consolidado, ele optou por transformar sua própria figura em uma estrutura política autônoma, sustentada por uma comunicação digital coordenada e direta com seus seguidores (Meléndez-Sánchez, 2021, p. 27).

Essa abordagem adotada é refletida, principalmente, no uso intensivo do seu perfil no X (antigo Twitter). Em sua descrição, ele se autodenomina "Rei Filósofo" — uma referência ao ideal platônico de um líder sábio e modesto, que governa com base no amor pelo conhecimento. Desde 2009, acumulou mais de 83.000 publicações em seu perfil, com uma média de 14 postagens por dia, alcançando cerca de 7,3 milhões de seguidores — um número que

 Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

supera a população absoluta de El Salvador, estimada em 6,3 milhões em 2023 (Banco Mundial, 2023).

Os comentários de Nayib Bukele nas redes sociais vão além da simples divulgação de medidas governamentais, desempenham, também, um papel crucial na construção de uma narrativa que tensiona a dicotomia entre "nós e eles", posicionando o presidente como a personificação da renovação política em El Salvador. Em uma das postagens, ele se refere à oposição como "estúpidos", acusando-os de "acreditar em tudo, especular e gerar ataques com base no que acreditavam", reforçando a deslegitimação dos adversários políticos. Além disso, ao compartilhar um artigo que narra sua trajetória, destacando que se trata da "história do líder que desafiou as elites globalistas, conquistou o povo e mudou o destino do país", o presidente reafirma sua posição como protetor da vontade popular e classifica qualquer crítica como parte de uma conspiração de "los mismos" contra a sua administração.

Os esforços empregados por Bukele impactaram os índices de confiança no governo e em sua liderança. O Latinobarômetro de 2023 revelou que 75,6% dos salvadorenhos acreditam que o país é governado para o bem de toda a população, enquanto 70,2% afirmam ter muita ou alguma confiança no governo, sendo a segurança pública um dos principais fatores para essa melhora. No entanto, desde quando Bukele assumiu o poder, a dívida pública aumentou US$10,216 bilhões, o equivalente a 84% do Produto Interno Bruto (PIB). Já a pobreza passou de 22,8% em 2019 para 27,2% em 2023, segundo dados oficiais (Ventas, 2024).

Esses números reforçam a ideia de que a narrativa construída pode ser mais potente do que a realidade vivida, pois o apelo às emoções, o senso de identidade e a ideia de pertencimento promovidos pelo discurso, assim como defende Han, criam uma percepção de estabilidade e progresso, embora o país ainda enfrente desafios contundentes, como o aumento da pobreza e da dívida pública. Essa dinâmica se manifesta de forma ainda mais clara na guerra contra as facções criminosas, que se tornou um dos pilares centrais da administração Bukele, tópico explorado na seção seguinte.

 Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

“Quien perdona al lobo, sacrifica a las ovejas”

A marginalização socioeconômica, aliada à persistência e ao agravamento das desigualdades, favorece o recrutamento de novos membros pelas gangues, sobretudo entre a juventude salvadorenha (Gellman, 2022, p. 5). Esses atores não apenas controlam territórios, cidadãos e fluxos econômicos, mas também se consolidam como forças políticas no Estado. Para manter a governabilidade, diversos governos, incluindo o de Nayib Bukele, firmaram acordos informais com as principais gangues salvadorenhas. O governo Bukele, em particular, negociou vantagens em troca da redução da violência e do apoio das gangues ao partido Nuevas Ideas nas eleições legislativas de 2021 (Dudley, 2020).

Mesmo com os acordos, as gangues preservavam poder político e econômico, controlando territórios e fluxos financeiros para pressionar o governo por novas concessões (Papadovassilakis, 2023). Em março de 2022, o colapso dos acordos com o governo engatilhou uma onda de violência em El Salvador, resultando em 62 mortes em um único dia, o mais mortal em 20 anos (Gellman, 2022, p. 9). Em resposta, Bukele decretou, com apoio do Parlamento, estado de emergência, restringindo liberdades civis e ampliando os poderes da polícia para conter a criminalidade. Contudo, com sucessivas prorrogações, o estado de exceção se transformou em um regime permanente, onde o que deveria ser excepcional tornou-se ordinário.

Bukele denominou essa política, em seu perfil no X, como “Guerra contra Pandillas”, adotando o slogan “Quien perdona al lobo, sacrifica a las ovejas”, sugerindo que qualquer concessão às gangues seria uma traição ao povo salvadorenho, apesar de tais negociações terem sido comuns em momentos anteriores. Dentro dessa lógica, destaca-se a construção do Centro de Confinamento do Terrorismo (CeCot), o maior presídio das Américas (De Paula, 2023).

Nesse sentido, Bukele fez da segurança pública, um tema sensível para os salvadorenhos, o cerne da nova narrativa de El Salvador. O país deixou de ser “a capital mundial dos homicídios” não apenas por medidas concretas, como a repressão contra as gangues sob o estado de exceção e a construção da CeCot, mas também pelo espetáculo digital meticulosamente planejado pelo presidente. A

 Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

narrativa oficial oculta as causas estruturais da adesão dos jovens às gangues, reduzindo-os a lobos que devem ser eliminados para proteger as ovejas. Em um vídeo institucional, o presidente afirma "Muéstrenles este video a sus hijos adolescentes, explíquenles que entrar a la pandilla solo tiene 2 salidas: la cárcel o la muerte".

As gangues são representadas como inimigos absolutos a serem eliminados, sustentando a narrativa de que a violência estatal é um preço inevitável pela segurança. Qualquer crítica internacional é deslegitimada como apologia ao crime, consolidando a dicotomia entre ordem e caos. Bukele alimenta essa retórica por meio de suas redes sociais, como em uma postagem em que, ao relatar o assassinato de um policial, atacou organizações de direitos humanos: "Pero ahí no dirán nada las ONG de 'derechos humanos', ellos solo velan por los derechos de los criminales. ¿Ven por qué debemos continuar con el Régimen de Excepción hasta TERMINAR POR COMPLETO con esta peste? [...] Los haremos pagar caro lo que hicieron." Com declarações como essa, o presidente reforça a ideia de que qualquer questionamento ao seu governo equivale a defender os criminosos, legitimando a repressão como um imperativo moral.

Considerações Finais

O governo de Nayib Bukele exemplifica como a crise da narração, segundo descrita por Byung-Chul Han, redefine a política contemporânea. Em um ambiente onde a informação fragmentada substitui a construção de sentido, a governabilidade passa a depender menos do aspecto institucional e mais do subjetivo. Bukele estrutura o seu discurso a partir de narrativas dicotômicas que opõem "nós" e "eles", "ordem" e "caos", simplificando a realidade e transformando a política em um espetáculo contínuo, onde a sensação de mudança é mais importante do que suas consequências concretas.

A popularidade de Bukele não se sustenta unicamente nas ações concretas de seu governo, mas na forma como estas são encenadas dentro do modelo de autoritarismo millennial. Tal estratégia não opera apenas pela coerção direta, mas pela construção de uma narrativa digital na qual sua liderança é indissociável da estabilidade nacional. O mecanismo adotado pelo Governo Bukele, nesse sentido, é crucial para sustentar o regime autoritário, uma vez que

 Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

é capaz de capturar e direcionar a atenção pública.

A experiência salvadorenha revela um fenômeno maior: quanto mais a crise da narração avança, mais a política torna-se vulnerável a discursos autoritários. Em um cenário de crise de pertencimento e de orientação, a disputa pelo poder não se restringe às instituições, mas se desloca para a capacidade de dominar narrativas, emoções e percepções. Quando a complexidade é reduzida a slogans e antagonismos rígidos, como em El Salvador, a democracia perde sua essência, e o governo passa a operar como um algoritmo: a lealdade ao líder não é uma decisão reflexiva, mas um ato automatizado — curtir, compartilhar, obedecer.

 Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

Referências

BANCO MUNDIAL. Population, total - El Salvador. Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL?locations=SV. Acesso em: 15 de fev. de 2025.

DA EMPOLI, G. **Os engenheiros do caos: Como as fake news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições**. Vestígio Editora, 2019.

DE PAULA, I. Cecot, a megaprisão de Bukele, completa seis meses com apoio popular em El Salvador. **Gazeta do Povo**. Brasil, 31 de ago. de 2023. Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/cecot-a-megaprisao-de-bukele-completa-seis-meses-com-apoio-popular-em-el-salvador/. Acesso em: 15 de fev. de 2025.

DUDLEY, S. 3 Dirty Secrets Revealed by the El Salvador Gang 'Negotiations'. **InSight Crime**. Estados Unidos, 4 de set. de 2020. Disponível em: https://insightcrime.org/news/secrets-el-salvador-gang-negotiations/. Acesso em: 16 de fev. de 2025.

ESPOSITO, A.; RENTERIA, N. El Salvador se torna o primeiro país a adotar bitcoins como moeda oficial. **CNN**. Brasil, 7 de set. de 2021. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/economia/financas/el-salvador-se-torna-o-primeiro-pais-a-adotar-bitcoins-como-moeda-oficial/. Acesso em: 15 de fev. de 2025.

GELLMAN, M. **The Democracy Crisis in El Salvador:** An Overview (2019-2022), n. 4, 2022.

HAN, B. **A crise da narração.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2023.

LAGUAN, J. Nayib Bukele, expulsado del FMLN por estas razones. **La Prensa Gráfica**. El Salvador, 10 de out. de 2017. Disponível em: https://www.laprensagrafica.com/elsalvador/Nayib-Bukele-expulsado-del-FMLN-20171010-0075.html. Acesso em: 15 de fev. de 2025.

MELÉNDEZ-SÁNCHEZ, M. Latin America Erupts: Millennial Authoritarianism in El Salvador. **Journal of Democracy**, v. 32, n. 3, p. 19–32, 2022.

NAYIB Bukele: Nuevas Ideas es la mejor opción para el país. **Última Hora SV**. El Salvador, 2 de out. de 2018. Disponível em: https://ultimahora.sv/nayib-bukele-nuevas-ideas-es-la-mejor-opcion-para-el-pais/. Acesso em: 15 de fev. de 2025.

Referências

O ACORDO entre Bukele e Trump para enviar imigrantes deportados dos EUA para El Salvador. **BBC**. Reino Unido, 4 de fev. de 2025. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/czj3wdr92gzo. Acesso em: 16 de fev. de 2025.

PAPADOVASSILAKIS, A. The Road to El Salvador's State of Emergency. **InSight Crime**. Estados Unidos, 6 de dez. de 2023. Disponível em: https://insightcrime.org/investigations/road-el-salvador-state-emergency/. Acesso em: 16 de fev. de 2025.

VENTAS, L. Qual o efeito econômico da 'guerra' de Bukele contra as gangues em El Salvador. **BBC**. El Salvador, 1 de mar. de 2024. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/c3g0335m41no. Acesso em: 17 de fev. de 2025

El Salvador e Nicarágua: dois lados da mesma moeda?

Nathália Rabelo

Quando examinamos a evolução política dos países latino-americanos, de pronto nos chama a atenção o legado histórico que lhes tolhe os progressos em direção a um regime democrático pleno e duradouro (Cintra, 2000).

A América Latina herdou do Norte Global a ideia de que a democracia, em simbiose com o capitalismo, seria o sistema político ideal. O que foi um longo processo social e político nos países europeus, e até mesmo nos Estados Unidos, para desenvolver essa democracia liberal, foi apenas recebido e internalizado pelos países latino-americanos, que começaram a seguir um sistema que não lhes é originalmente próprio (Ranincheski; Castro, 2012).

A estabilidade política nos países latino-americanos tem como via de regra a sua exceção. As condições históricas da América Latina, com valores, culturas e necessidades diferentes daqueles que criaram o ideal democrático são alguns dos fatores para as diversas crises democráticas enfrentadas. Os casos de El Salvador e Nicarágua representam dois extremos na atual crise democrática latino-americana. Ainda sim, ambos os governos têm avançado na consolidação de regimes de repressão, censura e de esvaziamento das instituições democráticas. Neste sentido, esta análise pretende examinar como foi constituída a democracia nesses países, como ela se perdeu, quais suas diferenças e semelhanças e por fim, perspectivas para o futuro.

Contexto histórico: El Salvador

No século XX, El Salvador foi regido por governos autoritários e militares por mais de 50 anos. Apesar de alguns momentos de abertura política, até a década de 1980, as principais peças do sistema político salvadorenho foram o Exército,

o partido oficial e eleições fraudulentas (Córdova; Turcios, 2006). Nesse contexto, foram criadas muitas organizações guerrilheiras de oposição ao governo e aos esquadrões da morte, que eram usados para aumentar a repressão.

Em 1979, o embate entre as organizações de oposição e o governo aumentaram consideravelmente, até o estopim da guerra civil, a morte do monsenhor Oscar Arnulfo Romero (1980), quando as organizações guerrilheiras se unificaram formando a Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN). E o grupo de oposição político formou a Frente Democrática Revolucionária (FDR), ambas se aliaram pela reforma do governo (Morotti, 2015).

À época, o bloco liderado pela FMLN disputava o poder com o Partido Democrata Cristão (PDC), apoiado pelos Estados Unidos, e o partido Aliança Republicana Nacionalista (Arena). Durante a guerra, duas eleições presidenciais aconteceram no país, a primeira (1984) com vitória do PDC, e a segunda (1989) da Arena (Globo, 2021). No ano da eleição que o partido Arena foi vitorioso (1989), a ofensiva guerrilheira FMLN chegou à capital, fato importante para os atores perceberem que nem a FMLN teria condições de tomar o poder, nem seria aniquilada por seus inimigos, o que deixou claro que seria necessário uma via de solução política para o fim da guerra. Daquele ano até 1992, quando os Acordos de Paz de Chapultepec foram assinados, os blocos passaram por 23 reuniões de negociação, que incluíram a mediação das Nações Unidas na guerra (Morotti, 2015).

Os Acordos definiram reformas institucionais para promover a democracia, como da Corte Suprema de Justiça e do Tribunal Supremo Eleitoral, a redução do quantitativo e do papel na segurança nacional das Forças Armadas, a criação da Polícia Nacional Civil, a defesa dos Direitos Humanos, entre outros. Além disso, foi criada uma Comissão da Verdade, para investigar os atos violentos autoritários (ibid.) Com essas medidas, foram criadas condições democráticas para as eleições do pós-guerra.

A FMLN se converteu em um partido político, mas só chegou ao poder em 2009, após 20 anos de presidentes eleitos pelo partido Arena. Já em 2019, Nayib Bukele, um ex-prefeito de San Salvador pelo FMLN, foi eleito presidente pelo partido Grande Aliança pela Unidade Nacional (Gana), um partido de direita (Oliveira; Barreto, 2024).

 Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

Nicarágua

O contexto histórico da Nicarágua também é marcado por governos autoritários e guerrilheiros revolucionários. Ainda no século XIX, José Santos Zelaya promove uma revolução de libertação nacional após décadas de ditadura, desafiando os interesses dos Estados Unidos. Como resposta, as forças militares dos EUA ocuparam a Nicarágua até a década de 1930, exercendo poderes políticos e econômicos ao apoiar governantes alinhados aos seus interesses (Memorial, [20]).

Augusto César Sandino, incomodado com as interferências americanas, lidera, entre a década de 1920 e 1930, um movimento guerrilheiro com sentimentos nacionalistas e anti-estadunidenses (ibid.). Sandino conseguiu combater a influência americana e logrou a retirada das tropas estrangeiras de seu país, tornando-se assim um símbolo para os guerrilheiros (Memorial, [20]).

Com a saída das tropas, Anastasio Somoza García, chefe da Guarda Nacional, ordenou o assassinato de Sandino (1934) e iniciou a ditadura dinástica dos Somoza. Somoza García governou por mais de 20 anos, estreitando laços com os Estados Unidos, politicamente e economicamente (ibid.). Em 1956, Somoza García é assassinado por um jovem guerrilheiro, e seu filho, Luis Somoza Debayle, toma seu lugar na presidência, e o caçula, "Tachito" Somoza Debayle, na Guarda Nacional (Lima; Ahumada, 2017).

Após o êxito da Revolução de Cuba (1959), nicaraguenses formaram a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), em homenagem a Augusto César Sandino, que logo se tornou uma organização político-militar com perfil anti-imperialista, que objetivava derrubar a ditadura Somoza por meio de guerra popular (ibid.). Em 1979, os sandinistas conseguiram derrubar os Somoza e estabelecer um governo revolucionário. Com forte campanha liderada por Ronald Reagan, os sandinistas passaram pela oposição dos "Contras", grupo guerrilheiro de direita, participantes da Guarda Nacional e financiado pelo governo americano. Em 1984, o líder sandinista Daniel Ortega foi eleito (Lima; Ahumada, 2017). Em 2006, Ortega foi reeleito e permanece no poder até hoje, com reeleições que se tornaram cada vez mais autocráticas em 2011, 2016 e 2021 (Dauer, 2024).

 Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

A crise atual: El Salvador

A partir do contexto apresentado, é possível perceber como ambos os países passaram por décadas de governos autoritários, ditaduras militares e elites políticas combatidas por nacionais revolucionários. Após as revoluções, com interferências externas, ambos investiram em sistemas democráticos calcados na reforma de instituições, promoção de eleições e no bipartidarismo, no caso de El Salvador entre a FMLN e a Arena, e na Nicarágua entre a FSLN e os Partido Liberal Constitucionalista (PLC). Entretanto, sem uma busca concreta pela resolução dos problemas econômicos e sociais da população, o que levou ao retorno do autoritarismo.

Nesse sentido, a instabilidade democrática nesses países pode ser atribuída a diversos fatores. Entre eles, pode-se destacar o agravamento das desigualdades socioeconômicas, consequência também da redução da relevância da região no cenário global contemporâneo; o crescimento dos desequilíbrios internos, resultados de problemas estruturais profundos; e a recorrente crise de governabilidade, resultado da dificuldade dos governos democráticos em responder de forma eficaz às demandas econômicas e sociais (Moisés, 1994).

A relação entre os desafios enfrentados pelos governos latino-americanos após a transição democrática e a insatisfação da população com o regime democrático é discutida por Ronaldo Munck (1993) que, ao analisar diferentes países da América Latina, argumenta que tanto o fracasso econômico quanto a desinstitucionalização da democracia podem resultar no desgaste e morte das democracias emergentes na região. Embora a frustração com a ausência de avanços concretos nos períodos de transição e pós-transição não signifique, necessariamente, uma rejeição imediata ao sistema democrático, essa decepção pode intensificar sentimentos de apatia, alienação e desencanto em relação à política. Como consequência, tais sentimentos podem se tornar uma postura de aceitação ou indiferença diante de um possível retorno ao autoritarismo.

A ascensão de Bukele é um exemplo claro do explicitado por Munck. Bukele se apoiou numa imagem de outsider do eixo tradicional político de El Salvador. Ele se destacou como uma figura jovem, popular nas redes sociais por apresentar um discurso simples para a população, e por seus slogans contra a corrupção e a falta de segurança.

 Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

Em 2020, Bukele invadiu a Assembleia Nacional ao lado de militares e apoiadores para pressionar um empréstimo de mais de 100 milhões de dólares para a política de segurança. Em 2021, após o partido criado por ele (Nuevas Ideias) alcançar maioria do Congresso, enviou proposta que destituiu o Procurador-Geral da República e os ministros da Suprema Corte, controlando, assim, também, o judiciário do país e conseguindo aprovar a mudança na Constituição para possibilitar sua reeleição (Oliveira; Barreto, 2024).

Além dessas medidas, são constantes as denúncias de perseguição de adversários políticos e jornalistas. A exemplo, o El Faro, maior portal jornalístico do país e que denunciou que Bukele havia feito um pacto com as gangues para diminuir a taxa de homicídio, mudou sua sede para a Costa Rica a fim de evitar as campanhas de deslegitimação e ameaças feitas por Bukele e seus aliados (Schossler, 2023). Nesse cenário, emerge a perspectiva de lawfare, um conjunto de mecanismos jurídicos utilizados para fins de perseguição política, seja por destruição da imagem pública, inabilitação dos opositores, ou a retirada da autonomia dos poderes para contestar as decisões do governo e mudanças nas regras do jogo democrático (Marques; Oliveira, 2023)

Com uma estratégia populista e uma forte presença nas redes sociais, Nayib Bukele conquistou amplo apoio da população, especialmente por suas políticas de segurança que reduziram drasticamente a criminalidade no país. Em 2015, El Salvador figurava entre os países mais violentos da América Latina, registrando mais de 100 homicídios para cada 100 mil habitantes (Oliveira; Barreto, 2024). Em 2022, Bukele decretou um regime de exceção que ampliou os poderes das forças de segurança, permitindo prisões sem mandado judicial e restringindo liberdades individuais. Em apenas um ano, a taxa de homicídios caiu para 2,4 por 100 mil habitantes (ibid.).

Segundo a ONG Socorro Jurídico Humanitário, entre março de 2022 e março de 2024, aproximadamente 26 mil pessoas foram encarceradas injustamente, enquanto 241 morreram dentro das prisões do país. Estima-se que cerca de 70 mil pessoas tenham sido presas nesse período, o equivalente a mais de 1% da população de El Salvador (Oliveira; Barreto, 2024). Segundo a Human Rights Watch (HRW), a maioria dos detidos são homens jovens e de baixa renda, submetidos a condições desumanas que violam direitos fundamentais. Há relatos de torturas, detenções arbitrárias motivadas por perseguição política contra opositores, restrições de

 Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

direitos constitucionais, ocultação de informações oficiais, além de contratos e compras sem licitação pelo governo (Schossler, 2023).

A ascensão do chamado "método Bukele", caracterizado pelo uso de mega-prisões e políticas de segurança de tolerância zero, levanta questionamentos sobre sua legitimidade e os impactos desse modelo na América Latina. O sucesso na redução da criminalidade, ainda que incontestável, ocorre à custa de severas violações de direitos fundamentais, o que gera debates sobre os limites entre eficácia governamental e autoritarismo.

Nicarágua

Já na Nicarágua, Daniel Ortega se mantém no poder desde 2007 através do uso da lei e o enfraquecimento das instituições e dos processos democráticos, usando também a perspectiva do lawfare. No primeiro mandato, ele retirou os impeditivos para reeleição e ganhou as três eleições desde então, com denúncias de fraude eleitoral, cerceamento da oposição política e repressão contra os protestos da população, além de caracterizar sua gestão pela perseguição à Igreja Católica (Matravolgyi, 2024).

Em seu primeiro mandato, Ortega desenvolveu o crescimento econômico em consonância com projetos de combate à pobreza (Teixeira; Dias; Pires, 2021). Já no segundo mandato, Ortega foi progressivamente adquirindo controle dos âmbitos estatais eleitoral, judicial e legislativo, além das Forças Armadas, organizações sociais e imprensa (ibid.). No terceiro mandato, Ortega apresentou sua esposa, Rosario Murillo, como candidata à vice-presidência, demonstrando sua intenção de que o poder estatal permanecesse na família caso ele não pudesse mais governar (ibid).

Apesar de um aumento na qualidade de vida da população, as manipulações dos poderes públicos, as modificações na Constituição, e as medidas para que não houvesse opositores nas eleições geraram muitas manifestações no país (Teixeira; Dias; Pires, 2021). Durante essas manifestações, a população sofreu graves violações de direitos humanos, com forte repressão e violência estatal e paramilitar (ibid). As constantes violações pioraram a instabilidade do país, afetando especialmente o comércio e o turismo, além do distanciamento do bem-estar social

 Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

e o desmonte dos direitos democráticos.

Entre as violações, é possível citar, além da violência e tortura contra manifestantes, as restrições impostas à mídia, universidades cristãs fechadas, perseguição, prisão e exílio de representantes religiosos, maus tratos aos presos e ataques aos povos indígenas (Chade, 2024). No fim de 2024, Ortega apresentou uma proposta à Assembleia Nacional, amplamente controlada pela FSLN, que tornaria sua esposa uma "co-presidente" e juntos, passariam a ser coordenadores dos 3 poderes, que pela Constituição são independentes. A proposta incluía também destituir funcionários públicos que "discordem dos princípios fundamentais do regime", limitando ainda mais a liberdade de expressão (BBC, 2024).

Considerações Finais

Diante do exposto, observa-se que o enfraquecimento institucional e a manipulação da legislação para restringir processos democráticos constituem elementos comuns às gestões de Nayib Bukele e Daniel Ortega. Apesar das diferenças ideológicas – com Bukele representando uma direita populista e Ortega-Murillo consolidando um regime autocrático de esquerda –, ambos os governos compartilham estratégias que resultam na centralização do poder, no esvaziamento das instituições democráticas, na restrição das liberdades individuais e da imprensa, e na perseguição sistemática a opositores. Sendo interessante destacar que não há um "lado" político próprio ao extremismo e autoritarismo.

Em El Salvador, o legado de décadas de conflito armado em busca do fim dos governos autoritários pavimentou o caminho para a transição política, entretanto, não foi capaz de resolver as desigualdades socioeconômicas e outros desequilíbrios. Essa incapacidade ou mau grado de avançar as questões econômicas e sociais da população abriu espaço para o discurso populista "outsider" de Bukele, que progride a eficácia governamental no âmbito da segurança às custas da violação de direitos fundamentais e erosão dos mecanismos democráticos.

Já na Nicarágua, a histórica luta contra ditaduras externas criaram um cenário de mudança governamental, entretanto, a trajetória de Ortega demonstra um poder cada vez mais centralizado e repressivo. O uso das práticas

 Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

de lawfare. repressão de protestos e de opositores políticos e a violação dos direitos humanos agravam a instabilidade democrática do país.

Diante desse contexto, é essencial questionar até que ponto a fragilidade da governança democrática em El Salvador e na Nicarágua está ligada à persistência das elites oligárquicas, à forma como a transição política foi conduzida ou à própria incompatibilidade do modelo democrático adotado sem considerar as especificidades históricas, econômicas e socioculturais da região. Se a democracia liberal foi um sistema importado, sem um processo de construção orgânica nos países latino-americanos, quais devem ser os esforços para criar um modelo democrático mais adequado às realidades locais, capaz de garantir maior estabilidade e inclusão política?

 Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

Referências

BBC News Brasil. A proposta de Ortega para mudar Constituição e ganhar poderes absolutos na Nicarágua. 2024. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/c5ymezrrj85o. Acesso em: 10 fev. 2025.

CHADE, J. Governo Ortega é denunciado na ONU por tortura, estupro e repressão... - **UOL**. 2024. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2024/09/03/onu-acusa-governo-ortega-por-tortura-estupro-e-incremento-de-repressao.htm. Acesso em: 10 fev. 2025.

CINTRA, A. Democracia na América Latina. **Câmara dos Deputados**. 2002.

CÓRDOVA, Ricardo; TURCIOS, Roberto. El Salvador. **Enciclopédia Latinoamericana**. 2006. Disponível em: https://latinoamericana.wiki.br/verbetes/e/el-salvador. Acesso em: 10 fev. 2025.

DAUER, Letícia. Nicarágua: como um herói nacional virou líder de uma das piores autocracias eleitorais do mundo. **G1**. 2024. Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/08/09/nicaragua-ortega-autocracia.ghtml . Acesso em: 10 fev. 2025.

GLOBO. Memória Globo: Guerra Civil em El Salvador. **Globo**. 2021. Disponível em: https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/guerra-civil-em-el-salvador/noticia/guerra-civil-em-el-salvador.ghtml#ancora_5 . Acesso em: 10 fev. 2025.

LIMA, G. AHUMADA, M. A Revolução Sandinista. **UFRGS**. 2017. Disponível em: https:// www.seer.ufrgs.br/Revista Perspectiva/article/viewFile/80170/47836. Acesso em: 10 fev. 2025.

MARQUES, R. OLIVEIRA, A. As práticas de lawfare na América Central: os casos de Nicarágua e de El Salvador. **Interação, UFSM**. 2023. Disponível em: https://accord.cpd.ufsm.br/interacao/article/view/75279/61777. Acesso em: 10 fev. 2025. DOI: http://dx.doi.org/10.5902/2357797575279

MATRAVOLGYI, E. Vindo da esquerda, Daniel Ortega tem histórico de terror político e perseguição na Nicarágua. **CNN Brasil.** 2024. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/vindo-da-esquerda-daniel-ortega-tem-historico-de-terror-politico-e-perseguicao-na-nicaragua/#goog_rewarded). Acesso em: 10 fev. 2025.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. Nicarágua. Disponível em: https://memorialdademocracia.com.br/card/america-latina/7. Acesso em: 10 fev. 2025.

Referências

MOISÉS, José Álvaro. Os brasileiros e a democracia: bases sóciopolíticas da legitimidade democrática no Brasil. **Universidade de São Paulo**. 1994.

MOROTTI, F. El Salvador. **Enciclopédia Latinoamericana**. 2015. Disponível em: https://latinoamericana.wiki.br/verbetes/e/el-salvador. Acesso em: 10 fev. 2025.

MUNCK, Ronaldo. After transition: democratic disenchantment in Latin America. **European Review of Latin America and Caribbean Studies**, n.55, dez. 1993.

OLIVEIRA, I. BARRETO, J. O "fenômeno" Nayib Bukele. **Babel USP**. 2024. Disponível em: https://babel.webhostusp.sti.usp.br/?p=1155. Acesso em: 10 fev. 2025.

RANINCHESKI, S. CASTRO, H. Democracia, crenças e cultura politica a América Latina: da naturalização à construção dos conceitos, uma comparação. **Pensamento Plural.** 2012.

SCHOSSLER, A. A ascensão de Nayib Bukele, o presidente de El Salvador. **DW**. 2023. Disponível em: https://www.dw.com/pt-br/a-ascens%C3%A3o-de-nayib-bukele-o-presidente-de-el-salvador/a-65553555. Acesso em: 10 fev. 2025.

TEIXEIRA, B., DIAS, M., PIRES, N. Nicarágua em crise: governo de Daniel Ortega (2007–2021) e o desmantelamento democrático. **Conversas e Controvérsias, PUC-RS**. 2021. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/conversasecontroversias/article/view/40016/27099. Acesso em: 10 fev. 2025. DOI: http://dx.doi.org/10.15448/2178-5694.2021.2.40016.

A Ascensão da Extrema Direita e a Supressão de Políticas de Gênero na América Latina

Isabelle Pacheco Rolla

O período denominado de "Onda Rosa", iniciado na América Latina nos anos 90 é marcado pela ascensão de líderes de esquerda e centro-esquerda. Este foi responsável por uma virada aos movimentos sociais e projetos socioeconômicos, tendo por objetivo atingir uma maior equidade social, juntamente a políticas desenvolvimentistas baseadas na exportação, em resposta às reformas neoliberais da década anterior (Ayerbe, 2008). Nesse sentido, marcou um avanço perceptível em relação aos direitos das mulheres e LGBT em diversos países da região, como a tipificação do crime de feminicídio na maioria dos países latino-americanos, iniciada pela Costa Rica em 2007 (Oliveira; Ferreira, 2021), o reconhecimneto ou legalização do casamento homoafetivo em 8 países (Silva, 2024), uma ampliação, ainda que restrita, no acesso ao aborto e a criação de mecanismos institucionais que almejavam maior participação e presença política feminina. É preciso, todavia, reiterar que esses avanços não surgiram de maneira autônoma por parte dos governos progressistas eleitos, sendo resultado também da ação de diversas mobilizações sociais (Barbosa, 2022), que continuam existindo e gerando pressão, mas que acabam não incorporadas em governos alinhados à direita.

Em meados de 2010, porém, outro processo político se tornou notável na região, inspirado nas movimentações que aconteciam na Europa e nos Estados Unidos da América (EUA). A instabilidade econômica, unida a diversos escândalos de corrupção levaram a uma grande desconfiança da população média com os partidos e instituições democráticas e deram abertura para a entrada de novos concorrentes, que buscassem romper com a lógica conhecida, que estava sendo recebida como falha (Feldman; Santos, 2022). Nesse contexto, o ideário da extrema direita se popularizou e ganhou força na América Latina.

Concomitantemente à ascensão da extrema direita, o período marcou uma grande mudança em relação aos direitos das mulheres e políticas de gênero existentes.

Foram desencadeados severos ataques e uma posição agressiva em relação a eles, de maneira antidemocrática e antiliberal. Para além dos discursos dos líderes extremistas, esses ataques geraram tentativas de ação e mobilizações, algumas com efeitos mais perceptíveis que outras. Então, a partir de 2016, temáticas como aborto e direitos reprodutivos, educação sexual nas escolas e direitos de pessoas LGBT se tornaram polêmicos e centrais na política dos candidatos e políticos alinhados à extrema direita (Biroli, 2019b). Assim, dado o exposto acima, esta análise busca compreender a intersecção entre a extrema direita junto a outras correntes, como o neoliberalismo e o familismo, tal como a forma que constroi o gênero como adversário e acarreta efeitos nocivos a mulheres e pessoas LGBT.

Os retrocessos em políticas de gênero

Casos concretos como a retirada da "ideologia de gênero" e de educação sexual das escolas no Paraguai em 2017 e o projeto de lei "Escola sem Partido" no Brasil, que visava o mesmo objetivo, em 2018 exemplificam o início dos retrocessos em política de gênero (Carneri, 2017; Fleck, 2018). A ameaça tem, porém, se fortalecido e mostrado um viés cada vez mais repressor aos direitos e políticas de gênero. Pode-se citar a retomada da votação da Proposta de Emenda Constitucional 164/12 no Congresso brasileiro, que buscava atingir uma ampliação na proibição do aborto (Haje, 2024), passando a incluir casos de estupro onde esse direito já era reconhecido constitucionalmente, e sua criminalização. Ou até mesmo as constantes ameaças do presidente argentino Javier Milei aos direitos reprodutivos recentemente alcançados na Argentina e a tentativa de retirar o feminicídio do código penal. Elucida-se, também, a tentativa de extinção do Ministério das Mulheres no Equador; a classificação de pessoas transexuais como deficientes intelectuais no Peru e a derrubada do projeto que buscava proibir terapias de conversão na Colômbia. São esses apenas alguns dos exemplos de ataques e retrocessos ocorridos em 2024 e que retificam as crescentes ameaças à liberdade e existência de mulheres e pessoas LGBT na América Latina.

A popularidade e ascensão de líderes de extrema direita na América Latina iniciada em 2016 e os retrocessos e

Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

ataques constantes aos direitos de mulheres e LGBT não são fatores isolados, mas processos intrinsecamente relacionados. A princípio, os ataques à comunidade LGBT e aos movimentos feministas foram parte fundamental do discurso extremista, que buscou construí-los como "inimigos", responsabilizados pela desestabilização das ideias tradicionais de família e costumes. Desta forma, apesar de suas particularidades específicas, percebe-se semelhanças nesse âmbito no discurso de figuras do movimento como: Javier Milei, Jair Bolsonaro, Horacio Cartes e Dina Boluarte, que por muitas vezes, utilizaram do discurso anti gênero para gerar temor na população e unificação contra esse adversário, em uma estratégia conhecida populista (Biroli, 2019a).

Apesar da retomada de estratégias e discursos antigos, a novidade está na forma como são unidos e nas suas proporções globais, gerando dúvidas sobre sua natureza e seu futuro. Como afirma Wendy Brown, as origens dessas dúvidas estão na união entre:

> *[...] suposições cegas sobre valores e instituições ocidentais duradouras - especialmente o progresso, o Iluminismo e a democracia liberal e, por outro lado, à aglomeração pouco familiar de elementos na direita ascendente - sua curiosa combinação de libertarianismo, moralismo, autoritarismo, nacionalismo, ódio ao Estado, conservadorismo cristão e racismo. (2019, p. 10)*

Assim, aparecem elementos de tradição neoliberal junto à ideias conservadoras e reacionárias, atribuindo um caráter antidemocrático a esse movimento. Porém, de acordo com Verónica Gago (2018), as experiências singulares da América Latina de introdução do neoliberalismo em um período de autoritarismo, além de um caminho distinto tomado no século XXI, diferem o movimento da região daquele que ocorre nos países centrais. Apesar de inspirado nos fenômenos globais ocorridos no Norte, suas construções, razões e causas têm explicações e delimitações regionais, que podem alterar-se ainda dentro da região (Mayer, 2023). Então, questões de ordem externa, como migração e xenofobia, não adquiriram tanta relevância se comparadas a questões internas, como o

Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

combate à corrupção, à esquerda, que governou grande parte da região até meados de 2010, e aos movimentos chamados de identitários (Santos, 2023). Portanto, nas experiências latino-americanas uniram-se as pautas do neoliberalismo em relação ao mercado, o conservadorismo, o moralismo, o autoritarismo e golpismo, o familismo, o neopentecostalismo e o populismo.

O neoliberalismo na extrema direita latino-americana e a intersecção com o familismo e o neopentecostalismo

O neoliberalismo, que não havia sido tão popular no início do século XXI, surgiu com bastante força nos discursos de líderes. Acentua-se, principalmente, a defesa do alinhamento aos EUA e a acusação dos projetos socioeconômicos e intervenções governamentais na economia enquanto causa da estagnação econômica. Estes aproveitaram-se da baixa popularidade dos partidos que os projetaram e geraram forte sentimento de indignação das classes médias com os grupos marginalizados a quem esses projetos eram destinados (Ferraz, 2023). Assim, a defesa de privatizações, menor interferência governamental na economia e extinção de grande parte dos projetos socioeconômicos é presente nesses discursos. A defesa liberal da economia foi acompanhada de uma consolidação de pautas conservadoras para a cultura, unidas a um forte moralismo e familismo, com influência das religiões neopentecostais, que conquistaram uma maior influência política em muitos países gradualmente. Essa relação, contudo, é menos paradoxal do que pode-se perceber de início, tratando-se de projetos interligados e interdependentes (Gago, 2021).

O neopentecostalismo surgiu na região por influência estadunidense no final do século XX, conquistando espaço com discurso de maior potencial para mobilização social que o utilizado pela igreja católica até então dominante na região, que, por conta de sua alta institucionalização acabou engendrada e com mais dificuldade de diálogo com o povo e suas necessidades; assim, teses como a "teologia da prosperidade" e a "teologia da guerra espiritual" pareciam incorporar melhor demandas

Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

populares sociais e econômicas, trazendo maior apelo popular (Selmán, 2019). De tal modo, conseguiram aproveitar do baixo institucionalismo para se capilarizarem dentro de comunidades mais rapidamente e dialogar com as necessidades e temores do povo de maneira direta, inclusive em viés econômico. Expandiram-se e popularizaram-se ainda mais na região (Selmán, 2019), movimentando também um sentimento ou ideologia fortemente moralista e conservador e um grande foco de inserção política, como é bem exemplificado pelo caso brasileiro da Bancada Evangélica ainda nos anos 2000 (Dantas, 2011). A convergência em pautas conservadoras e a grande facilidade para mobilização popular levaram a uma talvez não inesperada aliança estratégica entre neopentecostais e extrema direita. Tal aspecto é percebido em diversos países, mas com força singular no Brasil e países da América Central (Calero, 2021). A instrumentalização da religião foi uma ferramenta poderosa no impulsionamento de líderes populistas, que souberam dialogar com essa comunidade e suas reivindicações e contavam com apoio de suas principais lideranças. Consequentemente, conseguiram implementar em seus discursos, de maneira implícita ou explícita, pautas com capacidade de mobilizar defensores e apoiadores.

Nessa perspectiva, ideários como o familismo ganharam força, na defesa dos "valores, tradição e dos bons costumes" e da "família tradicional". Assim, a família nuclear patriarcal é instada como único modelo correto e como uma unidade central, em contato direto com o neoliberalismo. Ao defenderem as responsabilidades familiares acima das responsabilidades governamentais, incitam privatizações e cortes de gastos públicos (Brown, 2015). É fundamentada nessa ideologia que grandes mobilizações, de cunho religioso e político, ocorrem na América Latina na década de 2010 (Maranhão; Franco, 2022; Barbosa, 2022), em oposição ao casamento igualitário e à educação sexual nas escolas, junto a uma grande contradição a direitos reprodutivos e ao aborto. Essas pautas se tornaram cada vez mais recorrentes nos discursos políticos, sendo fortemente exageradas como forma de causar ainda mais comoção e temor em torno delas, consolidando a comunidade LGBT e movimentos feministas como adversários perversos que buscam desmantelar a moral e a família cristã (Biroli, 2019a).

A partir do momento em que constituem uma ameaça à maioria da população, geram forte união dos opositores ao redor de seu combate. Contam com grande apelo de líderes populistas e políticos de direita, ameaçando os direitos

Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

mais básicos de existência de pessoas LGBT e de mulheres. O crescimento exponencial das violações institucionais dão legitimidade para outras formas de violência continuarem ocorrendo impunemente, como violências físicas, percebidas nos altos números de feminicídios e mortes de pessoas LGBT na região (Cepal, 2024; Palomino, 2021). A ascensão de uma extrema direita que é neoliberal e conservadora, ligada ao neopentecostalismo e ao familismo, tem utilizado da construção de minorias enquanto ameaça como estratégia política. Baseando-se na busca por uma supressão cada vez maior de direitos restringem a liberdade de grupos opositores e desafiam sua lógica, além de levarem a uma percepção de que "[...] o projeto avançado neoliberal autoritário é indissociável de uma guerra contra mulheres, lésbicas, travestis, trans e não bináries. Não há projeto de recolonização financeira autoritária que não nos coloque na mira" (Cavallero; Gago, 2023).

Considerações Finais

Se o início dos avanços em políticas que englobam mulheres e pessoas LGBT no começo do século XXI foi lento, gradual e controverso, a partir de 2015 se transformou em retrocesso e grande perseguição a tais políticas de gênero, que tornaram-se fundamentais na construção de um pensamento de extrema direita latino-americano e de seus oponentes, dentre eles a esquerda e o chamado identitarismo. Apesar do aparente avanço da esquerda por volta de 2019 em diversos países da região com uma chamada "Nova Onda Rosa" (Souza, 2023), essa extrema direita não parece estar em declínio. Não apenas a continuidade da presença de políticos alinhados dentro das instituições estatais, mas o crescimento de mobilizações populares em torno de temáticas sensíveis à ala, gerando fortes pressões e temores nos atuais governos, corroboram com o fortalecimento da extrema direita.

Dessa forma, parece haver uma maior cautela ao redor de políticas de gênero, junto a um percebido aumento da repressividade nas políticas anti gênero, impostas em diversos países da região nos últimos anos, como já exposto, mostrando como a ala antidemocrática vem ganhando mais expressividade mesmo em períodos de recuo nas vitórias de candidatos presidenciais de extrema direita (Paula, 2024). Internacionalmente, também se percebem movimentos mais intensos em direção à extrema direita,

Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

principalmente na Europa e nos EUA, que possuem forte influência sobre a América Latina.

Dentre os eventos ocorridos, a reeleição de Donald Trump nos EUA e suas políticas extremistas e autoritárias aplicadas desde o primeiro dia de seu mandato, inclusive em relação à comunidade LGBT e a direitos sexuais e reprodutivos, podem influenciar a geração de reverberações ainda mais repressivas na América Latina. Em meio a essas ações estão a remoção total de palavras ligadas à sigla LGBT de agências federais, a tentativa de proibição de pessoas trans se alistarem no exército do país e maiores restrições ao aborto (Cohen, 2025; Veja, 2025; Paula, 2025). Dado o histórico de alinhamento automático às decisões dos EUA e a identificação com a figura de Trump por parte de muitos dos líderes da extrema direita, como Bukele, Bolsonaro e Milei, teme-se uma exportação de tais ações. O caso do presidente argentino Javier Milei, notável apoiador do presidente estadunidense, é bastante proeminente nesse sentido; desde a eleição de Trump, houveram diversas medidas duplicadas na Argentina, como a saída da OMS e as ameaças de saída do Acordo de Paris (Estadão, 2025), confirmando uma tese de alinhamento automático no país, que é similar em outros líderes.

Desta maneira, percebe-se que a derrocada dessa conjuntura antidemocrática e autoritária na América Latina, que restringe liberdades e ameaça existências daqueles que não se encaixam ou desafiam seus pressupostos parece não estar próxima; pelo contrário, essa ala parece estar se fortalecendo e conquistando ainda mais espaço. Porém, é necessário que haja uma maior unificação e persistência no seu combate, aliadas a estratégias políticas e institucionais mais vigorosas que permitam a existência estável de um Estado democrático de direito.

Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

Referências

Ao menos 11 mulheres são vítimas de feminicídio a cada dia na América Latina e no Caribe. **Cepal**, 2024. Disponível em: https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/menos-11-mulheres-sao-vitimas-feminicidio-cada-dia-america-latina-caribe#:~:text=Entre%20os%20pa%C3%ADses%20com%20maiores,(0%2C5%20caso). Acesso em: 20 mar. 2025.

AYERBE, Luis Fernando. **Novas lideranças políticas e alternativas de governo na América do Sul**. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 2008.

BARBOSA, Carla Vitória Oliveira. **As mudanças no status jurídico do aborto durante a onda progressista no Cone Sul - uma análise comparada.** Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

BIROLI, Flávia. A reação contra o gênero e a democracia. **Nueva Sociedad** especial em português, Buenos Aires, dez. 2019a.

BIROLI, Flávia. No Familismo, neoliberais encontram direita religiosa. **Outras Palavras**, 2019b. Disponível em: https://outraspalavras.net/outrasmidias/no-familismo-neoliberais-encontram-direita-religiosa/. Acesso em: 01 fev. 2025.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. Tradução: Mario Antunes Marino e Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

BROWN, Wendy. **Undoing the demos: Neoliberalism's Stealth Revolution.** Nova York: Zone Books, 2015.

CALERO, César G. Evangélicos: o novo reino terreno da extrema direita na América Latina. **Instituto Humanitas Unisinos**, 2021. Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/categorias/612470-evangelicos-o-novo-reino-terreno-da-extrema-direita-na-america-latina. Acesso em: 04 fev. 2025.

CARNERI, Santi. Cruzada conservadora contra a discussão de gênero nas escolas, agora também no Paraguai. **El País,** 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/26/internacional/1514302715_812007.html. Acesso em: 21 mar. 2025.

CAVALLERO, Luci; GAGO, Verónica. **Escutar o corpo coletivo para enfrentar a extrema direita**. Editora Elefante, 2023. Disponível em: https://editoraelefante.com.br/escutar-o-corpo-coletivo-para-enfrentar-a-extrema-direita/?srsltid=AfmBOoo7EbNy8zYmCDea3k7opXDXW2g7IggCH3V6ZazTe1gVoRM5Vo9_. Acesso em: 01 fev. 2025.

Referências

COHEN, Sandra. Trump remove termos como gay, lésbica, transgênero, bissexual e LGBTQ dos sites da Casa Branca e de agências federais. **G1**, 2025. Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/blog/sandra-cohen/post/2025/01/23/trump-remove-termos-como-gay-lesbica-transgenero-bissexual-e-lgbtq-dos-sites-da-casa-branca-e-de-agencias-federais.ghtml. Acesso em: 27 mar. 2025.

DANTAS, Bruna Suruagy do Amaral. **Religião e política: ideologia e ação da Bancada Evangélica na Câmara Federal.** Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2011.

FERRAZ, Ana Targina Rodrigues. A extrema direita, as políticas ultraliberais e o ressurgimento do autoritarismo na América Latina. **Boletim Lua Nova**, n. 120, 2023. Disponível em: https://boletimluanova.org/a-extrema-direita-as-politicas-ultraliberais-e-o-ressurgimento-do-autoritarismo-na-america-latina/. Acesso em: 20 mar. 2025.

FLECK, Giovana. O Escola Sem Partido não foi aprovado, mas suas ideias estão no cotidiano. **Brasil de Fato**, 2018. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2018/12/24/o-escola-sem-partido-nao-foi-aprovado-mas-suas-ideias-estao-no-cotidiano/. Acesso em: 21 mar. 2025.

GAGO, Verónica. **A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular**. Tradução: Igor Peres. São Paulo: Editora Elefante, 2018.

GAGO, Verónica. Leituras sobre o feminismo e o neoliberalismo. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 11, n. 2, p. 195-205, 2021.

HAJE, Lara. PEC que garante direito à vida para fetos volta à pauta da Comissão de Constituição e Justiça. **Agência Câmara de Notícias**, 2024. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/1110553-pec-que-garante-direito-a-vida-para-fetos-volta-a-pauta-da-comissao-de-constituicao-e-justica/. Acesso em: 20 mar. 2025.

MARANHÃO, Eduardo Meinberg de Albuquerque; FRANCO, Clarissa de. Quem tem medo de gênero e sexualidade na América Latina? A ideologia de gênesis dos movimentos Con Mis Hijos No Te Metas e Escola Sem Partido. **Revista del CESLA**, v. 29, p. 155-174, 2022.

MAYER, Rodrigo. Direita populista radical na América Latina: os casos da Argentina, Brasil, Chile e El Salvador. **Revista Sul-**

Referências

Americana de Ciência Política, Pelotas, v. 9, n. 2, p. 1-17, 2023.

Milei imita Trump e tira Argentina da Organização Mundial da Saúde. **Estadão**, 2025. Disponível em: https://www.estadao.com.br/saude/milei-imita-trump-e-tira-argentina-da-organizacao-mundial-da-saude-nprm/?srsltid=AfmBOorDlOzkblKp8XG5eUEGbnAiVXrWLFvTP6jHTAHE_bgicscnzcOX. Acesso em: 22 mar. 2025.

OLIVEIRA, Manuel Rufino David de; FERREIRA, Tainá Ferreira e. Análise comparativa dos crimes de feminicídio na América Latina. **Revista Themis**, Fortaleza, v. 19, n. 1, p. 207-231, 2021.

PALOMINO, Sally. Pouco a comemorar na América Latina, onde ser LGBTQIA+ é ser alvo. **El País**, 2022. Disponível em: https://brasil.elpais.com/internacional/2021-06-28/pouco-a-comemorar-na-america-latina-onde-ser-lgbtqia-e-ser-alvo.html. Acesso em: 20 mar. 2025.

PAULA, Isabella de. Como fica a divisão de poder entre direita e esquerda na América Latina após as eleições no Uruguai. **Gazeta do Povo**, 2024. Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/como-fica-divisao-poder-entre-direita-esquerda-america-latina/. Acesso em: 02 fev. 2025.

PAULA, Isabella de. Trump ordena corte de verbas federais destinadas a ações que promovem o aborto. **Gazeta do Povo**, 2025. Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/trump-ordena-corte-de-verbas-federais-destinadas-acoes-que-promovem-aborto/. Acesso em: 27 mar. 2025.

SANTOS, Fábio Luis Barbosa dos; FELDMAN, Daniel. Doctor or Monster? The Pink Tide and Its Aftermath. **Latin American Perspectives**, Riverside, v. 49, n. 2, p. 69-86, 2022.

SANTOS, Rayani Mariano dos. Neoconservadorismo no Brasil e nos Estados Unidos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 38, n. 111, p. 1-5, 2023.

SELMÁN, Pablo. Quem são? Por que eles crescem? No que eles creem? Pentecostalismo e política na América Latina. **Revista Nueva Sociedad**. Argentina. 2019. Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/categorias/588669-quem-sao-por-que-eles-crescem-no-que-eles-creem-pentecostalismo-e-politica-na-america-latina. Acesso em: 01 fev. 2025.

SILVA, Bruno Fabrício Alcebino da. Ser LGBT+ na América Latina: breve balanço. **Outras Palavras**, 2024. Disponível em: https://outraspalavras.net/desigualdades-mundo/ser-lgbti-na-

Referências

america-latina-breve-balanco/#:~:text=O%20casamento%20igualit%C3%A1rio%20%C3%A9%20um,t%C3%AAm%20legisla%C3%A7%C3%A3o%20que%20o%20permita. Acesso em: 10 fev. 2025.

SOUZA, Raquel Mirian Pereira de. Nova Onda Rosa Latino Americana: As eleições de 2022 da Colômbia no Twitter. **Revista Política Hoje**, Recife, v. 32, n. 1, p. 28-50, 2023.

Trump assina decreto para banir pessoas trans das Forças Armadas dos EUA. **Veja**, 2025. Disponível em: https://veja.abril.com.br/mundo/trump-assina-decreto-para-banir-pessoas-trans-das-forcas-armadas-dos-eua/. Acesso em: 27 mar. 2025

O que a volta de Trump pode representar para a América Latina?[1]

Cecília Dias

Quatro anos se passaram desde o dia 06 de janeiro de 2021, data marcada pela invasão do Capitólio em Washington, um ato perpetrado por facções do extremismo político e da supremacia branca. Em qualquer nação democrática de direito, espera-se que os responsáveis por tais eventos sejam severamente punidos, especialmente as autoridades públicas cúmplices da invasão. No entanto, os Estados Unidos da América (EUA), nação que, teoricamente, representa globalmente os ideais de liberdade, justiça e democracia, demonstraram ser possível reeleger como presidente o mesmo líder que incitou tais atos antidemocráticos: Donald Trump, o primeiro presidente da história dos EUA a não possuir experiência prévia política ou militar.

1. Esta análise foi realizada no início de fevereiro, período anterior ao "Liberation Day" e a outros eventos correlatos a tarifação.

A volta de Trump marca, indubitavelmente, uma nova época, e talvez mais perigosa, na política internacional. A principal potência do mundo tem novamente a liderança política de um direitista radical que conturba uma era de cooperação e de interdependência já fragilizada — principalmente na América Latina, em decorrência de uma longa era de retrocesso democrático[2] (Bermeo, 2016). Assim, em seus primeiros atos do mandato, Trump já conseguiu ameaçar o total fechamento das fronteiras com o México e tarifar produtos de diferentes nações. Para ele, "tariff is the most beautiful word in the dictionary".

2. Tradução mais adequada para "democratic backsliding", fenômeno estudado pela autora.

As prioridades norte-americanas para a América Latina, desde a década de 1980, são marcadas por três pilares: livre mercado, segurança e influência (De La Fuente, 2017). Com base nisso, esta análise propõe examinar de que modo a reeleição de Trump representaria uma mudança nas relações externas com o eixo latino-americano. Para tal, serão visualizados os principais pontos da relação com a região durante seu primeiro mandato. Conclui-se que o "Corolário Trump" retornará, com ainda mais potência, pelos próximos anos; e que a região se reestruturará diante das vulnerabilidades em relação aos EUA.

Primeiro mandato: a inauguração do “Corolário Trump”

O primeiro mandato de Trump (2016–2020) foi marcado por um excessivo personalismo político, com o uso desenfreado de redes sociais; por medidas protecionistas; e por obstinadas promessas de campanha. Seu slogan, America First, espelhou a intencionalidade do credo de restauração da grandeza da nação no hemisfério, já corroída historicamente (Dias, 2024). Não obstante, a configuração das relações regionais foi marcada por uma falta de prioridade estratégica e, segundo Cepik (2019), pela nova alcunha do Corolário Roosevelt, o ditame que ampliou a Doutrina Monroe (“América para os americanos”) para justificar intervenções (Política do “Big Stick”), em “Corolário Trump”, o qual mescla a retórica anticomunista a valores sociais neofascistas e interesses patrimoniais e tecnocráticos.

Durante a fase inicial de seu mandato, um dos primeiros atos de disrupção para com a região foi a retirada dos EUA do Acordo de Associação Transpacífica (TPP), criado para fortalecer a integração das economias do Pacífico, com países como o Peru, o Chile e o México. Além disso, foi realizada a renegociação do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (Nafta), considerado, por Trump, como o “pior acordo já assinado”. Com a nova redação, foram adicionadas cláusulas mais rígidas em matérias ambiental e industrial, com o fito de beneficiar o governo norte-americano, e a mudança do nome para Acordo Estados Unidos-México-Canadá (USMCA). Desse modo, o caráter ostensivamente protecionista do líder tensionou a integração comercial da região (BBC, 2017; Mariano et al., 2019).

A excessiva desconfiança de Trump acerca do multilateralismo marcou, também, as relações exteriores de seu mandato. A ausência do líder na Cúpula das Américas em Lima, Peru, simbolizou a primeira vez em que um presidente norte-americano não foi ao encontro, em que seu vice, Mike Pence, foi enviado para representá-lo. Vale salientar que Trump visitou a América Latina somente uma vez nesse mandato: a Argentina, em 2018, para a reunião do Grupo dos Vinte (G20). Na ocasião, o breve encontro com o ex-presidente Mauricio Macri foi tratado como uma demonstração de desprezo do líder perante as relações exteriores (Cepik, 2019).

 Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

Ademais, o corte do apoio financeiro direcionado aos países do Triângulo Norte — El Salvador, Guatemala e Honduras —, que patrocinava programas de redução das desigualdades locais, enunciou a obstinação de Trump para com suas promessas de campanha. A redução do orçamento do Departamento de Estado para programas de desenvolvimento, com cortes de 28% em 2018 e de 26% em 2019, representou um embaraço na governança da região (Ayerbe, 2019). Tais tratativas visavam, principalmente, pressionar esses países para a contenção da imigração irregular — uma das prioridades do mandato —, o que é contraproducente, se considerado que mais indivíduos desejarão sair de seus países enquanto políticas de redução de desigualdades e de violência diminuírem.



Publicação de Donald Trump no X (antigo Twitter). "Cortaremos toda ajuda a esses 3 países — que tiram vantagens dos EUA há anos!"

No que tange à migração, a implementação de políticas de "tolerância zero" com imigrantes pelo ex-Secretário de Justiça, Jeff Sessions, reverberou no aumento substancial de pessoas detidas na fronteira e na deportação em massa. Um ponto marcante dessa medida, além da desenfreada infração aos direitos humanos, foi a inicial separação de filhos e de pais imigrantes durante o processo jurídico. Inúmeras foram as organizações e líderes internacionais que condenaram esta medida, revogada mediante ordem executiva (HRW, 2018).

Nesse cenário, indivíduos advindos do México foram os mais afetados, tanto política quanto socialmente. A fronteira de mais de 3 mil quilômetros com o país abria, segundo Trump, "espaço para o trânsito de terroristas e traficantes", e, como contenção, foi formalizada a promessa de construção de um muro pela sua extensão, vigilada por militares. Assim,

 Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

essa mudança no tratamento migratório trouxe à tona não somente implicações jurídicas, mas refletiu no aumento do preconceito e da estigmatização contra populações latinas.

No campo das políticas antidrogas, essa agenda resultou em um combate ostensivo ao desmantelamento de redes do crime organizado transnacional (COT). A Colômbia e o México foram pressionados a intensificar suas políticas internas, enquanto a Venezuela e a Bolívia, classificadas como países que "falharam de maneira demonstrável" no combate ao narcotráfico. Nesse contexto, o endurecimento de sanções contra esses parceiros da Rússia e da China indicou que a medida esteve atrelada a interesses geopolíticos (El País, 2017).

As externalidades negativas das medidas migratórias e antidrogas — aumento da violência, das desigualdades sociais e infrações deliberadas aos direitos humanos — refletiram no contínuo enfraquecimento das instituições democráticas regionais. Com isso, o uso de estratégias repressivas e militarizadas, ao invés de promover segurança e estabilidade, retroalimentou ciclos de violência e de marginalização, exacerbando as crises sociais e fortalecendo redes do COT que se beneficiam do caos institucional.

Concernente ao campo extrarregional, situaram-se em local de destaque na segurança as ameaças que Rússia e China representam perante o predomínio norte-americano no hemisfério. Desse modo, nações latino-americanas na órbita de influência sino-russa, em especial, Venezuela, Cuba e Nicarágua — denominadas "troika do terror" pelo ex-Conselheiro de Segurança Nacional, John Bolton —, foram postas a um nível de maior alerta (White House, 2017; BBC, 2018).

As severas sanções à Venezuela dispuseram um endurecimento com a nação e uma maior substância ao isolacionismo proposto, econômica e diplomaticamente, pelos EUA contra o governo de Maduro. E, com relação ao país, Trump foi o primeiro chefe de Estado a reconhecer o líder da oposição venezuelana, Juan Guaidó, como presidente interino. À Cuba e à Nicarágua também foram direcionadas medidas semelhantes, incluindo sanções econômicas e restrições diplomáticas, corroendo a estabilidade política e econômica desses países e ampliando as tensões geopolíticas na região (BBC, 2019).

Sem embargo, houve receptividade de diferentes líderes

 Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

latino-americanos com relação às rígidas políticas de Trump. De Andrés Manuel López Obrador (AMLO), no México, a Jair Bolsonaro, no Brasil, as alianças políticas na região não se deixaram influenciar pelos embates ideológicos dos EUA. Nesse sentido, os EUA ainda permaneceram como principal parceiro econômico de boa parte dos países, apesar do recrudescente destaque regional angariado pela China.

Nayib Bukele, presidente de El Salvador, por exemplo, considerava Trump um aliado "amável e genial". No Brasil, Bolsonaro era visto internacionalmente como o "Trump dos Trópicos". Os outros líderes do Triângulo Norte — Juan Orlando Hernández, em Honduras; e Jimmy Morales, na Guatemala — também alinharam-se ideologicamente ao governo norte-americano, especialmente no que tange a políticas de segurança e controle migratório (BBC, 2019; Cepik, 2019).

Essa aproximação não ocorreu isoladamente, mas em um contexto mais amplo de relações assimétricas entre os EUA e a América Latina. Em geral, as relações dos EUA com os países da região são marcadas por um imperialismo estrutural e histórico (Cepik, 2019), no qual a influência norte-americana se manifesta tanto por meio de parcerias estratégicas quanto por pressões econômicas e diplomáticas.

No contexto do primeiro mandato de Trump, a barganha e o uso de uma retórica coercitiva na política externa — inspirada, em grande parte, no livro "Trump: A Arte da Negociação" (1987) — reforçaram uma dinâmica de dependência e apreensão. Além disso, outro fator se destaca nessa equação: a ascensão da direita radical e o avanço de tendências autocráticas na região, fenômenos analisados com profundidade por Urbano (2025).

Portanto, a política do primeiro mandato de Trump para a América Latina caracterizou-se por uma abordagem voraz e unilateral. A ausência de diretrizes claras e a falta de compromisso com o multilateralismo resultaram em imprevisibilidade e em repressão como marcas notáveis de seu primeiro mandato. Isso posto, uma postura intervencionista em relação a governos considerados hostis e uma abordagem fortemente protecionista no comércio e na imigração robusteceram o Corolário Trump.

 Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

Segundo mandato: a América Latina em vulnerabilidade?

Neste segundo mandato (2025–2029), o slogan Make America Great Again (MAGA) sinaliza o ímpeto, novamente, pela ressurgência norte-americana, o qual se sustenta internamente pelo insuflamento da xenofobia e do ultraconservadorismo. Esse cenário reforça a tendência radical observada em seu primeiro governo, ampliando a margem de atuação do líder norte-americano na América Latina, sob um contexto internacional de giro autoritário. Ainda, com a retomada de políticas tarifárias agressivas e a intensificação da repressão a migrantes, a região parece se tornar o alvo dessas ações de Trump.

Nesse sentido, a escalada do anúncio de tarifas sobre produtos importados, especialmente do México — que enfrentaria taxações de 25%, até a data que essa análise foi escrita —, evidencia o desinteresse de Trump em manter acordos econômicos multilaterais, como o USMCA (BBC, 2025). Contudo, em uma conjuntura interna de inflação crescente e de erosão do poder de compra, o encarecimento de produtos importados não se apresenta como uma estratégia adequada, tendendo a gerar impactos negativos tanto para os EUA quanto para seus parceiros comerciais.

Ademais, o governo Trump congelou todos os programas de assistência externa existentes e suspendeu qualquer nova ajuda até a conclusão de uma revisão dessas iniciativas (The Guardian, 2025b). A suspensão desses recursos tende a agravar crises em curso, ampliando desigualdades e fragilizando instituições locais, especialmente em nações com economias mais vulneráveis da região. Tal medida, aliada ao corte de investimentos e ao aumento de tarifas, reforça a percepção de que a América Latina é vista como secundária na agenda de prioridades de Trump, exceto quando seus interesses estratégicos ou geopolíticos estão em jogo.

Nessa senda, durante uma coletiva na Casa Branca, ao ser questionado sobre a relação com a América Latina, Trump declarou que “eles [América Latina] precisam de nós mais do que precisamos deles” (G1, 2025). Demonstra-se, consequentemente, uma postura que reflete a visão unilateral e pragmática norte-americana, priorizando seus interesses em detrimento da cooperação regional.

 Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

No que diz respeito à agenda migratória, foram novamente implementadas políticas que refletem uma espécie de "macarthismo" contemporâneo, na qual os imigrantes se tornam o principal alvo. Dentre as primeiras medidas, retomaram-se as deportações em massa; a perseguição e a fiscalização ostensiva; e, como novidade, a tentativa de encerrar a cidadania automática para filhos de imigrantes, situação prevista no artigo 14 da Constituição: "Todas as pessoas nascidas ou naturalizadas nos Estados Unidos, e sujeitas à sua jurisdição, são cidadãos dos Estados Unidos e do Estado em que residem" (The Guardian, 2025a).

Além disso, a retórica coercitiva, que caracteriza a política externa de Trump, foi utilizada ainda antes de sua posse, em 20 de janeiro. O presidente manifestou a intenção de recuperar o controle do Canal do Panamá, visando conter a influência chinesa, e propôs renomear o Golfo do México como "Golfo da América", em um claro sinal de nacionalismo expansionista. Na mesma linha, em entrevista na Costa Rica, o Secretário de Estado, Marco Rubio, destacou que "uma das prioridades é garantir que a política externa dos EUA seja uma política em que é melhor ser amigo do que inimigo; é melhor ser aliado do que alguém que cria problemas" (BBC, 2025).

É importante pontuar que Trump, neste mandato, opera mais fortemente com grandes empresas de tecnologia (Big Techs), utilizando suas redes como ferramentas para amplificar sua retórica e manipular narrativas. Valendo-se de uma dinâmica ainda mais agressiva, outros líderes de direita radical na região também adotam práticas semelhantes via redes sociais, reforçando tendências autoritárias, como Bukele (Boaventura, 2025). Essa práxis, comum na era de desinformação e de polarização, contribui para a erosão das instituições democráticas e para o aprofundamento das crises políticas e sociais na América Latina. Assim, a região enfrenta um período de ainda maior vulnerabilidade, com impactos que podem ser duradouros em seu desenvolvimento e em sua autonomia.

Desse modo, em resposta à pergunta do título, a volta de Trump pode representar uma ameaça poderosa na região. Nações vulneráveis a retaliações comerciais tenderiam a redirecionar fluxos de investimentos e comércio, o que minaria consequências mais profundas. No entanto, essa reconfiguração não ocorre sem impasses, já que a influência histórica, geopolítica e comercial dos EUA na região ainda é um fator determinante.

Em suma, o segundo mandato de Trump tende a enfatizar

 Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

os preceitos do Corolário Trump, especialmente diante de um cenário global marcado por tensões geopolíticas e por um crescente giro autoritário. A região, já fragilizada por desigualdades estruturais e por instabilidades políticas, pode enfrentar um período de ainda maior incerteza e vulnerabilidade, com impactos duradouros em seu desenvolvimento e autonomia.

Considerações finais

Há de se esperar, com a volta de Donald Trump, a amplificação de cenários de imprevisões e de coercitividades para com a região. Se em seu primeiro mandato suas políticas já foram marcadas por um protecionismo agressivo e por uma retórica coercitiva, além da desestabilização de acordos multilaterais, o segundo mandato promete aprofundar essas tendências, consolidando a América Latina como uma das principais afetadas pela sua agenda unilateral e nacionalista. Logo, a combinação de políticas tarifárias, cortes de assistência externa e intensificação da repressão migratória tende a agravar as desigualdades estruturais e as fragilidades institucionais já existentes. Ademais, o vácuo de influência regional tende a ser progressivamente ocupado por outras potências, como a China vem realizando.

 Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

Referências

AYERBE, LF. La Política de la Administración Trump para América Latina: ¿Reinvención de la Doctrina Monroe? **Revista Tempo do Mundo**, v. 5, n. 1, p. 225-240, 2019.

BBC. O que é o TPP, o acordo econômico entre 11 países do qual Trump retirou EUA. **BBC News Brasil,** 24 jan. 2017. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-38729570. Acesso em: 10 fev. 2025.

BBC. John Bolton: quem é o primeiro emissário de Trump a se encontrar com Bolsonaro no Brasil. **BBC News Brasil**, 29 nov. 2018. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46383150. Acesso em: 10 fev. 2025.

BBC. 'Apenas o porrete': os resultados do 'método Trump' de negociar. **BBC News Brasil**, 06 fev. 2025. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/cz6p2x0w4zwo. Acesso em: 10 fev. 2025.

BBC. Crise na Venezuela: como a estratégia de Trump no país se assemelha à antiga política dos EUA para Cuba. **BBC News Brasil**, 22 fev. 2019. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47326658. Acesso em: 10 fev. 2025.

BERMEO, N. On democratic backsliding. **Journal of democracy**, v. 27, n. 1, p. 5-19, 2016.

BOAVENTURA, G. Narrativas e Autoritarismo: uma análise do Governo Bukele. **Revista PETREL**, v. 7, 2025.

CEPIK, M. O corolário Trump e a América Latina. **Revista Tempo do Mundo**, v. 5, n. 1, p. 241-265, 2019.

CNN. Relembre como foi a presidência de Donald Trump. **CNN Brasil**, 10 fev. 2025. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/eleicoes-nos-eua-2024/relembre-como-foi-a-presidencia-de-donald-trump/. Acesso em: 10 fev. 2025.

DE LA FUENTE, E. US Foreign Policy Towards Latin America Under Trump: Beyond Business as Usual. **Llorente & Cuenca**, 2017.

DIAS, C. **New challenges, new threats: Os desafios do futuro presidente norte-americano**. Disponível em: https://petrel.unb.br/destaques/234-new-challenges-new-threats-os-desafios-do-futuro-presidente-norte-americano. Acesso em: 31 mar. 2025.

EL PAÍS. Departamento de Estado: "EUA sofrem a pior crise de drogas desde os anos 1980". **El País Brasil,** 04 mar. 2017.

Referências

Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/03/internacional/1488567533_012882.html. Acesso em: 10 fev. 2025.

G1. "Eles precisam de nós mais do que precisamos deles", diz Trump sobre Brasil e América Latina. **G1**, 20 jan. 2025. Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2025/01/20/eles-precisam-de-nos-mais-do-que-precisamos-deles-diz-trump-sobre-brasil-e-america-latina.ghtml. Acesso em: 10 fev. 2025.

HRW. Q&A: Trump Administration's "Zero Tolerance" Immigration Policy. **Human Rights Watch**, 16 ago. 2018. Disponível em: https://www.hrw.org/news/2018/08/16/qa-trump-administrations-zero-tolerance-immigration-policy. Acesso em: 10 fev. 2025.

MARIANO, K. et al. Do NAFTA ao USMCA: Trump e os interesses nacionais. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 54, 2019.

THE GUARDIAN. Trump's aid freeze will drive migration from Latin America, experts warn. **The Guardian**, 30 jan. 2025a. Disponível em: https://www.theguardian.com/us-news/2025/jan/30/trump-aid-freeze-latin-america. Acesso em: 10 fev. 2025.

THE GUARDIAN. Trump's blitz of new policies gives anti-immigration beliefs a troubling platform. **The Guardian**, 21 jan. 2025b. Disponível em: https://www.theguardian.com/us-news/2025/jan/21/trump-immigration-policies. Acesso em: 10 fev. 2025.

URBANO, J. Relações perigosas: Brasil e Estados Unidos na Era Trump. **Revista PETREL**, v. 7, 2025.

WHITE HOUSE. **National Security Strategy of the United States of America**, [?] dez. 2017. Disponível em: https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2017/12/NSS-Final-12-18-2017-0905.pdf. Acesso em: 10 fev. 2025.

A instabilidade da percepção democrática no Estado Plurinacional da Bolívia em 16 anos

Carolina Bastos e Lívia Manso

Desde sua fundação, a Bolívia já passou por mais de 180 tentativas de golpe de Estado, entre as bem-sucedidas e as falhas (Lambert, 2019). As constantes crises políticas eram, frequentemente, acompanhadas por crises representativas: o governo era utilizado para materializar os interesses de elites brancas, mormente, ligadas à atividade extrativa, em detrimento das demandas da maioria camponesa e indígena (Pannain, 2018). Nesse viés, produziu-se um distanciamento entre a sociedade civil e a sociedade política, sendo esta última incapaz de reproduzir a pluralidade da identidade e dos anseios da primeira.

Face a esse contexto, a promulgação de uma nova Constituição em 2009 teve o intuito de contornar esses entraves à prática democrática ao incluir as camadas historicamente marginalizadas no centro das decisões políticas. A presente análise, entretanto, tem o fito de demonstrar que, apesar do aumento da percepção democrática durante os primeiros anos da regência da Carta Magna, seus ideais de participação logo foram deixados de lado para dar espaço a um novo ciclo de instabilidades.

A Bolívia pré-Morales: uma sociedade civil apartada da política

A partir do estabelecimento do sufrágio universal, em 1952, a grande massa da população indígena e camponesa passou a compor uma vultosa parcela de votantes no país (Klein, 2016, p. 347 apud Ribeiro, 2022, p. 50). Desse modo, os governos seguintes, com vista a garantir votos, passaram a ouvir e sinalizar o cumprimento de suas demandas por educação, moradia, energia elétrica, saneamento, e apoio

econômico geral (Klein, 2016, p. 347 apud Ribeiro, 2022, p. 50). Não obstante, a indicação era falsa, posto que a administração continuava voltada aos interesses da elite branca mineira que controlava a principal atividade econômica do país.

Nas décadas de 1980 a 1990, a onda neoliberal que assolou o país também não apresentou uma preocupação real com a ampliação da democracia participativa (Ribeiro, 2022, p. 23). Nesse contexto, era estipulada uma democracia pactuada entre os partidos, que garantia, em segundo turno, a escolha do presidente ao Congresso e impossibilitava o Executivo de se eleger independentemente (Ribeiro, 2022, p. 60). Dessa maneira, tal dinâmica restringia-se a cumprir os interesses dos partidos das coalizões, os quais factualmente possuíam poder decisório nas eleições, evidenciando uma dissonância entre a representação dos interesses dos setores políticos e econômicos mais prósperos e os das etnias minoritárias e dos grupos mais vulneráveis socioeconomicamente (Pannain, 2018). À vista disso, a Constituição de 1994 afirmou a igualdade dos cidadãos por intermédio do reconhecimento do multiculturalismo nacional. Essa ação, apesar de ainda homogeneizar a plurietnicidade dos povos, fomentou a emergência de partidos políticos indígenas e do movimento cocaleiro contrários às políticas neoliberais (Pannain, 2018; Schavelzon, 2014).

Frente a isso, no início dos anos 2000, emergiram episódios de mobilização de populações marginalizadas — a partir da união da população indígena pela proteção de recursos naturais contra políticas neoliberais de privatização durante as Guerras da Água (2002) e do Gás (2003) — pela formação de territórios com autogoverno indígena e em defesa de um Estado que findasse a política de privatização de empresas estatais (Pannain, 2018). Diante dos protestos, as elites, com a fonte de renda abalada, retiraram o apoio ao governo, o que viabilizou um cenário propício à ascensão do partido Movimiento al Socialismo (MAS) (Pannain, 2018).

As oscilações na democracia de Evo Morales

As eleições de 2005 romperam enfim com o período de democracia pactuada: pela primeira vez desde 1982, um

Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

presidente era eleito com a maioria dos votos válidos. A posse de Juan Evo Morales Ayma, filiado ao MAS, marcou o governo do primeiro presidente indígena, ligado a associações cocaleiras, em toda América do Sul. Durante sua gestão, os movimentos sociais alcançaram seu ápice, dado que abriu portas para a inserção de indígenas e camponeses no debate político (Ribeiro, 2022, p. 71) e para a participação direta da sociedade civil nos processos de accountability e policy making na estrutura do Estado.

Nesse ínterim, a promulgação da Constituição, em 7 de fevereiro de 2009, transformou a Bolívia em um Estado "Unitário Social de Direito Plurinacional Comunitário, livre, independente, soberano, democrático, intercultural, descentralizado e com autonomias" e fundado "na pluralidade e no pluralismo político, econômico, jurídico, cultural e linguístico" (Bolívia, 2009, Art. 1). Esta denominação refletiu uma mudança nas prioridades estatais. Em primeiro lugar, a nova Carta, sob uma ótica decolonial, concedeu autonomia às comunidades indígenas — reconhecidas agora por termos de plurinacionalidade e interculturalidade — para conduzir suas eleições conforme suas próprias tradições (Klein, 2016, p. 376 apud Ribeiro 2022, p. 76). Em segundo lugar, estipulou a nacionalização das empresas exploratórias de commodities de exportação, retendo o capital no país. Em terceiro, promoveu o acesso à terra às camadas mais pobres da população por meio de uma nova Reforma Agrária, que limitava o tamanho das propriedades rurais, garantia a propriedade privada segundo a necessidade social e promovia uma agenda ambiental de proteção do meio ambiente (Angelo, 2019). Somado a isso, eliminou constitucionalmente a democracia pactuada ao designar que o segundo turno seria feito por intermédio de eleição popular e o voto seria obrigatório a todos os bolivianos acima de 18 anos. Dessa maneira, o projeto político democrático-participativo superava uma mera representação da sociedade civil ao posicioná-la no centro das decisões políticas e reconhecer suas diferentes ideias, visões e concepções de mundo.

Sob essa ótica, o crescimento da percepção democrática foi ratificado pelo bom desempenho econômico do país com o aumento do preço das commodities no mercado internacional no início do século XXI (Dulci; Malheiros, 2024, p. 433-434; Moreno, 2023). Assim, a nacionalização das jazidas de exploração de hidrocarbonetos proporcionou uma grande acumulação para o Estado, que foi convertida em investimento em programas sociais com foco na redistribuição de renda e diminuição da pobreza e da desigualdade (Ribeiro, 2022, p. 81-82). Contudo, o enfoque

Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

governamental neoextrativista entrou em conflito com as demandas indígenas pela conservação da terra, paulatinamente deixadas de lado. Esse fator culminou na diminuição do apoio ao MAS e na divisão interna desses povos (Cunha Filho, 2016, p. 298 apud Ribeiro, 2022, p. 82).

Face ao exposto, é notória a fragilização dos laços democráticos no país. Nessa senda, um fator determinante foi o Plebiscito de 2016 (Avritzer, 2019), no qual Evo Morales consultou a população sobre a possibilidade de uma segunda reeleição consecutiva para um quarto mandato. Seu primeiro governo iniciou-se em 2006, e renovou-se com as eleições realizadas após a promulgação da Constituição de 2009. Assim, Morales governou até 2019 e, em 2016, buscava legitimar sua permanência no poder a partir de uma reforma da constituição vigente (Stefanoni, 2023). Não obstante o resultado negativo da população quanto à proposta, sua candidatura foi forçada pelo partido e autorizada pelo Tribunal Eleitoral nacional em 2017 (Ramos, 2019). A tentativa de alteração constitucional suscitou questionamentos sobre a fidelidade aos princípios democráticos do governo Morales. As instituições estavam fragilizadas (Avritzer, 2019) e as promessas do início do mandato pareciam ter sido abandonadas, minadas numa tentativa falha de conciliação dos interesses das comunidades camponeses e indígenas e das elites mineiras e extrativistas, batalha na qual a última, repetidamente, sai vencedora (Ribeiro, 2022).

Diante dessa conjuntura, Evo lançou oficialmente, em 2019, sua candidatura e venceu, novamente, em uma eleição conturbada. Durante a noite após a votação, com quase 84% dos votos apurados, o Tribunal Superior Eleitoral interrompeu a contagem abruptamente, sob o encaminhamento de segundo turno, e só a retomou no dia seguinte, quando foi declarada a vitória de Morales com mais de 10 pontos percentuais sobre Mesa (Ramos, 2019). À vista do resultado apresentado, a Organização dos Estados Americanos (OEA) afirmou haver irregularidades e manipulações nas votações (Ramos, 2019) e solicitou a realização de um segundo turno (G1, 2019). Nesse contexto, pressionado pelos militares, no mesmo dia que declara a realização de novas eleições, Evo sofre um golpe da aliança oposicionista da ala direitista, da polícia e das Forças Armadas, que o força a renunciar (G1, 2024). A presidência foi, então, assumida, sob uma pauta conservadora e desarticuladora em relação às ações de Morales, por Jeanine Áñez, vice-presidente do Senado. Esta permaneceu no cargo até 2020, quando Luis Arce Catacora foi eleito presidente no primeiro turno após um

Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

comparecimento histórico às urnas, o que o fez afirmar que se havia recuperado a democracia (Ferraz, 2020).

Evismo, arcismo e a fragmentação do MAS na era pós-pandemia

A candidatura de Arce à presidência em 2020 havia sido idealizada pelo MAS como uma espécie de governo transitório que permitiria o retorno às raízes partidárias, centradas na figura política de Evo Morales, e ao poderio no Estado boliviano (Molina, 2023). Tal movimentação política havia sido premeditada para que a presença de Arce, desprovida de base social, não posasse uma ameaça às estruturas já bem-estabelecidas e à força política de Morales, que fundamentou a ascensão e a estabilidade do MAS no poder (Molina, 2022; Molina, 2023). A escolha do candidato, nesse ínterim, demonstrava uma pretensão do partido de manter-se no poder boliviano nos moldes construídos ao longo do governo anterior.

Entretanto, a articulação com David Choquehuanca, líder indígena com forte repercussão política e desavenças com Evo Morales, minou os planos partidários originais, politicamente fortalecendo Arce mais que o previsto (Molina, 2023). Arce e Choquehuanca, após um período eleitoral em que evitaram sequer mencionar o nome do chefe de seu partido, assumiram o poder sob o objetivo de conter a direita na Bolívia e preservar o modelo socioeconômico vigente (Molina, 2023). Logo no início do mandato, quebrou-se o ideário de que o ex-presidente exerceria maior poder após as eleições, com a implementação de medidas que limitavam o alcance de Morales no governo, como a exclusão de figuras emblemáticas do evismo (Stefanoni, 2023). Nesse ínterim, iniciou-se o cenário conturbado que contrapõe e desmobiliza o MAS e a esquerda boliviana — uma disputa entre Evo Morales e Luis Arce pelo poder, pela influência partidária e pela corrida presidencial de 2025 (Stefanoni, 2023).

Rapidamente, a dinâmica de controle estatal revelou-se determinante, permitindo ao governo dividir organizações sociais e frear os avanços de Morales, mesmo com seu controle hegemônico sobre o MAS (Stefanoni, 2023). Em 2022, Arce demonstrou seu poder ao país e ao partido ao

Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

mandar prender Luis Fernando Camacho, líder de direita e governador de Santa Cruz, por seu envolvimento no golpe de 2019 (Stefanoni, 2023). A partir de então, as relações entre aqueles que apoiam Morales — evistas — e aqueles que apoiam Arce — arcistas — apenas se deterioraram. À vista disso, o cenário político boliviano enfrenta uma série de acusações cruzadas de envolvimentos em golpes, operações de corrupção e pactuação com a direita. Nesse contexto, em 2023, decisão do Tribunal Constitucional Plurinacional (TCP) revogou o direito de terceira reeleição por uma mesma figura política, impossibilitando uma provável candidatura de Morales em 2025, o que foi denunciado pelo ex-presidente como uma manobra para impedi-lo de buscar o poder (Stefanoni, 2023).

Ainda, o cenário econômico deteriorado agrava a percepção social acerca do país e da crise. A Bolívia, país que viu grande e estável crescimento econômico ao longo da última década, hoje encontra-se em um contexto em que apenas 5% da população acredita que o país está progredindo (Lationobarómetro, 2024, p. 26-27). Nesse viés, o modelo que antes impulsionava as decisões políticas e a apreciação social passou a demonstrar falhas em março de 2023, com evidências de uma grave escassez de dólares na economia e uma ascensão de mercados paralelos da moeda, além de uma rápida diminuição das reservas internacionais (Paúl; Prazeres, 2024). A crise institucional do partido governante, agravada pela crise política gerada por sua desmobilização, foi ainda acentuada pelas crises financeira e econômica. A sociedade passou a mobilizar-se, organizando longas marchas, manifestações e bloqueios que urgiam por melhorias e mudanças no cenário econômico. Contudo, o presidente, apesar da movimentação social, reforçou a noção de que a crise estava sendo manipulada como forma de deslegitimá-lo e derrubá-lo (Paúl; Prazeres, 2024; Molina, 2024).

Sob tal panorama, as tensões entre Arce e Morales escalaram quando uma nova tentativa de golpe de Estado foi empreendida pelas mãos do general Juan José Zúñiga, então comandante do Exército (Molina, 2024). Na tarde de 26 de junho, após dias conturbados de acusações de Morales ao comandante e de pronunciamento público contrário ao ex-presidente, Zúñiga, destituído, marchou sobre a praça Murillo, em traje de combate, demandou a soltura de presos políticos e intentou golpe de Estado (Molina, 2024). A ação, logo desmobilizada, provocou apreensão nacional e internacional e passou a ser usada como ferramenta narrativa de discursos políticos antagônicos. Arce, em paralelo ao golpe sofrido por Morales, retratou a ação como

Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

manobra pelo controle de recursos estratégicos (Prazeres, 2024; Molina, 2024). Diante disso, enquanto opositores de direita levantaram a hipótese de um autogolpe (Molina, 2024), Morales questionou as denúncias do presidente e a veracidade de um golpe sem tiros ou mortos (Opinión, 2024). As denúncias cruzadas permaneceram em 2024 e 2025.

A instabilidade se estabeleceu no poder e nas instituições bolivianas. Analogamente a José Rodríguez, ex-presidente da Corte Nacional e Eleitoral da Bolívia, três palavras que definem o contexto boliviano são "crise, polarização e incerteza" (2024, tradução nossa), e o cenário para o ano e as eleições de 2025 pode ser descrito da mesma maneira. As manifestações sociais são utilizadas como armas políticas, e a população já carece de esperança. Dados de 2024 demonstram que o apoio à democracia caiu de 51% a 47% entre 2023 e 2024 no país, sendo que 40% dos entrevistados pediram por mudanças radicais (LATINOBARÓMETRO, 2024, p. 29-32). Frente a isso, as eleições de 2025 seguem incertas e polarizadas, em meio a um cenário de crise social, econômica e política. A Constituição firma-se como guia, mas decisões políticas colocam em xeque seus valores fundamentais.

Considerações finais

A Bolívia, em sua Constituição Política do Estado (CPE), promulgada em 2009, prezou por um Estado unido e diverso, plurinacional renascido, governado em estabilidade e harmonia. Foi símbolo de um novo cenário político, após décadas de uma sucessão de golpes e de uma democracia pactuada que retirava das mãos da população o centro do poder político. A Carta prometeu autonomia aos povos indígenas, interculturalidade, nacionalização de recursos e um projeto democrático-participativo que incluísse fundamentalmente grupos e camadas sociais em suas políticas e práticas.

Todavia, o país hoje perpassa uma grave crise política, social e econômica que abala instituições e figuras construídas ao longo do processo constituinte e democrático do governo Morales. No centro das tensões, encontra-se uma ruptura do partido que alcançou e manteve o poderio por uma década. Nessa perspectiva, a fragmentação política cria um discurso fragilizado de representação e inclusão, que exclui os direitos sociais em prol de um desenvolvimento

Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

econômico, o qual muito menos tem sido alcançado.

Por fim, a desmobilização da esquerda boliviana, representada fundamentalmente nos movimentos sociais que formam o MAS, abre espaço para uma mobilização reacionária, que põe em risco qualquer construção democrática que tenha sido desenvolvida desde a promulgação constitucional. O golpe de 2019 e sua tentativa em 2024 demonstram uma vulnerabilidade da democracia boliviana, que oscila entre a manutenção dos direitos fundamentais e dos interesses de grupos dominantes.

Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

Referências

AFP. **Arce ignora Morales e diz que luta pela Presidência da Bolívia será com a direita.** 2025. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2025/01/22/arce-ignora-morales-e-diz-que-luta-pela-presidencia-da-bolivia-sera-com-a-direita.htm. Acesso em: 10 fev. 2025.

AFP. **Evo Morales exige que Arce troque Gabinete em 24 horas 'se quiser continuar governando' a Bolívia.** 2024. Disponível em: https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/09/23/evo-morales-e-apoiadores-chegam-a-la-paz-apos-quase-uma-semana-marchando-contra-presidente-arce-protesto-soma-34-feridos.ghtml. Acesso em: 10 fev. 2025.

AFP. **Presidente da Bolívia acusa ex-aliado Evo Morales de preparar 'golpe' com convocação de marchas e bloqueios.** 2024. Disponível em: https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/09/16/presidente-da-bolivia-acusa-ex-aliado-evo-morales-de-preparar-golpe-com-convocacao-de-marchas-e-bloqueios.ghtml. Acesso em: 10 fev. 2025.

ANGELO, T. Referendo constitucional que refundou Bolívia como Estado plurinacional faz 10 anos. **Brasil de Fato**, 2019. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2019/01/25/referendo-constitucional-que-refundou-bolivia-como-estado-plurinacional-faz-10-anos. Acesso em: 10 fev. 2025.

AVRITZER, L. Eleição, golpe e usurpação de poder: o caso boliviano. **Nexo**, 2020. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2019/Elei%C3%A7%C3%A3o-golpe-e-usurpa%C3%A7%C3%A3o-de-poder-o-caso-boliviano. Acesso em: 10 fev. 2025.

BOLÍVIA. **Constitución Política del Estado**. 2009. Disponível em: https://www.oas.org/dil/esp/constitucion_bolivia.pdf. Acesso em 26 de março de 2024.

BURGOA, K. Instabilidade e incertezas: como ficou o mundo político da Bolívia após a tentativa de golpe de Estado. **Brasil de Fato**, 2024. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2024/07/12/instabilidade-e-incertezas-como-ficou-o-mundo-politico-da-bolivia-apos-a-tentativa-de-golpe-de-estado. Acesso em: 10 fev. 2025.

CNN. **Justiça na Bolívia ordena prisão de Evo Morales, diz agência**. 2025. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/justica-na-bolivia-ordena-prisao-de-evo-morales-diz-agencia/. Acesso em: 10 fev. 2025.

Referências

COSTA, L. D. S.. A origem da crise na Bolívia. **Gazeta do Povo**, 2024. Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/artigos/origem-crise-bolivia-america-latina/. Acesso em: 10 fev. 2025.

DULCI, T. M. S.; MALHEIROS, M. R.. Políticas de combate à fome na Bolívia Plurinacional: uma análise a partir da obra de Josué de Castro. **Revista Fênix**, 2024. 427-454 p. v. 21.

FERRAZ, M. "Recuperamos a democracia", diz Arce após boca de urna apontar vitória na Bolívia. **Poder360**, 2020. Disponível em: https://www.poder360.com.br/internacional/recuperamos-a-democracia-diz-arce-apos-boca-de-urna-apontar-vitoria-na-bolivia/. Acesso em: 10 fev. 2025.

G1. **Evo Morales é reeleito na Bolívia no primeiro turno, indica apuração oficial.** 2019. Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/10/24/apuracao-termina-na-bolivia-e-indica-que-evo-morales-foi-reeleito.ghtml. Acesso em: 10 fev. 2025.

G1. **Em 2019, golpe militar na Bolívia fez Evo renunciar à Presidência**. 2024. Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/06/26/em-2019-golpe-militar-na-bolivia-fez-evo-renunciar-a-presidencia.ghtml. Acesso em: 10 fev. 2025.

G1. **Bolívia já teve 194 tentativas de golpe na história, diz pesquisador**. 2024. Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/06/26/bolivia-ja-teve-194-tentativas-de-golpe-na-historia-diz-pesquisador.ghtml. Acesso em: 10 fev. 2025.

LAMBERT, R.. Un golpe de Estado demasiado fácil en Bolivia. **Le monde diplomatique**, 2019. Disponível em: https://mondiplo.com/un-golpe-de-estado-demasiado-facil-en-bolivia. Acesso em: 26 mar. 2025.

MOLINA, F. Bolivia: un golpe en medio de la tormenta. **Nueva Sociedad**, n. 312, julho - agosto de 2024. Disponível em: https://www.nuso.org/articulo/312-bolivia-un-golpe-en-medio-de-la-tormenta/. Acesso em: 10 de fevereiro de 2025.

MOLINA, F. Evistas versus arcistas: Guerra abierta en el MAS boliviano. **Nueva Sociedad**, n. 307, setembro - outubro de 2023. Disponível em: https://www.nuso.org/articulo/307-evistas-versus-arcistas/. Acesso em: 10 de fevereiro de 2025.

MOLINA, F. O MAS boliviano já não dança só ao ritmo de Evo. **Nueva Sociedad**, n. 301, p. 81-90, setembro - outubro de 2022. Disponível em: https://nuso.org/articulo/EP22-MAS-boliviano-

Referências

evo/. Acesso em: 10 de fevereiro de 2025.

MORENO, D. E.. **Analysis of Trends in Democratic Attitudes: Bolivia Report.** National Opinion Research Center (NORC). University of Chicago, 2023. Disponível em: https://www.norc.org/content/dam/norc-org/pdfs/LACLEARN%20-%20Analysis%20of%20Trends%20in%20Democratic%20Attitudes%20-%20Phase%20II%20-%20Bolivia_508.pdf. Acesso em: 27 mar. 2025.

Opinión. **'Qué clase de golpe será, ministros felices, paseando en la plaza', dice Evo sobre toma militar.** 2024. Disponível em: https://www.opinion.com.bo/articulo/pais/que-clase-golpe-sera-dice-evo-toma-militar-plaza-murillo/20240628142957949084.html. Acesso em: 10 fev. 2025.

PRADO, G. Situação política e econômica da Bolívia preocupa Itamaraty. **CNN Brasil**, 2024. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/situacao-politica-e-economica-da-bolivia-preocupa-itamaraty/. Acesso em: 10 fev. 2025.

PANNAIN, R. N. A reconfiguração da política boliviana: reconstituição de um ciclo de crises. **Lua Nova**, n. 105, 2018, pp. 287-313.

PAÚL, F.; PRAZERES, L.. Bolívia: 3 fatores para compreender a crise política e econômica por trás da tentativa de golpe. **BBC**, 2024. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/czvxlwn4k80o. Acesso em: 10 fev. 2025.

PRAZERES, L.. Tentativa de golpe foi para controlar recursos estratégicos da Bolívia, diz presidente boliviano Luis Arce. **BBC**, 2024. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/ckmgdvle7llo. Acesso em: 10 fev. 2025.

RAMOS, D.. ¿Cómo se desató la crisis de la democracia en Bolivia?. **Reuters**, 2019. Disponível em: https://www.reuters.com/article/world/americas/cmo-se-desat-la-crisis-de-la-democracia-en-bolivia-idUSKBN1XK0GC/. Acesso em: 10 fev. 2025.

RIBEIRO, A. S.. **Prática democrática na Bolívia contemporânea**: indo além das concepções hegemônicas?. 2022. 101 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

RODRÍGUEZ, J. L.E. La crisis boliviana y el tiempo de las cosas pequeñas. **Nueva Sociedad**, setembro de 2024. Disponível em: https://www.nuso.org/articulo/bolivia-y-el-tiempo-de-las-cosas-pequenas/. Acesso em: 10 de fevereiro de 2025.

Referências

SASSE, E. R.. Racha no partido de Morales ameaça democracia na Bolívia. **DW**, 2024. Disponível em: https://www.dw.com/pt-br/racha-no-partido-de-morales-amea%C3%A7a-democracia-na-bol%C3%ADvia/a-70268344. Acesso em: 10 fev. 2025.

SCHAVELZON, S.. **Cosmopolítica constituinte da complexidade na bolívia**: a constituição "aberta" e o surgimento do estado plurinacional. Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Revista de Estudos em Relações Interétnicas, 2014. v. 18. n. 1.

STEFANONI, P. La «ch'ampa guerra» del MAS boliviano. **Nueva Sociedad**, dezembro de 2023. Opinión. Disponível em: https://nuso.org/articulo/la-champa-guerra-del-mas-boliviano/ Acesso em: 26 de março de 2025.

Organização das Nações Unidas e Venezuela: Interferências e Contribuições da ONU na Crise Democrática Venezuelana

Bárbara Luiza M. Gonçalves e Júlia Nicole Ramos M. Carneiro

Desde a morte de Hugo Chávez, a Venezuela entrou em um período político extremamente conturbado. Durante os quatorze anos de seu mandato (1999-2013), as ações do Executivo e o poder decisório eram extremamente concentradas em sua representação (Maya, 2013). O petróleo passava por uma boa fase comercial e, sendo a maior fonte de renda do país, garantia um período próspero para a nação, permitindo que Chávez adotasse diversas políticas públicas que, não apenas aumentaram a taxa de alfabetização, mas também garantiram uma maior distribuição de renda (Maya, 2013).

Chávez declarou Nicolás Maduro, seu vice, como sucessor. Após sua morte, eleições presidenciais foram realizadas e Maduro ganhou com uma pequena margem em seu favor. Os próximos anos foram caracterizados por uma grave crise das instituições democráticas do país. Maduro, influenciado por seu antecessor, manteve o Estado autoritário, por vezes intensificando ainda mais a repressão (Maya, 2013). Contudo, o Chavismo era o movimento populista de maior destaque na América Latina, e Nicolás Maduro não conseguiu transferir a popularidade para o seu mandato (Maya, 2013). A situação se agravou ainda mais quando, em 2014, a crise no setor petrolífero provocou uma redução considerável do preço do petróleo, e o país acabou perdendo sua maior fonte de renda (Maya, 2013).

Quando se trata do papel da Organização das Nações Unidas (ONU) nas crises democráticas da América Latina, é possível reconhecer que essa organização internacional, assim como outras, possui limites em sua atuação. Por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) — a principal agência da ONU responsável por promover o desenvolvimento sustentável internacional — são realizados projetos que fortalecem sistemas de governança (PNUD, sem data). O PNUD possui unidades em mais de 170 países, sendo um deles a Venezuela, que informa que o programa “ajuda na recuperação econômica, advoga pelo reforço da convivência democrática e trabalha com a melhoria dos

serviços públicos" (PNUD, sem data). No entanto, é essencial destacar a dificuldade de se acompanhar as atividades práticas que o PNUD Venezuela realiza, diferentemente dos planos estratégicos, que têm um acesso mais facilitado. Essa dificuldade ocorre visto que não existe um espaço definido para que as informações sobre os trabalhos do PNUD Venezuela possam ser acessadas.

O acompanhamento da ONU, pensando na crise democrática da Venezuela, também ocorre por meio da Missão Internacional Independente de Apuração de Fatos (MIIAF), que realiza relatórios para averiguar a situação humanitária no país. Em meio à sua crise democrática e à manifestação de insatisfação por parte da população, como exposto nos relatórios da MIIAF, é explícito como essa circunstância impacta negativamente os aspectos humanitário, social e econômico do país. Sendo assim, grande parte das denúncias feitas pela MIIAF e pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDHNU) dizem respeito à censura, violações de direitos humanos e uso de força excessiva por parte das forças de segurança (Nações Unidas, 2024).

Logo, o objetivo dessa análise de conjuntura é explorar as reais contribuições e limitações que organizações internacionais (OIs) — tendo a ONU como exemplo — possuem ao lidar com a crise democrática na América Latina, em especial na Venezuela. Também, será possível discorrer por meio desta análise, sobre como os valores democráticos e humanitários são fomentados durante as atividades dos organismos da ONU, sendo o principal foco a MIIAF.

Contexto político e democracia na Venezuela

O Chavismo é de extrema importância para entender a crise que o país vive atualmente, haja vista que foi durante o mandato de Hugo Chávez que as práticas vigentes surgiram (Maya, 2013). Por mais popular que fosse, Chávez tinha uma grande oposição articulada contra ele. A resposta do Estado contra a oposição era extremamente violenta e repressora (Maya, 2013). Suas ações fizeram o país se afastar do ideal do Estado Liberal Democrático, em que a Constituição da República Bolivariana da Venezuela (CRBV) foi baseada, e a Venezuela entrou, então, em um

Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

regime com características populistas autoritárias (Maya, 2013). Além da perseguição aberta contra seus opositores, o então presidente realizou certas mudanças na constituição a fim de garantir sua permanência no poder, como, por exemplo, a realização de eleições por meio de referendos, nos quais a população decidia a favor ou contra Hugo Chávez, até mesmo em eleições de governos estaduais e municipais, garantindo sempre sua permanência (Maya, 2013).

O governo de Chávez não era livre de represálias. Pesquisas mostram que as taxas de violência urbana eram relativamente altas durante esse período, aumentando cada vez mais, além da corrupção generalizada e relação entre seu governo e organizações criminosas (Briceño-León, 2006). Contudo, a popularidade de Chávez e os benefícios que seus programas populares forneciam para a população somavam forças para abrandar a reação do povo (Maya, 2013).

A maior fonte de arrecadação dos cofres públicos durante o mandato de Chávez era a exportação e importação do petróleo. Descoberto na região no início do século XX, a matéria-prima tornou-se a força motriz da economia venezuelana (Guimarães, 2015). O país, membro fundador da Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP), possui a maior reserva de petróleo do planeta (Guimarães, 2015). Com os recursos arrecadados por este comércio, Chávez conseguiu financiar programas públicos que beneficiaram seus eleitores. Contudo, a economia do país se tornou extremamente dependente desta commodity (Guimarães, 2015). Por esse motivo, em 2014, quando se apresentou uma desvalorização do preço do petróleo no mercado internacional, a Venezuela entrou em uma crise econômica que perdura até hoje (Maya, 2013). Com os preços de barris caindo a cada dia, o Estado perdeu sua maior fonte de renda e, consequentemente, os fundos que garantiam a sustentação de seus programas sociais (Maya, 2013).

Nesse sentido, em menos de um ano de mandato, o governo Maduro enfrentava uma crise que aparenta ser interminável (Maya, 2013). Seu mandato ainda goza de privilégios que o populismo de Chávez angariou, porém, a crise de 2014 mudou completamente o cenário econômico do país, o que fez muitos questionarem as estruturas de poder vigentes no regime venezuelano. A situação se agrava ainda mais quando as reeleições de Maduro são questionadas, domesticamente e internacionalmente, por alguns países como a Argentina, Guatemala e principalmente pelos

Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

Estados Unidos, que são dependentes da importação de petróleo venezuelano. Mesmo turbulentas, o governo de Maduro recebeu pronto apoio de outros Estados como a Rússia e a China. Vários países preferiram se abster de declarações oficiais (Agência Brasil, 2024).

Em 2024, os protestos que seguiram o anúncio do resultado das eleições presidenciais e a força violenta com que o Estado reprimiu os rebeldes mostram não apenas como o Estado está se tornando cada vez mais fechado e autoritário, mas também como o movimento opositor de Nicolás Maduro cresce a cada dia que a crise não é resolvida e a situação do país continua instável.

O resultado ainda provocou grande comoção regional na América Latina. Países, como o Brasil, que se consideravam alinhados com os chavistas, começaram a pressionar o governo para que os registros eleitorais fossem a público, o que representou uma considerável deterioração das relações diplomáticas do país e salientou o apoio reduzido que Maduro recebeu da região (CNN Brasil, 2024). O que se segue a essa redução é uma crise entre a Venezuela e vários países latinoamericanos, em que se dirigem várias críticas, e até acusações graves, a diferentes países, como Panamá, Argentina, Paraguai, além do Brasil (CNN Brasil, 2024) . Essa disputa chegou a tal ponto que o governo venezuelano expulsou de seu território vários corpos diplomáticos desses países (CNN Brasil, 2024). Pode-se perceber, então, que, se esse apoio regional continuar em declínio, sua permanência no poder estará seriamente ameaçada.

Ações da ONU em relação à crise democrática venezuelana

Visando exercer seu papel internacional de mantenedora da paz e da segurança internacional, com o intuito de auxiliar nas investigações sobre o cenário político atual do país, as Nações Unidas, no dia 27 de setembro de 2019, lançaram a Missão Internacional Independente da ONU de Apuração de Fatos sobre a Venezuela (MIIAF), baseando-se na Resolução 42/25, feita pelo CDHNU, para apurar casos de violações de direitos humanos e políticos no país, cometidos desde 2014, ou seja, desde que Nicolás Maduro assumiu a presidência (Alto Comissariado, 2019). Inicialmente, a missão tinha poder para atuar durante o

Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

tempo de um ano após sua vigência. Contudo, ao analisar a situação de presos políticos no país, o Conselho de Direitos Humanos da ONU renova a missão, de acordo com a Resolução 57/36, também do CDHNU, estendendo-a até outubro de 2026 (Alto Comissariado, 2019).

Como dito anteriormente, a última eleição de Maduro foi o estopim para que a crise política na Venezuela, que já vinha sendo pauta internacional, mas de uma forma discreta, fosse discutida de maneira geral e estampasse várias manchetes mundo afora. Em setembro de 2024, vários países, como o Panamá e Portugal, e a União Europeia (UE) assinaram, em conjunto, uma declaração na ONU para que a situação eleitoral fosse estabilizada e resolvida, fazendo assim menção ao fato que muitos desses países não consideraram como legítimo o resultado dessa eleição (Gazeta do Povo, 2024). Vale destacar a ausência, na ocasião, de países como Brasil e México, vizinhos latino-americanos que decidiram se abster do voto (Gazeta do Povo, 2024). Ainda com a forte pressão internacional, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) não conseguiu chegar a nenhum acordo sobre qualquer resolução acerca da crise. Entende-se, então, que as diversas opiniões dos países, principalmente grandes potências como Rússia e China, países liderados por chefes de Estado acusados de autoritarismo e ditadura, enfraquecem o poder decisório da ONU e, neste caso específico, deslegitimam sua atuação como Organização Internacional.

A MIIAF lança regularmente boletins expondo a situação dos presos políticos, os crimes cometidos contra os revoltosos e opositores de Maduro e o papel opressor do governo, cada vez mais antidemocrático (Nações Unidas, 2021). Em suas declarações, o Conselho de Direitos Humanos da ONU sempre priorizou a defesa da democracia plena e os direitos civis e políticos dos cidadãos venezuelanos. Mesmo assim, a organização não chega a fazer declarações abertas contra o governo Maduro, respeitando o princípio da não-intervenção, o qual baseia todas as relações interestatais. Sendo assim, com esses boletins e relatórios que investigam o cenário político e social do país, percebe-se que o foco de ação da OI é chamar a atenção internacional para os problemas enfrentados pela população, causando uma resposta de ONGs humanitárias, enquanto expõe os graves crimes cometidos pelo regime vigente. Não obstante, a ação da ONU ainda apresenta várias falhas, sendo alvo de constantes críticas, que serão analisadas no próximo tópico.

Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

Críticas à atuação da ONU

O princípio de não-intervenção, destacado na Carta das Nações Unidas, é um dos exemplos de como as atividades da ONU são limitadas. Isso não significa que o princípio seja negativo, já que é essencial para respeitar a soberania e independência dos Estados. No entanto, essa premissa tem sido contestada nos últimos tempos, já que não é possível defini-la de maneira clara (Wood, 2025). Kurotaki (2021) explica que a "crise democrática venezuelana é originada da instabilidade econômica e política que se intensificou durante o regime de Maduro" (tradução nossa). Ele elenca que, durante uma reunião da Assembleia Geral da ONU em 2020, a Representante Permanente da Polônia da época acreditava que a intervenção do CSNU era necessária. Kurotaki acrescenta que, em outra reunião, foi revelado que o regime de Maduro destruiu a ajuda que estava sendo entregue através da fronteira, alegando ser interferência e golpe para tentar tirar o presidente do poder.

Ainda, Kurotaki afirma que foram implementadas sanções que restringiram a expansão do regime e que os órgãos da ONU tiveram um sucesso considerável ao lidar com a questão humanitária. No entanto, isso consiste apenas no tratamento dos "sintomas" e não na raiz do problema. Dessa forma, é preciso que a ONU e os órgãos responsáveis por lidar com a crise democrática estabeleçam estratégias que de fato enfrentem também o problema e não apenas as suas consequências, o que se torna complexo devido à crise institucional da própria organização. Seria ingenuidade acreditar que a ONU seria capaz de solucionar o problema de forma geral, mas é possível identificar a demanda de uma estratégia distinta e mais assertiva do que a que tem sido implementada na Venezuela.

O princípio de não-intervenção pode ser utilizado quando se estabelece que a democracia é um princípio de nível nacional, mas a Resolução 43/157 (1988) "constitui o direito da ONU de tomar parte de um Estado para restaurar a democracia" (Newman, 2004, p. 193 apud Lacerda, 2017, p. 119). Ambos os conceitos de não-intervenção e de democracia não possuem uma definição clara dentro do próprio regimento da ONU, o que para Lacerda (2017, p. 121) possibilita que a organização possa atuar por meio de programas — como o PNUD — e missões para estabelecer o funcionamento e a fomentação dos conceitos de democracia que vão além do processo eleitoral, incrementando a participação cidadã ativa, a deliberação democrática e os espaços de debate das

Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

políticas nacionais.

Assim, as cooperações da ONU com outras organizações internacionais caracterizam uma forma de decisões mais realistas serem tomadas. A relação entre organizações de escala global e regional, como a ONU e a Organização dos Estados Americanos (OEA), se faz crucial para a "área temática da democracia" (Lacerda, 2017), portanto sendo essencial para promover o aumento da estabilidade democrática da Venezuela.

Conclusão

É imprescindível que organizações internacionais, como a ONU, se preocupem com as crises democráticas e cooperem com outras OIs para estabelecer estratégias que visem solucionar tanto as consequências humanitárias e econômicas quanto o problema político e social que causou a crise democrática na Venezuela. Mesmo com as ações tomadas pelas Nações Unidas, o alívio dos resultados catastróficos ainda deixam o país em uma situação de vulnerabilidade.

O sucesso limitado das ações tanto do PNUD quanto da MIIAF representa a carência de atualização das estratégias e do próprio funcionamento das mesmas de acordo com o regime da ONU. Apenas a partir da revisão das colaborações com organizações regionais, como a OEA, é possível promover a estabilidade política e colocar fim à crise democrática enfrentada pela Venezuela.

Por fim, os Estados que compõem a América Latina e aqueles que possuem relações cooperativas com a Venezuela, possuem um papel importante de pressionar os atores regionais e internacionais para que a estabilidade política, econômica e social seja alcançada. É fundamental reconhecer os impactos positivos que as ações de ajuda humanitária melhoram a situação enfrentada pelos venezuelanos, mas somente lidar com as consequências, e não com o problema em si, pode apenas piorar a situação ao longo do tempo.

Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

Referências

AGÊNCIA BRASIL. Entenda como funciona e quais críticas a eleição da Venezuela. **Agência Brasil**, 2024. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2024-07/entenda-como-funciona-e-quais-criticas-eleicao-da-venezuela. Acesso em: 27 mar. 2025

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS DIREITOS HUMANOS. Misión internacional independiente de determinación de los hechos sobre la República Bolivariana de Venezuela. **OHCHR**, Genebra, 27 set. 2019. Disponível em: https://www.ohchr.org/es/hr-bodies/hrc/ffmv/index. Acesso em: 22 jan. 2025.

BRICEÑO-LEÓN, R. A violência na Venezuela: renda petroleira e crise política. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 11, p. 1223–1233, 2006.

CNN BRASIL. Venezuela: ao menos 10 países da região estão em crise com Maduro além do Brasil. **CNN Brasil**, São Paulo, 30 out. 2024. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/venezuela-ao-menos-10-paises-da-regiao-estao-em-crise-com-maduro-alem-do-brasil/. Acesso em: 21 jan. 2025.

GUIMARÃES, E. **Venezuela e petróleo:** os caminhos e consequências da dependência econômica. 2015. 76 f. Monografia (Graduação em Ciência Econômicas) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2015. Disponível em: https://itr.ufrrj.br/portal/wp-content/uploads/2017/10/t162.pdf. Acesso em: 26 mar. 2025.

KUROTAKI, L. L. How effective are the different principal organs of the UN in aiding the Venezuela crisis? **International Journal of Social Relevance & Concern**, v. 9, n. 3, mar. 2021.

LACERDA, J. M. A. F. **A influência da ONU, da OEA, dos seus corpos burocráticos e de suas interações administrativas na promoção e na defesa da democracia na América Latina**. 2017. 326 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal De Pernambuco, Recife, 2017.

MAYA, M. Venezuela: the political crisis of post-Chavismo. **Social Justice**, v. 40, n. 4 (134, p. 68-87), 2013.

NAÇÕES UNIDAS. **Carta das Nações Unidas**. São Francisco, 1945.

NAÇÕES UNIDAS. Conselho de Direitos Humanos denuncia forças de segurança na Venezuela. **ONU News**, Nova Iorque, 6 jul. 2021. Disponível em: https://news.un.org/pt/story/2021/07/1755802. Acesso em: 21 jan. 2025.

Referências

NAÇÕES UNIDAS. Missão de Apuração de Fatos em alerta com posse presidencial na Venezuela. **ONU News**, Nova Iorque, 02 jan. 2025. Disponível em: https://news.un.org/pt/story/2025/01/1843006. Acesso em: 20 jan. 2025.

NAÇÕES UNIDAS. Relatório detalha violações e crimes do governo da Venezuela durante e após eleições. **ONU News**, Nova Iorque, 15 out. 2024. Disponível em: https://news.un.org/pt/story/2024/10/1839241. Acesso em: 25 jan. 2025.

PAULA, I. de. Com ausência de Brasil, China e Rússia, países assinam declaração na ONU sobre crise na Venezuela. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 12 set. 2024. Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/com-ausencia-de-brasil-china-e-russia-paises-assinam-declaracao-na-onu-sobre-crise-na-venezuela/. Acesso em: 23 jan. 2025.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**. Disponível em: https://www.undp.org/. Acesso em: 26 mar. 2025.

WOOD, M. Non-Intervention (Non-interference in domestic affairs). **The Princeton Encyclopedia of Self-Determination, Princeton**, 2012. Disponível em: https://pesd.princeton.edu/node/551. Acesso em: 27 jan. 2025.

Tensão Colômbia e Estados Unidos: a soberania Latino-americana e a integração aos BRICS+ como uma afronta ao ego estadunidense?

Kaio Lucas S. Mesquita e Cíntia Guimarães de Lucena

"[...] A América Latina não quer, nem tem qualquer razão para querer, ser massa de manobra sem vontade própria; nem é meramente um pensamento desejoso que sua busca por independência e originalidade deva se tornar uma aspiração do Ocidente. [...]"

(Gabriel García Márquez, em tradução livre, durante discurso de aceitação do Nobel de Literatura em 1982)

"Resisti à tortura e resisto a você." Essa foi a fala de Gustavo Petro, presidente da Colômbia, diante das ameaças de Donald Trump, presidente dos Estados Unidos (EUA). Em 26 de janeiro de 2025, a Colômbia recusou a entrada de voos militares dos Estados Unidos que transportavam imigrantes colombianos deportados. Em resposta, Donald Trump anunciou a imposição de tarifas de 25% sobre todos os produtos colombianos importados pelos EUA e ameaçou elevar essas tarifas para 50% na semana seguinte, levando o presidente colombiano a realizar a mesma ameaça de taxação sobre produtos americanos (Mcleary et al, 2025). Além disso, Trump indicou possíveis sanções ao setor financeiro colombiano e restrições de vistos para funcionários do governo colombiano, bem como afirmou, em tom autoritário, que haverá 'consequências severas' para quem não cooperar com os Estados Unidos (Medeiros Filho, 2025). Essa situação exemplifica um padrão histórico de intervenções e coerção por parte dos Estados Unidos na América Latina, um fenômeno que remonta ao passado de controle político e econômico sobre a região e que ainda se manifesta nas relações contemporâneas.

Dessa maneira, a presente análise objetiva refletir sobre a recente tensão entre Colômbia e Estados Unidos e explicitar os desafios contínuos nas relações hemisféricas, em que medidas unilaterais têm o potencial de impactar significativamente a economia, a política e as democracias dos países latino-americanos. Concomitantemente, propõe-se refletir ainda sobre como a busca por novas alianças e a ascensão dos BRICS+, frente a essa tensão,

tendem a ser fomentadas como uma tentativa de equilibrar influências e fortalecer a soberania da Colômbia diante de pressões externas. Com base na teoria da dependência, a aproximação de países, como a Colômbia aqui exposta, com a aliança dos maiores protagonistas do sul global pode ser vista como uma tentativa de contrabalançar a hegemonia estadunidense e questionar a liderança hostil de Donald Trump.

Intervenções dos Estados Unidos na América Latina

Historicamente, os Estados Unidos intervieram na América Latina de diversas formas para garantir seus interesses estratégicos e econômicos. John Coatsworth documenta que, entre 1898 e 1994, o governo estadunidense alterou governos latino-americanos, pelo menos, 41 vezes, com uma intervenção a cada 28 meses (Coatsworth, 2005). Essas intervenções variaram de ações militares diretas até apoio a golpes de Estado e a regimes autoritários, frequentemente justificadas pela proteção da segurança nacional dos EUA. Contudo, muitas dessas ações são vistas como desproporcionais, já que, como aponta Coatsworth, a América Latina nunca representou uma ameaça militar significativa ao país.

Os motivos dessas intervenções estiveram, em grande parte, ligados à proteção de interesses econômicos e à manutenção da hegemonia política dos Estados Unidos na região. Essa dinâmica reflete o que o autor Eduardo Galeano descreve como um "sistema de exploração e dominação persistente", que se arrasta desde os tempos coloniais até o presente, pois a história da América Latina é marcada pela resistência à opressão (Galeano, 2019, p. 122). Ainda que as intervenções militares tenham diminuído, as relações assimétricas entre os Estados Unidos e os países latino-americanos seguem moldando a política externa da região.

Essa influência na América Latina remonta ao século XIX, com a Doutrina Monroe, e tem sido marcada por uma lógica de dominação e de subordinação, bem como por intervenções que comprometem a autodeterminação dos países da região. Durante a Guerra Fria, a intervenção estadunidense na região foi justificada sob o pretexto de conter o avanço do comunismo, resultando em operações

Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

como a Operação Condor, uma aliança entre governos sul-americanos, com apoio norte-americano, que utilizou métodos violentos para reprimir movimentos de esquerda e opositores políticos (Calloni, 2006; Mcsherry, 2012).

Tal Operação simboliza a ingerência, na qual, sob o pretexto de combater o comunismo, os Estados Unidos apoiaram regimes autoritários responsáveis por graves violações de direitos humanos. Como resultado, essa política não apenas enfraqueceu as instituições democráticas na região, mas também consolidou regimes autoritários que perpetuaram desigualdades sociais e econômicas (Ibid.).

A Coerção Estadunidense

Os Estados Unidos utilizam sanções econômicas como uma ferramenta de política externa para influenciar o comportamento de outros países, buscando pressionar governos a modificar políticas sem recorrer à força militar (Hufbauer; Schott; Elliot, 2007). Essas sanções podem assumir diversas formas, como restrições comerciais, bloqueios financeiros e embargos a setores específicos da economia (Ibid.).

Em janeiro de 2025, logo após ser eleito, Donald Trump cumpriu suas promessas hostis de campanha e assinou uma série de decretos. Dentre eles, estava a repatriação forçada de imigrantes indocumentados latino-americanos nos Estados Unidos. Em resposta, a Colômbia recusou a entrada de voos militares norte-americanos que transportavam imigrantes colombianos deportados – essos voo eram realizados por meio de aviões comerciais e foi a mudança para aviões militares que causou a resposta negativa da Colômbia, frente à alegação das condições precárias a que essas pessoas estavam sendo submetidas durante o processo de deportação (Mcleary et al, 2025).

A crise recente entre Colômbia e Estados Unidos, desencadeada pela recusa colombiana em aceitar voos militares dos Estados Unidos, levou Trump a ameaçar a imposição de tarifas de 25% sobre produtos colombianos, com a possibilidade de aumentá-las para 50% caso a Colômbia não cedesse (Ibid.). Além disso, ele ameaçou restrições ao setor financeiro e revogação de vistos para funcionários do governo colombiano. Essa estratégia reflete o padrão de coerção econômica recorrente na política externa dos Estados Unidos, explorando a dependência

Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

econômica da América Latina (Ibid.).

No cenário contemporâneo, a influência estadunidense na América Latina persiste por meio de mecanismos econômicos e diplomáticos, bem como de sanções, de pressões comerciais e de condicionalidades políticas (Mcleary et al, 2025). A imposição de tarifas sobre produtos colombianos e as ameaças de sanções ao setor financeiro do país, em resposta à recusa de voos militares, exemplificam essa continuidade de práticas coercitivas. Essas ações refletem uma lógica de poder que busca manter a subordinação dos países periféricos aos interesses das potências centrais. Sendo assim, embora o contexto geopolítico global tenha se transformado desde os séculos XIX e XX, práticas coercitivas por parte dos EUA persistem, como demonstrado pela recente tensão com a Colômbia.

Esse contexto pode ser elucidado pelo discurso intitulado "A solidão da América Latina," realizado por Gabriel García Márquez, durante aceitação do Nobel de Literatura, em 1982:

> *A América Latina não quer, nem tem razão alguma, para ser um peão sem vontade própria; nem é meramente uma ilusão que sua busca por independência e originalidade se torne uma aspiração ocidental [...] Não: a imensurável violência e dor de nossa história são o resultado de antigas desigualdades e amarguras indizíveis, e não uma conspiração tramada a três mil léguas de nossa casa. [..] Esta, meus amigos, é a verdadeira dimensão da nossa solidão.*
>
> *Apesar disso, à opressão, à pilhagem e ao abandono, respondemos com a vida. Nem inundações, nem pragas, fomes nem cataclismos, nem mesmo as guerras eternas de século após século, foram capazes de subjugar a vantagem persistente da vida sobre a morte. (Gabriel García Márquez, 1982)*

No discurso, Gabriel García Márquez descreve a solidão da América Latina como fruto de desigualdades históricas

Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

e violências estruturais, ressaltando que a região não é "um peão sem vontade própria". Essa afirmação ecoa diretamente na resistência da Colômbia frente às ameaças dos EUA em 2025. A postura de Gustavo Petro, ao recusar voos militares estadunidenses e retaliar com tarifas, reflete a rejeição a um papel subalterno, alinhando-se à ideia de Márquez de que a região não aceita mais ser tratada como "uma conspiração tramada a três mil léguas" por potências estrangeiras.

A tensão atual exemplifica um padrão histórico: desde o século XIX, os EUA intervieram na América Latina via golpes, sanções e controle econômico, como mencionado por Márquez, ao criticar a "demência" pós-independência e a persistente busca por autonomia. A ameaça de Trump de elevar tarifas para 50% e impor sanções financeiras reproduz mecanismos de coerção que Márquez associava à "opressão, pilhagem e abandono!".

Teorias Críticas e a luta pela autonomia na América Latina

A Teoria da Dependência, desenvolvida por pensadores como Ruy Mauro Marini (1973) e Theotônio dos Santos (1970), oferece uma perspectiva crucial para entender a posição subalterna dos países latino-americanos no sistema capitalista global. Segundo essa teoria, países periféricos, como a Colômbia, permanecem subdesenvolvidos devido à sua inserção desigual na economia mundial, marcada pela exploração de recursos e pela dependência de potências centrais, como os Estados Unidos. Essa dependência é evidenciada, por exemplo, nas sanções e nas tarifas impostas pelos EUA, que limitam a autonomia política e econômica dos países latino-americanos.

O pensamento decolonial, por sua vez, amplia essa análise ao argumentar que as relações de poder estão enraizadas na colonialidade do poder, um conceito desenvolvido por Aníbal Quijano (2000) e Walter Mignolo (2000). A colonialidade, segundo esses autores, não se limita ao período colonial formal, mas persiste nas estruturas econômicas, políticas e culturais que perpetuam a dominação dos países centrais sobre os periféricos. A postura do governo Trump, com ameaças de sanções e controle econômico sobre a américa latina, exemplifica a perpetuação dessa lógica colonial, que busca manter

Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

a subordinação da América Latina mesmo após o fim do colonialismo formal.

Noam Chomsky (1999), em suas críticas à política externa dos Estados Unidos, reforça essa perspectiva ao argumentar que as intervenções norte-americanas não são motivadas por princípios democráticos, mas por interesses econômicos e estratégicos. Para Chomsky (1999), os EUA utilizam seu poder para moldar governos e políticas conforme seus interesses, muitas vezes recorrendo a medidas coercitivas para enfraquecer nações que resistem à sua influência. Esse padrão de coerção econômica e política mantém a América Latina presa a uma dinâmica de dependência, dificultando sua busca por autonomia real.

Essas teorias, em conjunto, tornam-se cada vez mais atuais ao fornecerem um arcabouço analítico para compreender as tensões contemporâneas entre soberania nacional e influências externas. Elas destacam a necessidade de políticas externas latino-americanas que priorizem a autodeterminação e a justiça global, buscando romper com as estruturas de dominação que historicamente caracterizaram as relações entre os países da América Latina e as potências centrais.

Soberania nacional como fortalecimento da democracia latino-americana: uma afronta ao ego estadunidense?

Diante das ameaças de Trump, o presidente Gustavo Petro recusou-se a permitir que voos militares dos EUA aterrissassem no país para finalizar as deportações. Sua postura simbolizava a tentativa de romper com laços de dominação impostos pelas pressões externas e como modo de fortalecer a democracia latino-americana, ainda que a dependência econômica da Colômbia em relação aos EUA continue a ser um fator limitante. A reação do presidente colombiano diante das ameaças de Donald Trump destaca os desafios contínuos nas relações hemisféricas, em que medidas unilaterais podem impactar significativamente as economias e a política dos governos latinos. Isso reflete uma tentativa de afirmar a soberania colombiana diante de pressões externas, buscando equilibrar influências

Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

externas e fortalecer a autonomia política e econômica do país.

No entanto, a realidade geopolítica e econômica impõe limitações à autonomia colombiana. Os Estados Unidos, segundo o Relatório Agronegócio Colômbia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2022), são o principal parceiro comercial da Colômbia, e a imposição de tarifas elevadas poderia ter consequências devastadoras para a economia do país, afetando setores-chave, como o agrícola e o manufatureiro. Além disso, sanções ao setor financeiro poderiam restringir o acesso da Colômbia a mercados internacionais e a investimentos estrangeiros. Dessa forma, embora a resistência de Petro simbolize uma defesa da soberania nacional, a interdependência econômica limita a capacidade de ação independente por parte do governo colombiano.

Integração com os BRICS: uma alternativa à dicotomia de soberania nacional e a predatória interdependência econômica com os EUA?

No cenário atual e diante dessas pressões, observa-se uma mudança na geopolítica regional, com países latino-americanos buscando diversificar suas alianças econômicas e políticas para reduzir a dependência dos Estados Unidos. Diante da atual conjuntura aqui explicitada, podemos trazer à luz a manifestação de interesse da Colômbia, em 2024, em ingressar no BRICS+ (Brasil, 2025).

Essa movimentação pode ser entendida como uma estratégia de autonomia, no sentido proposto por Juan Carlos Puig (1980), que defende a capacidade dos Estados de tomar decisões independentes em um sistema internacional marcado por assimetrias de poder. Ao buscar integrar-se ao BRICS+, a Colômbia visa reduzir sua dependência econômica e política dos Estados Unidos, ampliando suas parcerias comerciais e estratégicas com outros atores globais. No entanto, essa estratégia não está isenta de desafios: a inserção no BRICS+ exige a conciliação de interesses divergentes entre os membros

Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

do bloco, além de enfrentar possíveis retaliações por parte do governo estadunidense, que pode interpretar essa aproximação como uma ameaça à sua influência na região. Além disso, a autonomia relativa que a Colômbia busca alcançar depende de sua capacidade de negociar e manter relações equilibradas com múltiplos atores, sem cair em novas formas de dependência.

A aproximação da Colômbia com os BRICS+ reflete uma estratégia para equilibrar influências externas. Márquez (1982) já questionava a dependência, argumentando que a interpretação da realidade latino-americana por padrões externos só aumenta a solidão do continente. Ao buscar parcerias com Brasil, China, Rússia e outros membros do bloco, a Colômbia tenta romper com a hegemonia dos EUA, alinhando-se à visão de que a região deve perseguir "métodos distintos em condições diferentes" para alcançar a justiça social.

Essa movimentação também ressoa com a crítica de Márquez (1982) aos Estados que não reconhecem seu próprio passado violento e imperialista. O que se revela é um projeto deliberado de instrumentalização geopolítica. Os Estados Unidos, historicamente, têm tratado a América Latina não como interlocutor soberano, mas como espaço de projeção de interesses unilaterais –seja mediante intervenções diretas, seja por meio de acordos assimétricos que perpetuam dependências estruturais. Nesse cenário, a articulação com os BRICS+ emerge como contraponto paradigmático: ao priorizar a harmonia econômica como fim em si mesmo, o bloco propõe uma lógica cooperativa que transcende a mera competição por zonas de influência. Enquanto Washington reduz a região a peça secundária em seu tabuleiro estratégico, os BRICS+ sinalizam, ainda que de forma incipiente, a possibilidade de interações baseadas em reciprocidade estrutural como reconhecimento de que a multipolaridade exige novas gramáticas de poder.

Considerações Finais

A recente crise diplomática entre a Colômbia e os Estados Unidos evidencia a persistente tensão entre soberania nacional e influências externas nas relações hemisféricas. A postura assertiva do presidente Gustavo Petro, ao recusar os voos militares norte-americanos, simboliza uma tentativa de reafirmação da autonomia colombiana diante de pressões históricas. Contudo, a retaliação econômica

Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

imediata por parte dos Estados Unidos, com a imposição de tarifas e ameaças de sanções adicionais, ressalta a vulnerabilidade econômica de nações latino-americanas frente à hegemonia estadunidense.

A tensão Colômbia-EUA evidencia que a "imensurável violência e dor" citadas por Márquez (1982) persistem, mas também revelam uma mudança de paradigma. A postura de Petro, assim como a defesa do autor por uma "utopia de vida," mostra que a América Latina está reescrevendo sua narrativa, recusando-se a ser um "peão" e buscando "uma segunda oportunidade" por meio de alianças soberanas. A ascensão dos BRICS+ não é apenas uma resposta econômica, mas um ato de resistência política, no qual a solidão se transforma em força coletiva.

A busca da Colômbia por diversificação de parcerias, manifestada pelo interesse em ingressar no BRICS+, representa uma estratégia para mitigar essa dependência e ampliar seu leque de alianças estratégicas. Todavia, essa iniciativa traz consigo desafios significativos, como a necessidade de harmonizar interesses nacionais com interesses do grupo e a possível intensificação de tensões com os Estados Unidos, que podem interpretar tal movimento como uma ameaça. Historicamente, intervenções, como a Operação Condor, demonstram os riscos associados à submissão a potências hegemônicas, resultando em violações de direitos humanos e no enfraquecimento institucional. As lições desse período reforçam a importância de políticas externas que priorizem a soberania e a autodeterminação, evitando alianças que possam comprometer a integridade democrática.

As teorias do Sul Global, como a Teoria da Dependência e o pensamento decolonial, oferecem ferramentas analíticas para compreender essas dinâmicas de poder e de resistência. Os países da América Latina, ao buscarem maior autonomia em um mundo multipolar, enfrentam o desafio de equilibrar suas relações internacionais sem reproduzir as assimetrias de poder que historicamente os caracterizaram.

Sendo assim, a correlação entre os eventos de janeiro de 2025 entre a Colômbia e os Estados Unidos ilustra como o legado de García Márquez permanece vivo, não apenas na literatura, mas na luta contemporânea por autonomia, democracia e dignidade.

Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

Referências

BRASIL. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**. Relatório Agronegócio Colômbia. 1. ed. Brasília, DF. 2022.

BRASIL. **Ministério das Relações Exteriores**. Nota à imprensa Nº 159, 17 de abril de 2024. Declaração Conjunta dos Presidentes de Brasil e Colômbia. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-conjunta-dos-presidentes-de-brasil-e-colombia. Acesso em: 30 jan. 2025.

BBC NEWS BRASIL. **Trump e Colômbia: Com sanções, presidente sinaliza "consequências severas" para quem não cooperar com EUA.** Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/cdd93&zg9vvo. Acesso em: 26 jan. 2025.

CALLONI, S. **Operación Cóndor: pacto criminal.** La Habana: Fondo Cultural del ALBA, 2006.

COATSWORTH, J. United States Interventions. **ReVista, Universidade de Harvard**, 2005. Disponível em: https://revista.drclas.harvard.edu/united-states-interventions/. Acesso em: 8 fev. 2025.

DA SILVA, L. F. Imperialismo e dependência estrutural latino-americana: alguns aspectos conceituais, históricos e contemporâneos. **Caracol**, n. 20, p. 100-133, 2020.

DINGES, J. **Os anos do Condor: uma década de terrorismo internacional no Cone Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

DINGES, J. The Condor Years: How Pinochet and His Allies Brought Terrorism to Three Continents. New York: **The New Press,** 2004. Disponível em: https://thenewpress.com/books/condor-years. Acesso em: 29 jan. 2025.

DOS SANTOS, T. **A teoria da dependência:** balanço e perspectivas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

FERNANDEZ, M.; MORAIS, M. Por que o desmonte do Estado pode ser pior no 2º governo Trump. **Nexo Jornal**, 20 jan. 2025. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2025/01/20/trump-assume-segundo-governo-desmonte-do-estado. Acesso em: 20 jan. 2025.

FRAGA, G. W.; MAHLKE, He. A Operação Condor e os Direitos Humanos na América Latina. **Diálogo**, n. 16, p. 89-105, 2010.

Referências

GRANDIN, G. **Empire's Workshop: Latin America, the United States, and the Rise of the New Imperialism**. New York: Metropolitan Books, 2006.

HUFBAUER, G. C.; SCHOTT, J. J.; ELLIOTT, K. A. **Economic Sanctions Reconsidered: History and Current Policy**. 3. ed. Washington, D.C.: Peterson Institute for International Economics, 2007.

KORNBLUH, P. **The Pinochet File: A Declassified Dossier on Atrocity and Accountability.** New York: The New Press, 2013.

MARINI, R. M. **Dialética da dependência.** Petrópolis: Vozes, 1973.

MCLEARY, P.; GUIDA, V.; WARD, M.; et al. Trump says he is slapping tariffs on Colombia after it turns around US migrant flights. **POLITICO**, 26 jan. 2025. Disponível em: https://www.politico.com/news/2025/01/26/trump-columbia-tariffs-plane-migrants-00200642. Acesso em: 26 jan. 2025.

MCSHERRY, J. P. **Predatory States: Operation Condor and Covert War in Latin America**. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2012.

MÁRQUEZ, G. G. The solitude of Latin America. **Nobel Lecture**, 8 de Dezembro, 1982. Disponível em: https://www.nobelprize.org/prizes/literature/1982/marquez/lecture/. Acesso em: 30 jan. 2025

MEDEIROS FILHO, O. Da Groenlândia ao Panamá: expansionismo ou recuo geopolítico? **Estadão**, 15 jan. 2025. Disponível em: https://www.estadao.com.br/opiniao/espaco-aberto/da-groenlandia-ao-panama-expansionismo-ou-recuo-geopolitico/?utm_source=estadao:app&utm_medium=noticia:compartilhamento. Acesso em: 15 jan. 2025.

MENJÍVAR, C.; RODRÍGUEZ, N. (Eds.). **When States Kill: Latin America, the U.S., and Technologies of Terror.** Austin: University of Texas Press, 2005.

MIGNOLO, W. **Local Histories/Global Designs: Coloniality, Subaltern Knowledges, and Border Thinking**. Princeton: Princeton University Press, 2000.

CHOMSKY, N. **Profit Over People: Neoliberalism and Global Order.** New York: Seven Stories Press, 1999.

PUIG, J. C. **Doctrinas internacionales y autonomía latinoamericana**. Caracas: Instituto de Altos Estudios de América Latina, 1980.

Referências

QUIJANO, A. **Coloniality of Power, Eurocentrism, and Latin America.** Nepantla: Views from South, v. 1, n. 3, p. 533-580, 2000.

TOUSSAINT, E. A esquerda latino-americana entre a China, os EUA, o progressismo tardio e a extrema direita. **CADTM**, 20 jan. 2025. Disponível em: https://www.cadtm.org/A-esquerda-latino-americana-entre-a-China-os-EUA-o-progressismo-tardio-e-a. Acesso em: 20 jan. 2025.

Uruguay in the spotlight among Latin American democracies: a spark of hope?

Pedro Arthur L. dos S. Felipe e Ulysses Santucci Barreto

The instability of democracies in Latin America has intensified significantly in recent years. Polarization, corruption, and the fragility of institutions, mostly due to populist and authoritarian governments, are the main issues, raising questions about the resilience of the region's democratic pillars (Bonifácio et al, 2020). However, amidst the democratic crisis, Uruguay can be highlighted as an example of stability, with a satisfaction of the country's democracy of almost 60%, a very high number amidst Latin America (Latinobarómetro, 2023). While many countries in the region face setbacks and political crises, Uruguay appears to maintain a firm commitment to democratic values. The latest electoral process exemplifies this idea: with a smooth transition of power, Yamandú Orsi, the current left-wing president, has maintained good relations with his electoral rival, Álvaro Delgado, and the previous president, Lacalle Pou, both from the right-wing spectrum (BBC, 2024), showcasing the inter-party dialogue that the democratic model suggests.

The main objective of this article is to theorize Uruguay's stability while drawing a clear contrast with Brazil and other democracies in the region, as Guilherme Reis (2017) mentions that it is practically an "oasis in the desert", despite its own authoritarian period. Throughout the text, it will be discussed how Uruguay's elite's democratic values, party collaboration, electoral system, popular deliberation and historical buffer State maintain its democracy stable. Can this country truly be seen as a light at the end of the tunnel, as a model for other Latin American democracies to follow?

The context of the democratic crisis in Latin America

The democratic crisis can be explained by various factors,

but the colonial past was certainly highly relevant. Latin American countries were inserted into the international system mostly as exporters of primary products and importers of manufactured goods, and this continues until this day, according to the Observatory of Economic Complexity (OEC, 2023). The exorbitant capital derived from the colonial exploitation of the Americas enabled the industrialization of the Global North at the expense of the basic development of these colonies, which functioned merely as reservoirs of natural resources and labor (Jaguaribe, apud Campos, 1985, our translation).

Around the 2000s, due to the exploitative neoliberalism established in the region — which perpetuated inequality and socioeconomic vulnerability —, The Pink Tide emerged with social welfare alternatives (Dos Santos, 2020). Leftist governments strengthened social rights by reducing poverty, and expanding access to basic services, as we can see in the poverty rate decrease in a Economic Commission for Latin America and Caribbean (ECLAC, p. 41, 2024) study, in which it is stated that the latin american people in poverty fell from 45,3% to 27,7% between 2002 and 2014, the major Pink Tide period. However, while representation improved, the Latin American system still relied on its role as a supplier of raw materials, remaining dependent on external capital, according to OEC (2023).

There was no effective structural reform in any country, and the changes were not substantial enough to truly influence new models of production or trade relations under equal conditions, as evidenced by the 2000 "commodity boom", according to the research made by the World Integrated Trade Solution (WITS). In the following years, popular mobilizations — such as the 2013 protests in Brazil and the movement in favor of President Dilma Rousseff's impeachment — highlighted the growing ideological disputes and polarization of the agenda. There was room for the democratic rise of populists leaders in Latin governance, such as Jair Bolsonaro in Brazil and Javier Milei in Argentina, both made the corrosion of democratic pathways even greater, maintaining the good appearance of a democratic State while "eviscerating its substance" as "elected autocrats" (Levitsky; Ziblatt, p. 5, 2018). However, in Uruguay, the grass stays green — even though there was also an authoritarian period, which is going to be explained in the next topic — differently from its neighbours, as the last year's election was, as always, approved by all spectrums of politics in the country's democracy (BBC, 2024).

 Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

Not so perfect: Uruguay's latest authoritarian period

Uruguay is one of the most stable democracies in Latin America, despite experiencing a harsh dictatorship between 1973 and 1985 (Reis, 2017). Although Gabriel Terra's government (1933–1938) is considered authoritarian (Reis, 2017), he was elected by the people and did not exceed his mandate term, so it will be disregarded for analysis until a real coup d'état in 1973 led by President Juan María Bordaberry. Through the Internal State of War decree, he dissolved parliament, suspended the constitution and political parties, and restricted all civil liberties (Castro, 2023). It can be concluded that Bordaberry fully fits the four indicators of an authoritarian leader, as outlined in How Democracies Die (Levitsky; Ziblatt, 2018). These criteria include: a feeble commitment to democracy; denial of the opposition's legitimacy; tolerance of violence from far-right groups and the military; and willingness to restrict civil liberties. Bordaberry himself admitted he did not understand what it meant to be a Democrat (Castro, 2023), as well as "not identifying" with any party; he was strictly committed to the interests of large landowners and rose to power through fraudulent elections (Castro, 2023); reinforcing the persecution and silencing of the MLN (Movimiento de Liberación Nacional-Tupamaros), a Marxist-inspired group that opposed the government and sought reforms.

The democratization of Uruguay after this period occurred due to several factors: external debt crisis; the unhappiness of the population regarding the military repression; the loss of purchasing power from the working class; the clandestine reorganization of unions and political parties; and the general strike of 1984 were some of them (Escola Latino-americana de História e Política, 2023).

Through the Pacto del Club Naval, in 1984, military and politicians negotiated the return to democracy, guaranteeing free elections, but with the benefit of the Ley de Caducidad — an amnesty law absolving them of crimes due to the expiration of prosecution time limits (Reis, 2017). This law was partially overturned under José Mujica's government in 2011, as said in BBC, demonstrating the country's intention to seek ways in honoring the memory of its authoritarian past, also seen in the research of Latinobarómetro (2023), which shows that 71,2% of people would never support a military dictatorship.

Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

What explains the democratic stability in Uruguay and comparing it with the other countries of Latin America

But why does the democracy in Uruguay stand out when it comes to stability compared to the other countries of Latin America? There is not one correct answer to this, as the political process is affected by multiple variables, but it is possible to find a good number of hypotheses that separate Uruguay's democracy from the rest and consolidate an election as calm as the last one was, with the opposition President Lacalle Pou congratulating Yamandú Orsi for the victory and putting himself available to help in the government transition, as seen in a post in his X account. Possible explanations are as follows: the elite's interest in maintaining democracy and the consequent tradition of collaboration between opposition parties, the electoral system of Uruguay, bigger popular participation in politics, and a history of pacification and appeasing in the region.

Starting with the elite's interest in democracy stability, there is a historically strong connection starting since the Constitution of 1918. The politics in Uruguay were, for a long time, controlled by the two biggest parties that created the political landowning elites: the Colorado Party and the National Party (Castro, 2023). What prevented these two parties from becoming authoritarian was the fact that even though they were both dominant, they didn't have the capacity to impose their will on the opposition (Reis, 2017). As time passed on, the democratic system would become even more ideal for these parties, as they would start to collaborate in each other's mandate. This phenomenon became a tradition in Uruguay's democracy, and it helps in stability as the opposition receives a part of the government's power and can ask for accountability from the inside, creating horizontal accountability, as Reis calls it (2017). With this type of accountability, the opposition parties maintain their skeptical view of the government, but in a much more moderate way in comparison to other countries, such as Brazil and Venezuela, where the communication between government and opposition is full of imperfections, like the attempt of assassination of President Lula and Vice-president Alckmin in Brazil, reported by G1 (2024) and the

 Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

persecution from the Venezuelan President Nicolás Maduro against his oppositors, for example, María Corina Machado and Edmundo González, also reported by G1 (2025).

An example of this collaboration between parties, the so-called co-management and co-participation by Buquet and Chasquetti (2004) can be seen in the government of Ex-President Pepe Mujica. At the beginning of his government, he made a deal with Colorado and National parties that would name members of these parties to high cargos of state companies, directly applying the horizontal accountability "loyalty system" between the opposite political spectrum. This is one of the factors that explain why 58,9% of Uruguayans rate the functioning of its democracy more positively than the average of Latin America, 28,1% (Latinobarómetro, 2023).

Another key factor that maintains Uruguay as a stable and trustworthy democracy is the functioning of its electoral system, which has some particularities. To start, since the re-democratization, there is not a constitutional change that permits reelection, differently from what happened in Argentina, Brazil, and Venezuela (Castro, 2021). Curiously, these three countries have more volatile democracies, which can be explained in numerous ways. However, focusing on the reelection factor, when a president leads the country two times in a row, he has a lot of time to mold politics in favor of his interests. As Morlino writes, "stability is the predictable capacity that a system has of extending itself in time", so it is necessary to differentiate the stability of immobilism, given that a certain system is stable because of its capacity to adapt to adversities (Morlino apud Castro, p. 2, 2021, our translation). The fact that presidential reelection is not possible prevents the President to govern thinking about his continuation in power. It is exactly this continuation that authoritarian leaders desire, so that there is more time for the leader to consolidate his image. Therefore, when there is no reelection, the chance of consolidation of power is lower.

Besides the impossibility of reelection, the Uruguayan electoral system proposes a closed-list election. In this sense, when the voter chooses his presidential candidate, he can only vote for members of the parliament who have similar thoughts as him (REIS, 2017). This happens so that the elector cannot vote for a congressman opposed to the president he chose, and this makes it more likely for the Executive Power to have a government majority in the Legislative. The consequence is that the relationship between the Executive and Legislative powers becomes

Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

more aligned than the relationship we see in Brazil, for example, where there is not a closed-list election. To illustrate this in reality, the last parliamentary elections did not give President Lula governmental majority in the National Congress, and this prevents the Executive Power from putting its plans in practice, as shown by a report of CNN Brasil (2025).

To illustrate this situation, it is possible to note that all of the Frente Amplio (the Uruguayan leftist party) governments, according to the Electoral Court, counted with a parliamentary majority, which made their policy come out of the paper easier (Chasquetti, 2011). Contrary to Brazil, where the second mandate of Dilma Rousseff lost the government majority in the National Congress, which allowed the president to be deposed more easily. It is also important to mention the stronger popular participation in the politics of Uruguay, as its people are more interested in political life in comparison to other countries of Latin America, according to research from Latinobarómetro (2023). The most obvious explanation for this phenomenon is the high level of education in Uruguay, as the country has, according to the Programme for International Student Assessment (PISA), the second-highest education index in Latin America. It is possible to connect the great education rating to the civil participation in politics shown by data from Latinobarometro (2023): 52,7% of people entrust the electoral process as the best form of action to develop the country and another 37% say that peaceful protests and voting are the best ways.

As so, an essential factor of politics in Uruguay is the capability of the electorate to call for a plebiscite. In other countries, such as Brazil, a plebiscite can be called only by the National Congress, according to the third article of the law 9.709 of the Federal Constitution (1998). However, in Uruguay, only the signatures of 10% of the electorate can call a plebiscite, making this tool more frequently used, increasing the popular participation in decision making (Reis, 2017)

A higher participation of the people in the political process surely makes the democratic value more connected to the population, as they feel themselves part of the construction and development of the State. This can explain one of the reasons the democracy in Uruguay is much more stable.

The last argument found to the stability of Uruguay comes from a historical approach: another explanation of the more stable politics in the country may have roots in the creation

 Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

of its State. Uruguay conquered its independence after the Treaty of Montevideo in 1828 as a buffer state between Argentina and Brazil. According to Real de Azúa (1984, apud Castro, 2021), the creation of the Uruguayan State made the society of the country with a buffer culture, diminishing the social tensions and valuing pacification and dialogue.

Conclusion

The democratic stability of Uruguay seen in the election of Yamandú Orsi in 2024 is not a matter of chance, but the result of a historical process that involves popular participation, respect for institutions, and a robust electoral system. Since re-democratization, the country has managed to consolidate a political model that values dialogue and prevents the excessive concentration of power in a singular party. The tradition of collaboration between opposition parties, the impossibility of presidential reelection, the elites' interest in maintaining the system, and the population's level of education are factors that contribute to this democratic resilience.

Moreover, Uruguay stands out for its political culture based on dialogue and consensus, whether through co-management between parties at the domestic level or internationally, as a reflection of its origins as a buffer state between Brazil and Argentina. As Bonifácio et al (2020) conclude, if citizens live in a quality democracy with representativeness and strong institutions, the propensity to turn to authoritarian forms of governance is much lower.

In light of this, the democracies in Latin America can learn from the Uruguayan case. The country shows that political stability depends not only on solid institutional structures but also on a culture with democratic values, where the decision-making process is fulfilled by popular participation. The other Latin American nations must understand that strengthening trust in institutions is built into mechanisms that encourage an active sphere of citizen participation and diverse interests, with dialogue between political parties and polarization reduction.

 Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

Referências

BONIFÁCIO, R.; BOTELHO, J. C. A.; OKADO, L. T. A. O declínio da democracia na América Latina: diagnóstico e fatores explicativos. **Revista de Estudios Sociales**. n. 74, p. 41-57, 2020. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=81564846004. Acesso em: 27 janeiro 2025.

BRASIL. [Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998]. **Regulamenta a execução do disposto nos incisos I, II e III do art. 14 da Constituição Federal.** Brasília, DF: Presidência da República, [1998]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9709.htm. Acesso em: 26 março 2025.

BUQUET, D.; CHASQUETTI, D. La democracia en Uruguay: Una partidocracia de consenso. **Política - Revista de Ciencia Política.** n. 42, p. 221-247, 2004. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=64504211. Acesso em: 27 janeiro 2025.

CAMPOS, M. D.; ROSA, L.P. (org.). **Semin. A Crise Presente e o Futuro da América Latina**, 1984. Anais. São Paulo: CESP, 1985.

CASTRO, R. E. de. A estabilidade da democracia e a cultura política no Uruguai: revisão a partir da ciência política uruguaia. **BIB – Revista Brasileira De Informação Bibliográfica Em Ciências Sociais**. n. 96, p.1-21, 2021. Disponível em: https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/149/143. Acesso em: 28 janeiro 2025.

CASTRO, R. E. de. A relação entre a cultura política de elite e a estabilidade da democracia: um estudo sobre o caso uruguaio. **Revista Sul-Americana De Ciência Política**. v. 9, n. 1, 2023. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/rsulacp/article/view/25148. Acesso em: 28 janeiro 2025.

CHASQUETTI, D. El secreto del éxito: presidentes y cárteles legislativos en Uruguay (1995-2010). **Revista Uruguaya de Ciencia Política**. v. 20, n. 1, p. 9-31, 2011. Disponível em: http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?pid=S1688-499X2011000100002&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 26 março 2025.

CORTE ELECTORAL. Elecciones Nacionales de 2004, 2004. Disponível em: https://web.archive.org/web/20080108104249/http://www.corteelectoral.gub.uy/gxpfiles/elecciones/Elecciones%20Nacionales%202004.htm. Acesso em: 26 março 2025.

CORTE ELECTORAL. Internas: datos de la Corte Electoral, 2009. Disponível em: https://web.archive.org/web/20090802135258/http://www.uruguayaldia.com/2009/06/internas-datos-de-la-corte-electoral/. Acesso em: 26 março 2025.

Referências

DOS SANTOS, L. W. Política Externa do Peru em um Contexto Regional em Transformação (2006-2018): da onda rosa à guinada à direita. In: LIMA, M. R. S. L. et al (org.). **América do Sul no século XXI.** Rio de Janeiro: Multifoco, 2020. p. 139-155. Disponível em: https://www.academia.edu/download/64051927/Am%C3%A9rica-do-Sul-no-s%C3%A9culo-XXI-Desafios-de-um-projeto-pol%C3%ADtico-regional.pdf#page=139. Acesso em: 26 março 2025.

ECONOMIC COMMISSION FOR LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN (ECLAC). **Social Panorama of Latin America and the Caribbean**, 2024: the challenges of non-contributory social protection in advancing towards inclusive social development. LC/PUB.2024/21-P/Rev.1. Santiago, 2024. Disponível em: https://www.cepal.org/en/publications/80859-social-panorama-latin-america-and-caribbean-2024-challenges-non-contributory. Acesso em: 24 março 2025.

EL PEPE, UMA VIDA SUPREMA. Direção de Emir Kusturica. Argentina/Uruguai/Serbia: NETFLIX, 2018. Documentário (73 min.), son., color.

ESCOLA LATINO-AMERICANA DE HISTÓRIA E POLÍTICA. Uruguai: 50 anos do golpe. São Paulo: ELAHP, 27 jun. 2023. Disponível em: https://elahp.com.br/uruguai-50-anos-do-golpe/. Acesso em: 26 março 2025.

QUEM é o esquerdista Yamandú Orsi, eleito presidente do Uruguai. **BBC News Brasil**, 24 nov. 2024. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/cvgxym01e32o. Acesso em: 24 março 2025.

LACALLE POU, Luis. Llamé a @OrsiYamandu para felicitarlo como Presidente electo de nuestro país y para ponerme a las órdenes y empezar la transición apenas lo entienda pertinente. X (antigo Twitter), 24 nov. 2024. Disponível em: https://x.com/LuisLacallePou/status/1860842316841333218. Acesso em: 26 março 2025.

LARI (Laboratório de Análise de Relações Internacionais). Informe de Conjuntura: Crise da democracia na América Latina. **PET-REL**. n. 2, 2024.

LATINOBARÓMETRO. Informe 2024: La Democracia Resiliente. Santiago: Corporación Latinobarómetro, 2024. Disponível em: https://www.latinobarometro.org/latOnline.jsp. Acesso em: 24 março 2025.

Referências

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **How Democracies Die.** 1. ed. New York: Crown Publishing, 2018.

LULA dobra números dos dois presidentes anteriores e vê 86% das MPs caírem. **CNN Brasil,** 21 fev. 2025. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/politica/lula-mps-congresso/. Acesso em: 26 março 2025.

MARÍA Corina Machado é libertada após ser detida em manifestação contra Maduro, diz oposição. **G1**, 9 jan. 2025. Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2025/01/09/maria-corina-machado-maduro-venezuela.ghtml. Acesso em: 26 março 2025.

OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY (OEC). MERCOSUR Exports, Imports, and Trade Partners, 2023. Disponível em: https://oec.world/en/profile/international_organization/southern-common-market. Acesso em: 24 março 2025.

PIÑEIRO R. Uruguayan Electoral Process 2014-2015. **Woodrow Willson Center Washington**, 2014. Disponível em: https://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/media/documents/event/Presentation%20PINEIRO.pdf. Acesso em: 26 março 2025.

QUATRO presos por tentar matar Lula, Alckmin e Moraes estão na lista dos indiciados pela PF por golpe de Estado. **G1**, 21 nov. 2024. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/11/21/presos-por-tentar-mantar-autoridades-estao-na-lista-dos-indiciados-por-golpe.ghtml. Acesso em: 26 março 2025.

REIS, G. S. Democracia no Uruguai: quase um oásis, mas o diabo mora nos detalhes. **Teoria & Pesquisa: revista de ciência política.** v. 26, n. 2, p. 69-98, 2017. Disponível em: https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/6090. Acesso em: 27 janeiro 2025.

SENADO uruguaio aprova fim da Lei da Anistia. **BBC News Brasil,** 13 abr. 2011. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/04/110413_uruguai_anistia_mc_up. Acesso em: 31 janeiro 2025.

WORLD INTEGRATED TRADE SOLUTION (WITS). World Bank. Latin America & Caribbean Product Exports 1999, 2000 and 2005. Disponível em: https://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/LCN/Year/2005/TradeFlow/Export/Partner/WLD/Product/all-groups. Acesso em: 24 março 2025.

Análise de conjuntura: o que é e como se faz?

Daniel Jatobá *

* Doutor em Ciência Política (IESP/UERJ) e Mestre em Relações Internacionais (IREL/UnB). Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Professor do Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas do Instituto de Ciências Sociais/UnB e um dos Coordenadores do Núcleo de Estudos Latino-Americanos/UnB. Tutor do Programa de Educação Tutorial do Curso de Relações Internacionais/UnB. CV Lattes: http://lattes.cnpq.br/4101446986138775.

Este texto expõe os fundamentos conceituais e metodológicos da análise de conjuntura, estruturando-se em torno de duas perguntas fundamentais: o que é uma análise de conjuntura? E como fazê-la — ou, dito de outro modo, quais são seus elementos constitutivos? A intenção é oferecer uma contribuição que seja útil para analistas, estudantes e pesquisadores em geral, gestores públicos e de organizações políticas, econômicas e sociais enfim, quaisquer pessoas que tenham interesse em conferir inteligibilidade a determinada conjuntura por meio de um texto de análise. Mediante a exposição do conceito de análise de conjuntura e a discussão de seus sete elementos essenciais, pretende-se auxiliar, do modo mais sintético e rigoroso que pude, quem queira desenvolver a sua capacidade de elaboração de análises de conjuntura.

O que é análise de conjuntura?

É, fundamentalmente, um instrumento de conhecimento aplicado a uma conjuntura específica. O termo 'conjuntura' designa uma configuração singular de fatos, processos, relações entre atores sociais e suas dinâmicas de interação política, econômica e social, delimitada por um recorte espacial e temporal definido pela própria análise. Ela resulta da combinação singular de fatores, processos, correlações de força e eventos que, em dado momento, conformam a dinâmica da realidade social, política e econômica. Nenhuma conjuntura surge do acaso ou se explica apenas pelos fatos imediatos: ela expressa, de maneira condensada, tanto os efeitos acumulados de processos históricos e estruturais quanto os movimentos, escolhas e disputas dos agentes envolvidos naquela circunstância da realidade social, política e econômica. Ela resulta de um recorte analítico que permite captar como, em certo momento, se organizam as tensões, as alianças, os conflitos, as possibilidades e os impasses que estruturam um dado cenário.

Nesse sentido, a análise de conjuntura visa a conferir sentido a um conjunto de evidências empíricas acerca de processos sociais em sentido amplo, os quais frequentemente ainda estão em curso no momento de elaboração da análise – o que não impede o analista de investigar e interpretar uma conjuntura cujo desfecho, por assim dizer, já se definiu no momento da publicação. A análise de conjuntura, assim, não é um exercício de descrição linear dos fatos, mas uma operação interpretativa que busca compreender as lógicas de funcionamento, os fatores dinâmicos ou motrizes que estão em disputa naquele momento, sem perder de vista os condicionantes estruturais nem a historicidade que dá forma à situação presente.

As evidências empíricas recolhidas pelo analista encontram-se fragmentadas, dispersas e aparentemente desconexas, sendo reunidas pelo analista em um esforço de síntese e inteligibilidade, o que se faz sempre a partir de certo enquadramento teórico e conceitual. Tal como a concebo neste texto, a análise de conjuntura é uma modalidade textual de natureza interpretativa, inserida no campo das ciências sociais e dotada de características e procedimentos próprios.

Em muitos casos, ela é utilizada como ferramenta na elaboração de estratégias de intervenção, isto é, como um instrumento orientado para a ação – embora isso não seja uma necessidade. Seja como for, uma análise jamais deve pautar-se exclusivamente por sua orientação prática, pelos ideais ou pela visão de mundo de quem a realiza: ela é mais do que isso. Assim como é mais do que uma simples descrição dos fatos e acontecimentos mais relevantes da conjuntura, dos atores principais, seus interesses, comportamentos e correlação de forças entre eles, das arenas políticas nas quais atuam e daquilo que está em jogo nas suas disputas. Baseia-se na observação rigorosa de objetos empíricos, mas é importante frisar que ela jamais abdica da perspectiva analítica que organiza sua interpretação, uma vez que sempre há um ponto de vista envolvido na sua leitura da realidade – como, de resto, em toda percepção da realidade. Uma análise nunca é totalmente neutra, embora deva resultar de um esforço combinado entre a perspectiva analítica escolhida para o caso, por um lado, e a atividade de coleta, organização e interpretação de dados, por outro.

Em outras palavras, a análise de conjuntura deve combinar teoria e investigação empírica. A teoria fornece a perspectiva adotada, por meio de um conjunto de pressupostos, conceitos e argumentos que visam à

 Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

compreensão da conjuntura e explicação daquilo que não está visível, daquilo que, ao menos hipoteticamente, está por trás da teia dos acontecimentos; é a ótica que orienta a própria pesquisa empírica e fornece sustentação racional para a interpretação apresentada. Já os elementos empíricos da pesquisa são constituídos pela complexa combinação de fatos e acontecimentos que configuram a realidade conjuntural. Trata-se do campo de experiência passível de observação pelo analista, daquilo que aconteceu ou está em curso; em suma, a realidade externa ao investigador, podendo incluir dados quantitativos ou qualitativos, elementos históricos ou da atualidade, documentos, discursos, notícias, entrevistas e quaisquer outros registros que propiciem a reconstrução da configuração e da dinâmica da conjuntura.

É ilusório supor que 'os dados falam por si só'. A análise de conjuntura realiza um trabalho de mediação entre empiria e teoria, entre informação e interpretação, entre a experiência situada e a construção analítica. Como precisou certa vez meu ex-professor Renato Lessa, "nenhum dado fala, eles são portadores incuráveis de afasia, eles não têm o dom da palavra; nós é que temos, nós é que sabemos perguntar" (Lessa, 1998, p. 5). Ou, como lembra um famoso aforismo de Marx, se a forma de manifestação, isto é, a aparência factual, e a essência das coisas coincidissem imediatamente, toda ciência seria supérflua (Marx, 2017). Uma das características da análise de conjuntura é esse trabalho de mediação.

Além disso, ao contrário do que se afirma muitas vezes, a elaboração de análises não é uma atividade espontânea e natural do ser humano. Não se faz análise de conjuntura o tempo todo, sobre qualquer coisa, de forma intuitiva. Não devemos concordar com a ideia de que fazemos análises de conjuntura a todo momento, na vida cotidiana, "sabendo ou não, querendo ou não", como escreveu o sociólogo Herbert de Souza (2014 [1984], p. 7). Essa concepção dilui a especificidade e o caráter técnico da prática de elaboração de análises e compromete o seu rigor metodológico. Ela é uma atividade intelectual que exige do analista a capacidade de problematização epistemológica, fundamentação teórica e metodologia adequada de coleta, análise e interpretação de evidências empíricas. Sem dúvida, todos somos leitores do tempo presente e intérpretes da realidade que habitamos: emitimos juízos, reagimos a eventos, interpretamos o mundo a partir de nossa posição no campo social. Contudo, essas observações não autorizam a conclusão de que toda leitura ou opinião sobre os acontecimentos possa ser

 Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

chamada, de forma legítima, de análise de conjuntura.

Ela deve conter uma série de elementos essenciais, incluindo a delimitação de um recorte a um só tempo temático, temporal e espacial, a escolha de um problema ou aspecto particular da conjuntura que se pretende analisar, a identificação de eventos disparadores, o mapeamento dos sujeitos mais relevantes e suas disputas e coalizões, a vinculação da conjuntura à sua inserção histórica e estrutural, a construção de cenários prospectivos e, com frequência, orientações estratégicas para atores envolvidos nos processos analisados. Enfim, inclui uma série de operações intelectuais mais ou menos estabelecida na literatura a respeito das técnicas de elaboração de análises. Nenhuma dessas etapas é automática, todas requerem compromisso teórico e rigor metodológico. Quando reduzida a um juízo imediato ou espontâneo sobre a realidade, a análise de conjuntura perde seu valor cognitivo e se dissolve no ruído da opinião pública.

Nesse sentido, há uma lista mais ou menos convencional dos elementos básicos da análise de conjuntura. Eles serão melhor desenvolvidos na próxima seção e são uma espécie de "caixa de ferramentas" do analista.

Primeiramente, toda análise deve identificar os acontecimentos que, tanto por sua relevância como por seus efeitos atuais, deram origem à conjuntura analisada: qual foi ou quais foram os fatos principais que desencadearam a configuração da conjuntura? Essa identificação e a delimitação do recorte analítico relacionam-se com o problema ou aspecto particular que se pretende investigar.

Em segundo lugar, é preciso identificar e caracterizar os agentes ou atores mais relevantes, seus interesses ou preferências, recursos disponíveis e estratégias utilizadas para engajar-se no processo em curso, seja por meio de conflitos profundos ou disputas episódicas, seja por meio de cooperação ou formação de alianças com outros sujeitos relevantes: quem são, o que desejam, de que recursos dispõem e como se comportam naquela conjuntura específica?

O terceiro componente é a identificação da arena, isto é, o espaço onde se desenrolam as ações dos agentes envolvidos na trama conjuntural. Em outras palavras, onde ocorrem as interações estratégicas mais relevantes ou, ainda, para onde os agentes direcionam seus esforços, por

 Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

acreditarem que ali terão mais chance de fazer prevalecer seus interesses? Muitas vezes, a arena é constituída por diferentes espaços nos quais esses agentes atuam.

Outro componente essencial – e frequentemente negligenciado, infelizmente – é a articulação entre o que é próprio da atualidade da conjuntura, a sua dimensão sincrônica, e aquilo que é oriundo da história e da estrutura na qual ela se insere, a sua dimensão diacrônica e estrutural. É essa articulação que nos permite avaliar o peso da história e das propriedades estruturais que conferem durabilidade e continuidade aos fenômenos sociais, bem como resistência às transformações sociais em sentido amplo, por isso a sua importância fundamental.

O quinto elemento é a caracterização das relações de poder prevalecentes na conjuntura, aquilo que normalmente é referido como a "correlação de forças". Se ao falarmos dos agentes é preciso identificar interesses, estimar recursos e discernir suas estratégias de ação, ao se falar em correlação de forças é preciso considerar tudo isso "em relação", ou seja, suas forças devem ser vistas em conjunto e a partir da reconstrução de suas convergências e contradições.

O sexto componente consiste na construção de cenários, isto é, na prospecção dos possíveis desdobramentos futuros da conjuntura e – dentro das possibilidades limitadas pela incerteza sempre presente nos processos sociais, em maior ou menor grau – a identificação de quais são os cenários futuros mais prováveis, dentre aqueles considerados possíveis. Mas atenção: não se trata de um exercício de futurologia, como se diz, mas de prospectar possibilidades e avaliar probabilidades relativas com base em uma análise rigorosa, teórica e metodologicamente fundada, das tendências atuais observadas na conjuntura.

Por fim, quando for cabível, a análise de conjuntura apresentará e examinará possíveis estratégias de intervenção na realidade, considerando determinados objetivos ou ideais. Considero este sétimo elemento facultativo, uma vez que, mesmo na sua ausência, a análise mantém o seu valor de instrumento de cognição da realidade. Em outras palavras, a analise irá propor orientações de ações voltadas a atingir determinado objetivo prático de quem produziu a análise, enquanto indivíduo ou, o que é mais comum, como integrante de determinada organização ou grupo social; ou, ainda, de qualquer pessoa ou organização que tenha interesse em pautar suas ações de acordo com a leitura da realidade e

 Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

as orientações oferecidas pela análise. Convém salientar, contudo, que é necessário não confundir as orientações práticas que se pode extrair da análise com a mera projeção de valores ou ideais do analista ou da organização da qual faz parte. A análise de conjuntura não deve ser pautada exclusivamente por sua orientação prática, mas possuir sólidos fundamentos epistemológicos, afinal, ela é, antes de tudo, um instrumento de conhecimento da realidade.

Analisar uma conjuntura requer método, disciplina interpretativa e responsabilidade intelectual. Sendo uma prática de investigação em bases científicas da realidade, exige do analista tanto o conhecimento factual da realidade como o exercício da sua capacidade de julgamento. Todavia, o juízo analítico não se confunde com a mera opinião pessoal ou posicionamento moral. A análise de conjuntura, embora carregue uma perspectiva própria e exerça assim uma mediação interpretativa do nosso acesso ao mundo, não deve resultar de leitura arbitrária ou ser apenas uma projeção das nossas preferências sobre o objeto analisado. Ela é situada, porém deve buscar objetividade, a qual se baseia na separação entre o mundo real e as preferências políticas, ideológicas ou axiológicas do analista.

É claro que essa separação não é simples, ninguém disse que o seria. A análise pode – e deve – ser comprometida e responsável, porém não simplesmente panfletária. Ela deve basear-se em evidências empíricas e em categorias bem definidas e articuladas discursivamente, para melhor interpretar os movimentos em curso e identificar as tendências presentes e os devires possíveis. Em última análise, é essencial distinguir entre "o dever científico de ver a verdade dos fatos" e "o dever prático de aderir aos próprios ideais", para usar as expressões de Max Weber (2001[1919], p. 113). Essa distinção entre o conhecer e o julgar é essencial para toda empreitada analítica. Quem confunde essas duas dimensões compromete o valor cognitivo da análise.

 Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

Como fazer uma análise de conjuntura? Explorando sete componentes básicos

Há um conjunto de categorias analíticas relativamente consolidadas nas ciências sociais, que estruturam o processo de construção de toda análise rigorosa, embora não haja um único modelo, ou metodologia consensual, para se produzir uma análise de conjuntura. Esta seção desenvolve sete componentes ou categorias essenciais que conformam a mencionada "caixa de ferramentas" do analista: (1) os fatos e acontecimentos caracterizadores da conjuntura; (2) os agentes e seus interesses, recursos e comportamentos; (3) a correlação de forças entre os agentes analisados; (4) as arenas ou espaços de disputa; (5) a articulação entre conjuntura, história e estrutura; (6) os desdobramentos possíveis e, dentre eles, os mais prováveis; e, por fim, (7) orientações estratégicas para determinados sujeitos interessados em atuar sobre a conjuntura. Esses elementos não se apresentam prontos ou organizados claramente no mundo real da conjuntura. Em vez disso, cada um deles deve ser cuidadosamente construído a partir de uma investigação rigorosa e ancorada na observação da realidade, na coleta sistemática de dados e na mobilização de referenciais teóricos que permitam não apenas descrever, mas interpretar e explicar a dinâmica do processo social em análise.

Porém, identificar e desenvolver isoladamente cada um desses sete componentes não basta para que se produza uma boa análise de conjuntura. O maior desafio — talvez o mais decisivo, eu diria — reside na capacidade de articular esses elementos em uma síntese interpretativa coerente, que permita ampliar o entendimento de uma realidade profundamente complexa, atravessada por múltiplas determinações, temporalidades e escalas ou níveis de análise. Não se trata de simplificar o real, tampouco de reduzi-lo a uma narrativa linear e empobrecedora da complexidade de toda conjuntura. Ao contrário, é pelo exercício do pensamento complexo que se deve organizar um eixo interpretativo consistente, capaz de evidenciar os vetores ou forças atuantes na conjuntura, contradições internas, tendências atuais e desdobramentos por vir.

Essa capacidade de síntese interpretativa coerente, longe de ser mero artifício técnico ou retórico, constitui uma operação eminentemente epistemológica. Não se

 Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

reduz à uma questão de construir uma boa redação. A dificuldade central da análise não está na habilidade linguística, mas na operação intelectual de construção de um sentido sobre a realidade. Trata-se de uma questão epistemológica, que exige do analista rigor na seleção dos fatos, coerência na articulação dos argumentos e clareza na exposição das conexões entre os diferentes elementos do processo analisado. É essa capacidade de síntese que transforma um conjunto disperso de informações em uma leitura densa, fundamentada e útil da realidade. É assim que a análise de conjuntura cumpre a sua função de servir como instrumento de conhecimento da realidade. Vamos às sete categorias essenciais, sendo apenas a última delas facultativa.

Fatos e acontecimentos caracterizadores da conjuntura

O ponto de partida é a identificação dos fatos e acontecimentos que, por sua relevância e efeitos, deram origem à configuração da conjuntura. São os fatos, acontecimentos e processos que se combinaram para conformar determinada conjuntura. Nem todo fato, no entanto, tem relevância analítica. A realidade social produz uma infinidade de fatos todos os dias, em quase incontáveis lugares do mundo, mas é somente a alguns deles que se atribui o status de acontecimentos: são aqueles que provocam tensionamento, desestabilização, potencial de transformação do arranjo social, político ou econômico vigente – por exemplo, a ocorrência de uma guerra, uma crise econômica, político-institucional ou humanitária, uma revolta social, uma reunião de cúpula, um resultado eleitoral inesperado, um acordo de paz ou de cessar fogo, a consumação de um assassinato político, enfim, algum fato capaz de instaurar uma nova conjuntura ou alterar determinado estado de coisas. A atribuição do status de "acontecimento" não é algo dado ou intrínseco, mas depende do contexto, dos sujeitos envolvidos e, sobretudo, da perspectiva analítica. Tampouco se trata de listar tudo o que ocorre, ou ocorreu, ou de se realizar a mera descrição cronológica dos fatos, mas sim de escolher, com base em critérios analíticos explícitos previamente definidos, os acontecimentos fundamentais da dinâmica conjuntural.

Não há critérios gerais e preestabelecidos para a escolha dos acontecimentos detonadores da conjuntura. Um acontecimento pode ser algo súbito, embora nunca ocorra no vazio, por mais inesperado que seja. O mais comum

 Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

é ser a culminância de ações e processos históricos cumulativos que, em determinado momento, adquirem relevância para a dinâmica social de uma comunidade, um Estado ou um grupo deles, uma região etc. O mais importante é o analista ter consciência da necessidade de discernir e singularizar que acontecimentos podem operar como chave interpretativa de determinada conjuntura. Noutras palavras, é preciso identificar, no fluxo incessante dos fatos, os acontecimentos que possuem valor para a sua compreensão. Um acontecimento é um fato que produz repercussões relevantes, produz uma ferida ou cicatriz na realidade. É o resultado de um conjunto de fatores e, ao mesmo tempo, carrega potencial de novas transformações; é ao mesmo tempo ato e potência.

Agentes e seus interesses, recursos e comportamentos

Toda conjuntura se manifesta através da ação de sujeitos concretos, sejam eles indivíduos, grupos de interesse, organizações políticas, corporações econômicas, classes sociais, Estados, grupos de Estados, organismos internacionais, entre outros. Esses agentes buscam intervir no curso dos acontecimentos com o intuito de influenciar os resultados. Identificar esses agentes é uma outra etapa fundamental da produção de uma análise, pois são eles que interpretam a realidade, elaboram estratégias, mobilizam recursos e interagem em determinados espaços de conflito, seja por meio de disputa aberta, da negociação, do domínio, da subordinação, da coordenação ou formação de alianças, da cooperação tática ou outras formas de relacionamento.

Os agentes podem ser identificados e investigados a partir de pelo menos três questões básicas: quem são os agentes mais relevantes da conjuntura? Quais são os interesses que orientam as suas ações e estratégias? Que recursos dispõem para atuar na luta pelos seus interesses? Responder a essas três questões básicas não é um exercício puramente descritivo, mas parte de um esforço analítico de compreensão de como os sujeitos se encontram dispostos uns em relação aos outros, construindo, por meio dos seus comportamentos individuais e suas dinâmicas de interação social, maiores ou menores possibilidades de reconfiguração da realidade da qual eles próprios participam.

Vale ressaltar que não basta nomear os agentes e identificar os seus interesses, sejam eles de natureza política,

 Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

econômica, simbólica ou ideológica; é imprescindível ponderar os recursos de que dispõem para transformar os seus interesses em ação efetiva, como, por exemplo, recursos econômicos, políticos ou sociais, capacidade de mobilização política ou social, controle de informações ou acesso privilegiado aos meios de comunicação, capital simbólico, legitimidade ou representatividade junto a certos grupos, conhecimento ou expertise técnica. Com relação à determinação desses recursos, eles podem ser concebidos "como um estoque previamente detido por cada ator, gerados no bojo de processos anteriores e externos aos conflitos em causa, ou, pelo contrário, em alguma medida ao menos, como resultado dos processos de luta cuja configuração caracteriza uma conjuntura dada" (Cruz, 2000, p. 150). Naturalmente, outras visões teóricas podem fornecer concepções adicionais de recursos de poder. Seja como for, especificar os recursos disponíveis aos sujeitos envolvidos é uma etapa crucial, sem a qual não se faz a análise de uma conjuntura política.

Relações de poder ou correlação de forças

A análise das dinâmicas de poder é um dos núcleos centrais e decisivos de qualquer análise de conjuntura. Ela expressa, em cada momento, o equilíbrio ou desequilíbrio entre agentes, suas capacidades, recursos, contradições, alianças e margens de manobra. Contudo, a correlação de forças está longe de ser um elemento fixo; ela é uma configuração dinâmica, permanentemente tensionada, sujeita a deslocamentos, erros de cálculo, consequências não intencionais, reconfigurações nas alianças e mudanças nas percepções ou preferências dos agentes. Mais do que simplesmente mapear estoques de recursos — políticos, econômicos, militares, institucionais, simbólicos etc. —, importa compreender como esses recursos são efetivamente mobilizados no interior da disputa. Trata-se de captar de que modo são ativados, desmobilizados, reprimidos ou reorganizados em função dos movimentos estratégicos dos atores e das transformações no ambiente político. Como salienta Paul Pierson (2004, p. 167), inserir a política no tempo, "situar sistematicamente momentos específicos — incluindo o presente — dentro de uma sequência temporal de eventos e processos" permite enriquecer enormemente a compreensão das dinâmicas sociais complexas. Ignorar que a política se desenrola no tempo é comprometer qualquer esforço sério de inteligência da conjuntura.

 Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

Portanto, a correlação de forças deve ser analisada como um campo em movimento — tal como uma narrativa cinematográfica, em contraposição a um instantâneo fotográfico, sugere metaforicamente Pierson. O essencial não é somente quem detém mais recursos, mas quem sabe mobilizá-los, no tempo e no espaço certos. Como observa Herbert de Souza, "a relação de forças não é um dado imutável (...) sofre mudanças permanentemente e é por isso que a política é tão cheia de surpresas" (Souza, 2014 [1984], p. 13). O desafio consiste em esclarecer o jogo dinâmico entre, de um lado, estruturas de poder relativamente estabilizadas, com sua maior ou menor resistência à mudança, e, de outro lado, pressões conjunturais por transformação, sejam de caráter progressista, conservador ou reacionário. Compreender a correlação de forças é, assim, reconhecer sua natureza histórica, processual e contingente, permanentemente construída, tensionada e suscetível a reconfigurações a partir da interação entre os agentes, suas estratégias e os condicionantes dos espaços onde atuam.

Arenas ou espaços de disputa

Nenhuma conjuntura se desenrola no vazio. Toda dinâmica social e política se materializa em espaços concretos onde se processam interações, disputas, negociações e deslocamentos de força. Esses espaços, que denominamos arenas, espaços ou loci de disputa, constituem os palcos ou cenários reais onde os agentes envolvidos mobilizam seus recursos, definem estratégias e disputam poder. Cada arena possui lógicas de funcionamento, códigos, graus de acessibilidade e dinâmicas próprias, que favorecem determinados agentes e prejudicam as posições de outros. Identificar e compreender as particularidades das arenas é uma ferramenta essencial para interpretar como, onde e por meio de que mecanismos os agentes tentam fazer prevalecer suas preferências. Na observação de Souza, as particularidades das diversas arenas "influenciam o desenvolvimento da luta e muitas vezes o simples fato de mudar de cenário já é uma indicação importante de mudança no processo" (2014[1984], p. 11).

Aqui também é fundamental reconhecer a dinamicidade da conjuntura, pois ao longo do tempo as disputas se deslocam através de diferentes espaços, refletindo tanto alterações na correlação de forças quanto adaptações nas estratégias dos agentes. Afinal, politizar uma questão é "inseri-la em uma arena de disputas entre atores com

 Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

preferências divergentes e/ou convergentes" (Flores e Jatobá, 2016, p. 132). Mapear o processo de politização significa compreender não apenas onde se dá a disputa, mas como os agentes definem suas preferências, formam coalizões e ajustam seus modos de agir de acordo com a natureza específica de cada espaço de disputa. Analisar as arenas não significa apenas localizá-las, mas também compreender suas regras e dinâmicas próprias, bem como o modo como as práticas configuram formas dos atores de lidar com elas e, sobretudo, interpretar como essas arenas moldam as possibilidades de ação dos agentes e os contornos da própria disputa política analisada.

Articulação entre conjuntura, história e estrutura

Nenhuma conjuntura se explica inteiramente por si mesma. Ela é sempre uma expressão momentânea e transitiva da trama mais ampla de relações históricas e estruturais. Embora haja importantes debates conceituais em torno do conceito de estrutura nas diversas disciplinas e perspectivas teóricas, podemos partir de uma noção geral de que as estruturas são arranjos relativamente estáveis de relações econômicas, políticas, sociais e culturais que organizam determinada formação social. As estruturas definem as regras do jogo, os padrões de reprodução das relações sociais e outros fatores de estabilidade ou resistência às mudanças; sendo assim, elas condicionam profundamente as estratégias, os recursos e as oportunidades dos agentes.

Compreender uma conjuntura envolve, necessariamente, enredá-la no quadro mais amplo de heranças históricas arraigadas e condicionantes estruturais que a moldam. Uma possibilidade é pensar a questão a partir das múltiplas escalas temporais, em consonância com a clássica distinção de Fernand Braudel entre tempo curto, médio e longo (Braudel, 1982). Nesse sentido, a análise precisa capturar tanto o imediato — os eventos, tensões e correlação de forças do presente — quanto as estruturas de média e longa duração, que configuram as condições de possibilidade daquilo que emerge como problema, crise ou oportunidade para os agentes interessados na conjuntura. É válido, para esse propósito, sistematizar evidências empíricas que nos permitam caracterizar, por um lado, as etapas ou os períodos históricos que a precederam, e, por outro, os movimentos característicos dos ciclos econômicos, sociais e políticos – tudo isso tendo em mente as diversas temporalidades em jogo.

 Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

Cabe adicionar três observações que me parecem relevantes. Primeiro, o modo como se elabora analiticamente a articulação entre conjuntura, história e estrutura depende do enquadramento teórico adotado, uma vez que não há um modo único de conceber tais conceitos nem suas inter-relações. O que há, isso sim, é um conjunto de divergências ou de aproximações teóricas em torno do tema dos modos de articulação entre conjuntura, história e estrutura. Segundo, não há uma espécie de roteiro predeterminado a ditar o curso da conjuntura – todo presente está, em geral, prenhe de diferentes futuros possíveis, sem que se possa jamais antecipar, com certeza absoluta, qual deles vingará de fato. Por fim, destaco uma lição especialmente pertinente do sociólogo e militante social Betinho, figura emblemática da resistência democrática à ditadura militar: é preciso estar atento não apenas às forças da resiliência estrutural e às potencialidades de mudanças em sentidos já prenunciados, mas também estar atento aos "sinais de saída para o 'novo', o não acontecido, o inédito, (...) estar atento aos sinais dos fenômenos novos que começam a se manifestar" (Souza, 2014[1984], p. 14). Noutras palavras, a análise de conjuntura também deve farejar eventuais sinais daquilo que jamais aconteceu antes, mas que de algum modo já assoma como uma possibilidade gestada no interior do presente.

Desdobramentos possíveis e, dentre eles, os mais prováveis

Nenhuma análise de conjuntura rigorosa se propõe a prever o futuro como se fosse um exercício de adivinhação. A projeção de cenários não é um exercício de futurologia, mas um procedimento analítico que busca construir hipóteses ancoradas no conhecimento da configuração atual da conjuntura, das correlações de forças, dos comportamentos dos agentes envolvidos, da maior ou menor resiliência das estruturas subjacentes, isto é, na identificação de tendências observáveis e antecipação de possíveis desdobramentos de certo estado de coisas. A despeito dos processos sociais serem, por definição, abertos, dinâmicos e historicamente situados, cabe à análise discernir quais são os vetores atuais que parecem se fortalecer, quais por outro lado se enfraquecem, onde se vislumbra o surgimento de impasses políticos, de fissuras no bloco de poder hegemônico ou nas coalizões contra hegemônicas, de evidências atuais ou possibilidades de recomposição dos diversos grupos e coalizões em conflito.

 Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

Do que aqui se trata é de um esforço de interpretação prospectiva, que exige rigor e compromisso factual na análise da realidade presente e responsabilidade na imaginação de futuros possíveis, mantendo sempre a atenção às incertezas, aos imprevistos e às margens de indeterminação que caracterizam qualquer processo social. A projeção de cenários, portanto, exige que o analista compreenda a conjuntura como um sistema tensionado permanentemente pela interação entre forças e dinâmicas estruturantes relativamente estáveis e as forças e dinâmicas conjunturais que alimentam tanto os conflitos atuais quanto os potenciais de transformação. É a partir dessas tensões entre a estrutura e as forças em interação na conjuntura que se pode exercitar a imaginação, teórica e empiricamente fundamentada, dos devires possíveis.

Desde outro ângulo, a projeção de cenários deve conjugar a observação dos elementos objetivos – isto é, aquilo que está no campo dos fatores objetivos, como recursos materiais, posições institucionais e restrições estruturais – e subjetivos – isto é, aquilo que os agentes carregam consigo, como interesses, estratégias, percepções, crenças, discursos, narrativas e expectativas que moldam diretamente os seus comportamentos sociais. A distribuição objetiva dos recursos disponíveis aos agentes envolvidos não pode ser avaliada separadamente da capacidade desses agentes de formular e rever suas estratégias e táticas de ação, de organizar e reorganizar coalizões de apoio, de ajustar suas preferências, enfim, daquilo que está no campo da ação e interação dos sujeitos. Compreender em conjunto os elementos objetivos e subjetivos implicados na conjuntura é importante para vislumbrar o futuro como um campo de possibilidades no qual agentes, estruturas, processos e eventos se entrelaçam de modo dinâmico e frequentemente inesperado.

Por fim, um dos desafios centrais da análise de conjuntura é qualificar os futuros possíveis. Nem tudo o que é possível é igualmente provável, e o que é provável não está isento de incertezas. Essa hierarquização dos cenários consiste em estabelecer graus de probabilidade entre os diferentes desdobramentos possíveis da conjuntura, a partir do que a análise recolheu na investigação empírica e do olhar teórico adotado. Pode-se hierarquizar, por exemplo, os cenários de alta probabilidade, sustentados por tendências consolidadas e correlação de forças vigente; os cenários de probabilidade intermediária, dependentes de determinadas decisões, reconfigurações ou resoluções ainda pendentes; e, finalmente, os cenários de baixa

 Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

probabilidade, que mesmo sendo pouco prováveis não devem ser deixados de lado, na medida em que sua eventual concretização levaria a reconfigurações significativas da realidade analisada.

Orientações estratégicas

O último componente de uma análise de conjuntura, embora eu não o considere obrigatório, consiste na formulação de orientações estratégicas para agentes específicos. Seu objetivo é transmutar conhecimento analítico e interpretativo em aprimoramento da capacidade estratégica de agentes específicos. É claro que elas devem estar logicamente encadeadas com o desenvolvimento dos demais elementos expostos até aqui. Esse caráter de orientação de políticas é particularmente relevante quando a análise é realizada por, ou destinada a sujeitos políticos, organizações, movimentos sociais, instituições estatais, atores econômicos, entre outros, os quais não apenas buscam uma compreensão da realidade, mas também a definição ou a calibragem de suas estratégias e táticas de intervenção social. O propósito é oferecer alternativas de ação, identificar quais são os caminhos mais viáveis e eficazes, mapear riscos e oportunidades, explicitar margens de manobra e os constrangimentos que se impõem, enfim, servir de subsídio cognitivo para as suas decisões e comportamentos futuros.

Faz-se necessária a busca do equilíbrio entre dois extremos. É preciso reconhecer os limites, os condicionantes e os obstáculos presentes nos fatores objetivos e subjetivos da conjuntura, entretanto, sem subestimar a capacidade de agência dos sujeitos interessados na análise. Em outras palavras, é necessário reconhecer os constrangimentos estruturais e a correlação de forças atuantes no caso, sem abdicar da exploração rigorosa das possibilidades de ação, reorganização ou reconfiguração do campo político.

Nesse ponto, me ocorre evocar a conhecida metáfora do "equilíbrio de Ícaro". Assim como na narrativa mitológica grega o jovem Ícaro fracassa ao desobedecer a advertência do seu pai e inventor Dédalo — voando alto demais, faz derreter suas asas de cera, e voando baixo demais, arrisca-se a afogar-se no mar — terminando por empolgar-se na emoção do voo e afogar-se após o derretimento das asas, também na elaboração de orientações estratégicas é imperativo evitar tanto a tentação do voluntarismo ingênuo, que ignora os limites objetivos e intersubjetivos

 Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

da realidade, quanto a armadilha do determinismo estéril, que naturaliza os obstáculos e paralisa a imaginação e ação políticas. O bom aconselhamento estratégico deve basear-se, portanto, nesse equilíbrio fino e sofisticado entre ambição e prudência, entre cálculo e ousadia.

Em síntese, a formulação de orientações estratégicas é um desdobramento legítimo e, em muitos casos, requerido mesmo, da análise de conjuntura — sobretudo quando se destina a sujeitos diretamente implicados nos processos analisados. Ainda assim, nunca é demais insistir que essa dimensão estratégica não pode ser confundida com uma simples projeção arbitrária de interesses, valores ou ideais. A análise precede a ação e pode mesmo orientá-la, mas não se subordina a ela, tampouco a agendas exteriores ao compromisso analítico. Sua legitimidade reside na capacidade de oferecer uma interpretação rigorosa da realidade, fundamentada na articulação entre teoria e evidências, e não na adesão cega a posições previamente definidas. A boa orientação estratégica não entrega fórmulas, mas oferece um mapa interpretativo dos condicionantes e possibilidades inscritos na conjuntura. Permite, assim, que os sujeitos decidam e atuem de forma mais consciente, informada e responsável, mesmo em meio às incertezas e aos dilemas que caracterizam o tempo presente. Quando for cabível e desejado, essa pode ser uma das virtudes mais importantes da análise de conjuntura: produzir lucidez estratégica — condição indispensável para quem deseja compreender o mundo não apenas para contemplá-lo, mas também para transformá-lo.

Considerações finais

A análise de conjuntura, tal como concebida neste texto, não é uma prática trivial, nem é uma atividade que se reduz à mera observação natural do tempo presente. Trata-se de uma construção rigorosa e informada que busca conferir inteligibilidade a processos sociais, políticos e econômicos situados no tempo e no espaço. Ela até pode ter como objeto uma conjuntura particular situada no passado, que já atingiu um desfecho conhecido, porém o mais comum é debruçar-se sobre conjuntura ainda presente no momento de sua elaboração – quando se analisa uma conjuntura atual, é aí que residem, a um só tempo, seu fascínio e enormes desafios.

 Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

A análise de conjuntura é um instrumento de compreensão qualificada da realidade. Por isso insisti que a elaboração de uma boa análise de conjuntura exige disciplina intelectual, clareza teórica e metodológica e, não menos importante, a manutenção de um compromisso irrenunciável com a separação entre a descrição e interpretação da realidade externa e o mundo subjetivo do analista, seus interesses, preferências e valores próprios. Esse compromisso epistemológico, no entanto, não deve ser confundido com neutralidade absoluta — pois toda análise carrega consigo um ponto de vista particular —, mas sim com o dever de subordinar o resultado da análise aos fatos e acontecimentos, às evidências disponíveis e ao enquadramento teórico escolhido. Só assim a análise de conjuntura adquire sua legitimidade e mesmo sua utilidade prática.

Em contextos marcados por rápidas transformações, incertezas e disputas, a capacidade de produzir boas análises de conjuntura não é apenas uma competência acadêmica, mas uma necessidade para qualquer sujeito, coletivo ou individual, que pretenda compreender o presente de forma esclarecida e nele intervir de maneira responsável.

Analisar uma conjuntura não significa apenas captar o que ela é, mas, sobretudo, discernir o que ela pode se tornar — e, com isso, ampliar nossa capacidade de agir sobre ela. Seu valor reside na aptidão para identificar tendências, mapear possibilidades e esclarecer condicionantes já inscritos no presente. Isso exige, de um lado, vigilância crítica quanto aos limites dos próprios pressupostos analíticos e das evidências disponíveis; de outro, abertura intelectual para aquilo que ainda não se manifestou — ao que permanece latente, inesperado ou inédito no momento da análise. Pois, em última instância, analisar uma conjuntura é sempre enfrentar o desafio de pensar o visível sem ignorar o possível.

 Recebido em 14 abr. 2025 | Publicado em 16 jun. 2025

Referências

BRAUDEL, F. **História e Ciências Sociais**. Lisboa: Editorial Presença, 1982.

CRUZ, S. V. e. Teoria e método na análise de conjuntura. **Educação & Sociedade**, ano XXI, n. 72, 2000.

LESSA, R. Por que rir da Filosofia Política?, ou a Ciência Política como techné. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 13, n. 36, 1998.

MARX, K. **O capital [Livro III].** São Paulo: Ed. Boitempo, 2017.

PIERSON, P. **Politics in Time: History, Institutions, and Social Analysis.** Princeton: Princeton University Press, 2004.

SOUZA, H. de. **Como se faz análise de conjuntura**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2014[1984].

WEBER, M. A "objetividade" do conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política. In: **Metodologia das Ciências Sociais (Parte 2).** São Paulo: Cortez Editora, 2001[1919].



[v. 7 | n. 1] [maio | 2025]

petrel